

Deslocalização na base da «falência» da ERES

O ritual repete-se todos os dias, desde há dois meses. Cerca de 500 trabalhadores entram às oito e saem às cinco. Apenas à espera que a empresa seja declarada falida. Entretanto, montam guarda às máquinas, parca garantia de pagamento das indemnizações que esperam. A empresa suíça preferiu «deslocalizar-se»...

Pág. 5

Um ritual negro



Lembrar o PCP e a questão colonial nos dias da independência de **Timor-Leste**

Passaram-se 27 anos de apoio activo e solidário dos comunistas portugueses à luta e resistência do povo timorense, até este ser ouvido na escolha do seu caminho, a independência!

Centrais



O Avante! sai à quarta

Por ser feriado no próximo dia 30, quinta-feira, o nosso jornal será excepcionalmente distribuído no dia anterior, quarta-feira.

UE – América Latina

Cimeira desilude

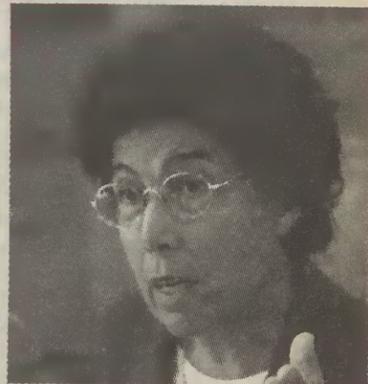
Marcada por declarações de boa vontade mas com poucos resultados práticos, terminou em Madrid a Cimeira Europa-América Latina, em que participaram meia centena de chefes de governo.

Pág. 19

Polémica em torno dos estádios do Benfica e do Sporting **Um voto comunista a favor da cidade**

Entrevista com
Rita
Magrinho

Pág. 7

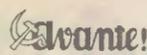


JCP protesta contra

Fim do crédito bonificado

A JCP está contra a decisão de se suspender o crédito bonificado à habitação. Miguel Madeira fala das propostas dos jovens comunistas, como o incentivo à construção de habitação social.

Pág. 13



Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros
25 números: 4 600\$00
23,00 euros
EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros
EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Cinquenta mil contratados da Função Pública em risco de desemprego

Resumo

15 Quarta-feira

A JCP põe a circular um abaixo-assinado contra o fim do crédito bonificado à habitação ● Os sindicatos da CGTP acusam o Governo de «nada fazer para obrigar o patronato a respeitar as leis da segurança no trabalho» ao mesmo tempo que «não fiscaliza as condições em que se trabalha na construção e na indústrias» ● Os funcionários não docentes contratados, que trabalham em escolas do ensino básico e secundário, anunciam uma greve no dia 29 para protestarem contra a possibilidade de serem despedidos no fim do mês ● O Tribunal da Relação de Lisboa confirma a condenação do Estado português por omissão de legislação específica para o funcionamento de parques aquáticos ● A Câmara Baixa do parlamento belga inicia o processo de aprovação da lei de legalização parcial da eutanásia.

16 Quinta-feira

Mais de uma centena de trabalhadores de empresas que prestam serviço na TAP e nas estações da CP manifestaram-se em Lisboa para reivindicar a actualização dos subsídios de transportes e alimentação ● Rogério Raimundo, vereador da Câmara de Alcobça, eleito pela CDU, envia cartas ao Provedor de Justiça e à Inspeção-geral da Administração do Território, denunciando a falta de transparência e o incumprimento da lei por parte da maioria social-democrata que gere o município ● Jacques Chirac é oficialmente empossado como presidente da República em França ● Yasser Arafat assegura que não convocará eleições presidenciais ou legislativas até que os israelitas retirem de território palestino.

17 Sexta-feira

A CGTP admite recorrer à greve geral como forma de protesto contra as políticas do Governo ● A Câmara de Setúbal procede a uma série de inquéritos internos para averiguar as suspeitas de boicotes a funcionários da autarquia que terão sido feitas por trabalhadores próximos do PS ● Cerca de três milhões de irlandeses vão às urnas para eleições legislativas ● Um milhar de soldados britânicos e australianos envolvem-se em combates contra membros da organização Al-Qaeda na província de Paktia, no Afeganistão.

18 Sábado

A Comissão de Trabalhadores da RTP apela a uma intervenção do Presidente da República, Jorge Sampaio, para que se pro-

nuncie sobre os princípios legais em vigor ● Milhares de pessoas participam em Madrid numa manifestação convocada pelo Fórum Social Transatlântico para protestar contra a Cimeira UE/América Latina e Caraíbas, sob o lema «Um outro mundo é possível» ● A UE chega a acordo para a distribuição dos 13 palestinianos deportados temporariamente para o Chipre - um permanecerá na ilha e os outros 12 serão repartidos por seis países comunitários, entre eles Portugal, que também acolhe um ● O «Wall Street Journal» despede cerca de 725 trabalhadores.

19 Domingo

Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP, participa, em Baleizão, no comício que assinala o aniversário do assassinato de Catarina Eufémia ● Milhares de pessoas desfilam nas ruas de Londres manifestando o seu apoio aos palestinianos e pedindo o fim da intervenção do exército israelita nos territórios ocupados ● O presidente cessante da Serra Leoa, Ahmad Tejan Kabbah, é declarado vencedor das presidenciais pela Comissão Nacional Eleitoral ● Dezenas de pessoas desfilam em Lisboa em memória e solidariedade para com as pessoas afectadas pelo vírus da sida.

20 Segunda-feira

Meia centena de trabalhadores da empresa de calçado «Gilda», de Santa Maria da Feira, manifestam-se junto às instalações fabris em defesa dos seus postos de trabalho ● Xanana Gusmão toma posse como presidente de Timor-Leste, após a proclamação da independência do novo país ● George W. Bush anuncia o endurecimento da política dos Estados Unidos em relação a Cuba ● Uma unidade de infantaria do exército israelita entra na cidade Tulkarem.

21 Terça-feira

O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública apela aos 50 mil trabalhadores da Função Pública contratados a prazo em risco de ficarem desempregados para que recorram aos tribunais contra a decisão do Governo ● Militares israelitas efectuem incursões em Belém, Jenin e Tulkarem, na Cisjordânia ● A Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Oportunidades do Parlamento Europeu inicia a discussão de um relatório, que recomenda a legalização da interrupção voluntária da gravidez na UE ● As forças militares indianas recomeçam os bombardeamentos na linha de controlo que separa este país do Paquistão.

Aconteceu

Desemprego aumenta

A taxa de desemprego portuguesa subiu para os 4,4 por cento no primeiro trimestre de 2002 face aos 4,1 por cento registados no último trimestre de 2001, o valor mais alto desde o primeiro trimestre de 2000.

Segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a população activa manteve a tendência de crescimento registando-se um aumento de 0,5 por cento face ao último trimestre de 2001 e uma subida homóloga de 1,4 por cento. A taxa de actividade atingiu os 51,8 por cento, o mesmo valor que no final de 2001.

A população empregada também subiu face aos últimos três meses de 2001, destacando-se no entanto, o aumento homólogo de 1,1 por cento, com o sector dos serviços a dar a maior contribuição.

O desemprego afectou mais o segmento feminino, com um crescimento de 5,3 por cento no período em análise, enquanto que nos homens atingiu os 3,7 por cento.

A região do Alentejo continua a ser a mais afectada pelo desemprego, com uma taxa de 6,3 por cento, seguida da região de Lisboa e Vale do Tejo, com uma taxa de 3,7 por cento.



Fraude de medicamentos na Suíça

Vários laboratórios farmacêuticos suíços comercializam produtos velhos como novos, ou seja, mudam-lhes a patente mas o produto continua a ser o mesmo, segundo denunciaram no domingo organismos de defesa do consumidor ao jornal Sonntagszeitung.

As associações garantem que existem cerca de 400 cópias com novas patentes de velhos medicamentos a circular no mercado suíço. Desta forma, são sabotados o sistema estatal de controlo de preços e a entrada dos genéricos. Muitas das vezes, os produtos são depois comercializados a preços muito superiores aos anteriores, como é o caso do aerossol «Sangerol» que, ao ser comercializado sob o nome de «Mebucasol f», sofreu um aumento de mais de 43 por cento.

Várias empresas têm sido apontadas por estes actos, entre elas o grupo Novartis, a UCB Pharma, a Abbot, Lundbeck e a anglo-sueca Astra Zeneca.



Gravidez na adolescência

Portugal é o segundo país da União Europeia com mais casos de gravidez na adolescência o que, na opinião da Associação para o Planeamento da Família (APF), justifica um esforço para melhorar o conhecimento dos portugueses sobre contracepção.

Na conferência de imprensa realizada, segunda-feira, no

Porto, que assinalou o início da Semana de Esclarecimento do Contraceptivo, a APF revelou ainda que uma em cada 200 jovens portuguesas entre os 15 e os 19 anos já teve uma interrupção voluntária da gravidez.

Os dados disponíveis revelam que existem «significativas franjas da população portu-

guesa» com baixos conhecimentos ao nível dos métodos contraceptivos.

A APF vai desenvolver durante esta semana um conjunto de iniciativas que passam pela distribuição de material de esclarecimento em fábricas, bairros sociais, largos e praças, hipermercados, centros comerciais e escolas, entre outros locais.

Consumidores queixam-se da ONI e Novis

O Instituto do Consumidor (IC) deu cinco dias às operadoras Oni e Novis para esclarecer como é que vão resolver as «inúmeras reclamações» que a instituição tem recebido sobre os serviços prestados por aquelas operadoras.

Num comunicado divulgado sexta-feira, o IC refere que os seus serviços têm recebido queixas sobre o método

de angariação de clientes, à activação de serviços não solicitados, o não atendimento dos pedidos de desactivação de serviços e alegadas falsificações de assinatura nos contratos.

A instituição refere que «interpelou as referidas empresas», estabelecendo um prazo de cinco dias úteis para as operadoras esclarecerem aquelas situações.

A Oni e a Novis devem esclarecer «quais os procedimentos adoptados para a resolução das situações/reclamações mencionadas», em especial as referentes às alegadas falsificações de assinatura nos contratos.

No caso de as empresas não responderem, o IC promete agir para salvaguardar os direitos dos consumidores.

Greenpeace contra posição dos EUA

Militantes da Greenpeace Internacional bloquearam, terça-feira, as saídas do complexo petroquímico ExxonMobil na localidade de Notre-Dame de Gravenchon, no Norte de França, para protestarem contra a oposição norte-americana ao protocolo de Quioto.

Depois de chegarem ao complexo, cerca de 60 activistas tentaram bloquear as saídas da área de produção, colocando

veículos em diferentes pontos de acesso à fábrica.

Os manifestantes denunciaram a atitude do grupo petrolífero norte-americano que, a seu ver, está a interferir nas negociações internacionais para incitar o presidente a opor-se ao protocolo de Quioto.

O protocolo compromete os países industrializados a reduzir as suas emissões de gases em 2008-2012.



Crónica Internacional

• Ângelo Alves

Foi bonita a festa, pá!

Estas palavras são ainda escritas sob a emoção resultante da participação nas comemorações populares da consagração da independência de Timor-Leste...

Foi no passado domingo, pelas 16:00 h, hora de Portugal, 00:00 do dia 20 em Timor-Leste, num ambiente mesclado de euforia, emoção, profundo respeito e admiração que se viveu no estádio 1.º de Maio, em Lisboa, a festa do povo timorense. Através da ligação directa com Timor seguia-se atenta e emocionalmente as cerimónias oficiais de declaração da independência. Portugueses e timorenses comemoraram juntos o corolário de longos e penosos anos de luta pela autodeterminação, pela independência.

Foi bonita a festa! Bonita, porque de povo lutador se trata! Bonita, porque sentida no seio desse mesmo povo que das formas mais díspares e espontâneas dava largas à sua alegria, orgulho e profunda comoção, como se em território timorense estivesse.

Trocaram-se abraços, soltaram-se lágrimas coloridas com sorrisos, disseram-se palavras de encorajamento e de gratidão. Foi reconfortante para nós ouvir dos camaradas do núcleo da FRETILIN em Portugal: "Nunca esqueceremos a solidariedade de sempre do PCP para com a nossa luta, para com o nosso povo!" Reconfortante porque tão simples expressão sintetiza tudo aquilo que sentíamos no momento: uma vitória que sentimos como nossa, porque também nossa sentimos, durante os negros anos de ocupação, a luta que o heróico povo timorense travou! E sentimos que, acima de tudo, lutar pela causa timorense valeu e vale a pena, sentimos, mais uma vez, que lutar vale sempre a pena!

Os timorenses sabem que esta foi apenas mais uma etapa

Foi esta a mensagem que Timor e o seu povo legaram à humanidade e que certamente ecoará por todo o mundo, sobretudo junto daqueles que continuam as suas duras lutas, como o povo palestino, que dia após dia vê nega-

dos os direitos que agora o povo de Timor-Leste conquista.

Foi bonita a festa... porque o verdadeiro herói desta luta – o povo – estava ali, como em Timor, a orgulhar-se das inúmeras batalhas que travou!

O tempo foi e ainda é de comemoração. Lembram-se os que tombaram na luta durante o negro período da ocupação, mas a alegria prevalece. Fala-se dos problemas existentes, mas o optimismo domina. Olha-se para o futuro com confiança.

Mas, apesar da festa, importa falar do futuro relembrando o passado e presente de luta deste povo, relembrando o papel histórico e determinante da FRETILIN na luta de libertação, que em 25 de Novembro de 1975 assumiu as suas responsabilidades e declarou a independência de Timor-Leste que agora foi formalmente restaurada, como o assume a constituição desta nova nação, e que durante os mais de 25 anos de ocupação organizou, dirigiu e fortaleceu a luta que agora vence uma importante batalha.

E falar do futuro é também falar do papel histórico que a FRETILIN na condução do novo governo timorense continuará a ter. No entanto, não faltam já alguns que "assustados" com a arrebatadora vitória nas eleições para a assembleia constituinte, tentam, embora de forma mitigada, colar à FRETILIN uma imagem de partido político que quer todo o poder para si e aqueles que explorando perversamente discursos como o do presidente da Assembleia Constituinte, o histórico dirigente Luo Olo, contribuem para alimentar divisionismos no seio das instituições e da sociedade timorense.

A esses terá que ser dito que a coragem a persistência e a criatividade do povo timorense, associadas à sua união em torno dos ideais e valores que presidiram à luta pela autodeterminação, serão as condições essenciais para superar os novos desafios que agora se colocam. E tais desafios não são menores. Timor é hoje um dos países mais pobres do mundo, em que cerca de 70% da população activa trabalha numa agricultura de subsistência; que tem uma taxa de desemprego na ordem dos 17% e em que 41% da população vive com menos de 0,4 € por dia! São titânicos os esforços que este povo e o novo governo timorense terão que fazer para transformar Timor libertado numa pátria desenvolvida, com uma economia ao serviço do seu povo, uma pátria de paz, de justiça social, orgulhosa da sua história mas acima de tudo do seu povo. E nesse esforço Portugal não pode deixar de cumprir com as suas responsabilidades.

O nascimento de uma nova nação é só por si um importante acontecimento, mas os timorenses sabem que esta foi apenas mais uma etapa na já longa caminhada pela edificação do seu estado. E nesta longa caminhada Timor, o seu povo e a FRETILIN podem contar como sempre contaram com a desinteressada solidariedade e o fraternal apoio do PCP! Viva Timor Leste livre e independente!

Editorial

AS TAREFAS DOS COMUNISTAS

Milhares de militantes comunistas – numa prática que, sublinhe-se, é única no panorama partidário nacional – prosseguem o debate em torno do Projecto de Resolução Política da Conferência Nacional que se realizará em 23 de Junho próximo.

A insistência no sublinhar da singularidade desta participação colectiva, no sublinhar da riqueza da vertente democrática da vida interna do PCP, é mais do que justificável. O leitor desprevenido, consumidor normal de comunicação social, e que apenas conheça do PCP aquilo que a generalidade dos *media* lhe faz chegar, tem dos comunistas e do seu partido uma imagem devastadora: a imagem de um partido intolerante, fechado, que amordaça qualquer opinião discordante, que castiga implacavelmente os discordantes. E, esse mesmo leitor desprevenido, há-de ter dos restantes partidos nacionais uma imagem de sentido oposto: a imagem da tolerância, da abertura, da liberdade total de expressão de opinião.

Mostra a realidade que são falsas ambas as conclusões para as quais os *media* empurram o leitor desprevenido.

“O processo preparatório da Conferência Nacional está em marcha”

Ou seja: mostra a realidade que nos restantes partidos nacionais a generalidade dos militantes não tem a mínima intervenção na definição da linha política e das orientações desses partidos; mostra a realidade que, na generalidade, os militantes desses partidos são vistos, regra geral, essencialmente como objectos votantes que, de acordo com as leis internas de cada partido, votam neste ou naquele líder (o qual, depois, escolherá o seu *staff*...); mostra a realidade, enfim, que a democracia interna desses partidos se caracteriza fundamentalmente pela ausência total de conteúdo participativo.

Se o que acima se diz não é verdadeiro, pede-se a quem de direito que faça favor de demonstrar o contrário. Se, pelo contrário, as coisas se passam como acima é dito, então talvez não fosse mau que quem de direito confirmasse a verdade. Em nome da verdade...

Sobre o PCP, e em nome da verdade, diga-se que os militantes – **todos, sem excepções e quantos mais melhor** – são chamados e estimulados a intervir na definição colectiva da linha e orientações políticas do Partido; são chamados e estimulados a intervir na aplicação prática das medidas e tarefas decididas colectivamente; são chamados e estimulados a intervir, com espírito crítico, em relação a toda a actividade do Partido; são chamados e estimula-

dos a recorrer sempre e sempre à iniciativa regional, local, sectorial; são chamados e estimulados a intervir não apenas em períodos de campanha eleitoral mas todos os dias, na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País; são, enfim, chamados e estimulados a assumir-se como militantes comunistas, com todos os direitos e com todos os deveres que tal condição lhes confere.

Quer isto dizer que consideramos ter atingido os escalões máximos da perfeição em matéria de funcionamento partidário democrático? É óbvio que não. Sabe quem quer saber (para isso basta ler os textos partidários colectivos, nomeadamente e para não irmos longe no tempo, a Resolução Política do XVI Congresso) que conhecemos e divulgamos as nossas insuficiências, deficiências, fragilidades, erros; sabe quem quer saber que procuramos incessantemente medidas e caminhos susceptíveis de conduzirem à superação dessas debilidades; sabe quem quer saber que o debate em torno de todas essas questões é um debate colectivo, a travar no espaço amplo, aberto, fraterno, que é o Partido – e que esse é o mais democrático de todos os espaços de debate.

Há quem considere estas nossas práticas e métodos, *velhos, ultrapassados, fora de moda, desadequados aos tempos que vivemos?* Há. Mas aí o problema é de quem produz tais considerações, essas sim, portadoras de longas barbas brancas – tão longas e tão brancas que não há tintas capazes de lhes disfarçarem a idade.

O processo preparatório da Conferência Nacional está em marcha. Paralelamente à luta contra a política de direita, esta é, no momento actual, a grande tarefa dos militantes comunistas. Tarefa para levar à prática com a consciência clara das dificuldades decorrentes do novo quadro político saído das últimas eleições legislativas – mas também conscientes da necessidade e das possibilidades de, neste contexto, travarmos as batalhas necessárias; com a consciência clara dos efeitos negativos das quebras verificadas nos últimos actos eleitorais – mas também conscientes das imensas capacidades e potencialidades de que dispomos, da importância do debate colectivo enquanto caminho de procura de soluções visando o reforço orgânico, social, eleitoral e político do Partido; com a consciência clara das nossas muitas fragilidades e debilidades – mas também conscientes da actualidade das grandes linhas de orientação definidas pelo XVI Congresso e da necessidade de as levarmos à prática; com a consciência de que a actividade do Partido está aquém das exigências que se colocam a um partido com as características do PCP – mas também conscientes do papel que temos vindo a desempenhar na luta contra a política de direita e das possibilidades de dinamizar e reforçar a iniciativa e a intervenção partidárias; com a consciência clara das dificuldades com que hoje se debate o PCP, agravadas por efeito da acção fraccionária que alguns membros do Partido persistem em prosseguir – mas também conscientes da força de futuro contida no nosso Partido, no nosso Projecto, nos nossos ideais, na dedicação, na lucidez e na inteligência dos nossos militantes, na firmeza, na capacidade e na determinação do nosso colectivo partidário.

Actual Alguém, há onze anos

• Vítor Dias

No panorama das muitas abordagens e tomadas de posição que têm sido expressas em defesa do serviço público de televisão, muitos cidadãos terão encontrado, talvez pela primeira vez na vida, alusões à retirada à RTP, decidida por um governo do PSD em 1990, da propriedade e gestão da infra-estrutura técnica de transporte e difusão de sinal televisivo bem como às consequências financeiras dessa decisão.

Dado que alguns exaltados apoiantes da dementada política governamental que está em marcha, como é caso do director do «Público», até fazem gala de demonstrar a sua coerência exibindo citações do que escreveram ao longo de anos, também nós queremos lembrar um outro tipo de coerência e a pertinência de avisos oportunamente feitos.

De facto, no dia 3 de Janeiro de 1991, houve em Portugal alguém que disse, em conferência de imprensa, que aquela decisão «vem afinal viabilizar a existência de televisões à custa de vultuosos investimentos públicos e da alienação sem contrapartidas conheci-

das de bens e recursos próprios da RTP» com «o risco (conhecida a prática do Governo do PSD nestas matérias) de evolução para o controlo privado de um bem de importância estratégica e que pertence inequivocamente ao domínio público do Estado».

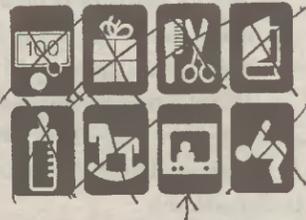
Nesse dia, alguém disse que tal decisão «implica forçosamente a transferência por parte da RTP a favor da sociedade a criar de um vasto património constituído pela sua actual rede, em vias de alargamento e expansão a expensas da própria empresa» e advertiu que «não está salvaguardado» o «carácter efectivamente público» dessa nova sociedade.

Nesse dia, alguém disse que a RTP «vai ser forçada a enfrentar uma situação de concorrência em condições de grande fragilidade: não foram asseguradas contrapartidas face ao natural desaparecimento das receitas provenientes das taxas; não estão a ser pagas as

indemnizações compensatórias devidas pela transmissão para as Regiões Autónomas; não está a ser feita a justa avaliação da parte do seu património em risco de ser transferido para outras entidades (...) e apresenta-se como inevitável uma sensível redução das receitas de publicidade. Tudo isto sem que da parte do Governo haja o compromisso solene de que o serviço público de televisão possa enfrentar em condições de igualdade a concorrência das televisões privadas».

Nesse dia, alguém disse premonitivamente que «uma política que sacrifique o serviço público de televisão em nome da viabilização de quaisquer canais privados é condenável e é contrária aos interesses dos próprios telespectadores».

Esse alguém falava contra a política do PSD e dos Morais Sarmentos da época que então se davam pelo nome de Marques Mendes (sim, é o mesmo!). Esse alguém era o PCP.



Tempo perdido

• Jorge Cordeiro

Quatro anos passados sobre o referendo a que foi sujeita a decisão sobre a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez são suficientes para reconhecida-mente se poder concluir estar perante tempo perdido na inadiável tarefa de dar solução a este dramático problema.

Um tempo que, como se comprova pelas recentes declarações do ministro Bagão Felix, pouco contribuiu para fazer evoluir as mesmas retrógradas e reacionárias concepções primariamente patenteadas na ocasião pela direita e pelos partidários do «Não» sobre a Mulher, os seus direitos e dignidade, com a diferença de algumas delas serem agora repetidas na qualidade de governantes.

Um tempo que revela a ligeireza com que, os que em nome da «defesa da vida» e para alívio de consciência se desdobravam em comoventes compromissos de soluções e políticas alternativas em matéria de apoio social e educação sexual, se esqueceram rapidamente do prometido e regressaram ao regaço da fria indiferença com que assistem a este flagelo.

E um tempo em que, como o comprova dramaticamente a dura prova da vida de que o processo da Maia é apenas uma expressão, ainda que significativa, do flagelo que silenciosamente vai minando em cada dia e em cada lugar a saúde, a digni-

dade, a liberdade e a vida de milhares de mulheres portuguesas. E porque é de tempo perdido que se trata, queremos, pela nossa parte, e na ocasião em que na Assembleia da República se debateu uma proposta para novos estudos sobre o conhecimento da realidade do aborto no nosso país, deixar dois registos.

O primeiro para declarar que não tendo o PCP qualquer objecção, antes pelo contrário, à realização de todos os estudos que contribuam para alargar a consciencialização nacional sobre este grave problema humano e social, não encontrarão porém acolhimento ou conivência quaisquer tentativas de condicionar ou postergar o relançamento do debate e do encaminhamento de soluções para depois da conclusão de tais estudos.

O segundo para, e sem prejuízo de novos dados que a tornem ainda mais impressiva, recordar serem hoje suficientes os estudos e elementos de caracterização de uma realidade com expressão para nós já insuportável e intolerável. E para em conformidade se evidenciar que o grande progresso que seguramente faz falta ao nível das consciências é precisamente o de passar da escala fria dos números para a escala da dimensão humana, a escala das mulheres concretas que ainda hoje são vítimas desta iniquidade legal.



«Traz o desastre»

• Leandro Martins

Há muitos, muitos anos, quando mais depressa se apanhava um animal a falar do que um jornal a dar notícias verdadeiras - e não quer dizer que hoje os animais se hajam todos calado, basta ouvir as vozes de burro que, se não chegam ao céu, alastram nas ondas hertzianas; nem que hoje os jornais digam sempre a verdade -, nesse tempo, os ardinas apregoavam e, para suscitar o interesse dos leitores, davam um cheirinho do que lá havia impresso. «Traz a bola!», berravam. Ou: «Traz o desastre!»

Quanto à bola, ao que recordamos, as coisas não vinham disfarçadas. Os resultados eram mesmo aqueles, e só os leitores se dividiam depois nos comentários, acertando as contas nas conversas de segunda-feira, que a bola era sempre ao domingo à tarde. E, no que toca ao desastre, a censura deixava passar o grande estardalhaço do incêndio, do descar-

rilamento, da derrocada, desde que culpas não fossem atribuídas, nem pelo cheiro, a alguma alta personalidade ou empresa ligada ao regime. Quero crer que o «erro humano» começou aí mesmo...

Depois, era quase tudo um disfarce. Sua Excelência esteve, o Presidente do Conselho recebeu, o Venerando deslocou-se, Sua Eminência abençoou, o soldado português é tão bom como os melhores, a polícia apanhou um subversivo meliante. Não havia nem desemprego, nem greves, nem manifestações, nem... oposição ao que quer que fosse.

Basta deitar uma olhadela aos jornais de ontem, por exemplo, para verificar o tempo que passou e o que os portugueses, em Abril, fizeram em abono da limpeza. Mas o «desastre» continua a lá estar, em cabedalho. Só que, em abono da verdade, o desastre é outro. E o disfarce cos-

tuma vestir-se de outros modos. Escrevia o *Diário de Notícias* que «Bruxelas pode matar pesca portuguesa». Um desastre. Mas o disfarce é vê-lo embrulhado na lamentação de um secretário de Estado, queixando-se de Bruxelas ter feito uma proposta que «inviabiliza a frota nacional». Como se a frota nacional, ao longo de tantos anos de Bruxelas, de PS e de PSD, não estivesse, há muito, inviabilizada. Escreve depois *A Capital*: «Razia na Função Pública dis-para taxa de desemprego». Mais um desastre, que o Governo tenta disfarçar afirmando que se trata «apenas» de 10 mil funcionários, enquanto os sindicatos alertam para o facto de que 50 mil estão na calha para serem sacrificados. Por sua vez, o *Público* também adianta que os «Despedimentos começaram na função pública». E traz o mesmo disfarce dos «dez mil». Ainda no dia de ontem, o *Jornal de Notícias* alertava para mais um desastre: «O Governo vai alterar em Setembro a comparticipação de medicamentos».

O desastre continua.



Frases

“O vazio demagógico com que o Governo se apresenta, a manifesta impreparação nas matérias, é absolutamente assustador.”

(Eduardo Prado Coelho, Público, 20.05.02)

“O trabalho de levantar Timor-Leste será árduo. Nada que os timorenses não saibam já. Mas será preciso muita firmeza para que, como disse Kofi Annan, esta “pequena nação seja capaz de iluminar o mundo”.”

(Nuno Pacheco, idem)

“O nascimento da nova nação [Timor-Leste] teve algo de surpreendente. Não eram só os diplomatas que, há dez anos, duvidavam da possibilidade de Timor se libertar um dia da Indonésia - era quase toda a gente (...) Mas a “realpolitik” enganou-se no caso de Timor (...) Abre, sim, uma perspectiva afinal mais realista (...) que, sem menosprezar os interesses e a força dos Estados na cena internacional, compreende que a moral também pode e deve estar aí presente.”

(Francisco Sarsfield Cabral, Diário de Notícias, 20.05.02)

“Até ao momento, só temos presenciado uma estratégia de depressão e de destruição. Envolvida por uma capa espessa de arrogância, prepotência e muita falta de cultura democrática. Esperemos que, no dia em que finalmente Durão Barroso decida começar a construir qualquer coisa, Portugal já não esteja reduzido a escombros.”

(Leonel Moura, A Capital, 19.05.02)

“Não se compreende que o Governo não tenha guardado uma pequena reserva de crispação para atacar um dos maiores escândalos nacionais: a fuga aos impostos.”

(Manuel Carvalho, Público, 18.05.02)

“Contrapor ao guterrismo o exercício da autoridade pela autoridade, o indisfarçável prazer do exercício do poder pelo poder, a necessidade vital de mostrar “quem manda” (o Governo) e “quem obedece” (o povo e a oposição), a urgência de evidenciar que uns “puxões de orelhas a tempo” só trazem benefícios (como dizia Salazar referindo-se aos opositores ao Governo) é um atestado de indigência a um povo.”

(Ana Sá Lopes, idem)

“O guterrismo, quando não estava quieto, era exímio em dar cambalhotas para trás. A coligação de direita, atacada pelo frenesim populista, quer mostrar as suas habilidades dando constantes cambalhotas para a frente.”

(Alfredo Barroso, Expresso, 18.05.02)

“Menos Estado e melhor Estado” - dizem eles [do actual Governo] em coro. “Menos Estado” já está e já faltou mais para o arrasar, privatizando tudo. “Melhor Estado” também se adivinha o que quer dizer: Estado morto e nós privados dele. Fica o mercado em paz. Nós é que não.”

(Idem, ibidem)

“As medidas propostas agora pelo Governo sobre a RTP e sobre o serviço público são medidas políticas de forte conteúdo ideológico. Com o relevante aspecto de não tocarem apenas o futuro da empresa ou da TV no seu relacionamento com a sociedade: estamos a falar de alguma coisa inevitavelmente ligada ao próprio País. E são más.”

(Ruben de Carvalho, Diário de Notícias, 17.05.02)

“Nos países onde o espírito de cidadania é vivo não se discute a existência do serviço público, cuja necessidade a todos parece evidente (...) A existência de um tal serviço (...) é fundamental para a defesa da nossa identidade nacional e como alternativa ao sistema comercial de carácter consumista, massificante, alienante e desnacionalizante.”

(Manuel José Lopes da Silva, idem)

- Gustavo Carneiro
texto
- Jorge Cabral
fotos



Deslocalização para a Bulgária na base da «falência» da ERES

Só à espera do fim

O ritual repete-se todos os dias, desde há dois meses. Entrar às oito e sair às cinco. Pelo meio, nada. Apenas uma longa espera, até que a empresa seja considerada falida. Para que possam sair. Para outro lado ou simplesmente para o fundo de desemprego. É este o dia-a-dia dos 500 trabalhadores da ERES.

Uma aproximação à fábrica de confecções ERES, no Fundão, é suficiente para que se perceba a existência de uma situação anormal. Dezenas de batas rasgadas e amarradas à rede confirmam essa sensação. Uma delas, negra, está presa no mastro, simbolicamente colocada a meia-haste.

Apesar do muito movimento em redor da fábrica, reina a calma no seu interior. Demasiada, para uma quinta-feira à tarde. As máquinas são às centenas, todas elas paradas. E, na sua maioria, tapadas com capas que, ironicamente, constituem as últimas peças confec-

cionadas na empresa – excluindo os bordados, feitos na esperança de matar o muito tempo que medeia entre as oito da manhã e as cinco da tarde, hora em que acaba o «trabalho».

Conceição Oliveira, delegada sindical da ERES, considera que esta rotina nada tem a ver com resignação. Embora estejam sem receber, abandonar a empresa não é solução. Até que seja declarada a falência pelo Tribunal, os 480 trabalhadores mantêm o vínculo e terão direito, mal chegue a confirmação, a indemnizações e subsídios de desemprego. Rescindindo os contratos ou despedidos com justa causa, perderiam a ligação à ERES e não teriam direito a nada. «E algumas trabalhadoras têm 30 anos de casa», lembra a sindicalista, considerando mais complicados os casos dos que, não tendo ainda idade para a pré-reforma,

não conseguirão com facilidade arranjar um outro emprego. «De todos, talvez 20 ou 30 já tenham outros empregos em vista, mas não podem sair daqui», afirma. De qualquer forma, as saídas não são muitas. Com o fecho da ERES, o sector das confecções no distrito perdeu, em pouco tempo, mil e quinhentos postos de trabalho. E mais estarão para vir.

Outra das preocupações dos trabalhadores relaciona-se com a defesa do património da empresa. «Estando cá gente, é mais difícil levarem as máquinas, que garantem o pagamento das nossas indemnizações», afirma Conceição Oliveira lembrando que não fosse a presença dos trabalhadores na fábrica várias máquinas teriam já sido levadas. «Só saíram de cá três, porque a pessoa que as veio buscar provou que elas lhe pertenciam.»

Uma situação dramática

Há um ano, era difícil conceber este tipo de situação, já que a ERES tinha, como sempre teve, uma boa situação económica e financeira. Quem o diz é Luís Garra, presidente do Sindicato dos Têxteis da Beira Interior, que revelou que a paralisação do trabalho e o pedido de falência têm origem não num qualquer problema de produtividade mas tão-somente na decisão da empresa suíça de deslocalizar a produção de Portugal para a Bulgária, onde a mão-de-obra é mais barata.

Quanto à fábrica portuguesa, teria de ser auto-suficiente e encontrar o seu próprio espaço no mercado. Luís Garra tem muitas dúvidas sobre a sua viabilidade, pois desde a sua fixação em Portugal que a ERES não tem qualquer mercado nacional, limitando-se a trabalhar para exportação. Com a produção assegurada por uma fábrica no leste da

Europa, Luís Garra considera ser praticamente inviável a continuidade da empresa, a menos que surgisse alguém interessado na sua compra.

Este negócio, já pouco provável à partida, tornou-se praticamente impossível, depois da decisão da empresa suíça de passar para qualquer potencial interessado o encargo do pagamento das indemnizações aos trabalhadores que fossem despedidos. «É óbvio que nestas condições ninguém quer comprar a empresa», afirma.

«A situação é, hoje, dramática», considera o presidente do sindicato dos têxteis, pois só a partir do final de Maio será possível aos trabalhadores rescindirem os contratos com justa causa, ao abrigo da lei dos salários em atraso. Para além disto, ao nível psicológico «é muito difícil, pois estar durante meses numa fábrica parada, e sem receber, é estar sujeito a uma grande pressão».

À boleia da crise

«O nosso interior é uma miséria.» Foi com estas palavras que a delegada sindical da ERES, Conceição Oliveira, caracterizou o distrito de Castelo Branco no que respeita a oportunidades de emprego para os trabalhadores que venham a sair da empresa.

De facto, longe de constituir uma excepção, o caso da ERES é apenas mais um em muitos outros que ocorreram na região. Em apenas oito meses, afirma Luís Garra, «já encerraram catorze empresas e destruíram-se mais de mil e quinhentos postos de trabalho».

Para o sindicalista, muitos destes casos, tal como o da ERES, são «fabricados», não tendo nenhuma relação com problemas económicos ou financeiros, mas com opções das empresas de deslocalizar a produção para onde possam auferir maiores rendimentos.

«Temos depois empresas a ir à boleia da chamada crise», afirmou, aludindo às que, sendo rentáveis e não indo encerrar, praticam baixos salários. Esta é, segundo lembra o dirigente

sindical, a tónica desde o início da fixação destas empresas no distrito, muitas delas sem ter marca ou *design*, sem qualidade e, algumas delas, nem sequer com estrutura comercial própria. Isto significa que as oscilações de mercado têm imediatas repercussões. Como se viu. Encerrando a ERES perde-se cinco por cento da mão-de-obra total do Fundão; com o fim da Montebela, em Belmonte – com os seus 220 trabalhadores –, são dez por cento da população activa do concelho que vai para o desemprego.

Para Luís Garra, a solução deste problema passa pela conjugação de dois vectores, a serem assumidos pelo poder político: defesa da produção e dos postos de trabalho existentes e a diversificação económica da região, incluídos num plano de emergência que «sirva para a implementação de um amplo plano de formação e qualificação profissional directamente dirigido às necessidades das empresas, das novas profissões e actividades a implantar».



Negro é o futuro dos trabalhadores da ERES, sem grandes hipóteses de emprego, dada a precária situação do sector

Federação dos Sindicatos da Função Pública marca manifestação nacional para 7 de Junho para defender os postos de trabalho

Disponíveis só para lutar

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública não aceita que sejam os trabalhadores a pagar o preço da má gestão e prometem lutar contra as medidas propostas pelo Governo.

«Uma autêntica declaração de guerra aos trabalhadores da Função Pública.» É desta forma que a Federação dos Sindicatos do sector descreve a decisão do Governo de repor a «famigerada figura dos disponíveis», bem como a intenção de despedir «milhares de trabalhadores que se encontram com contratos a termo certo ou em contrato individual de trabalho».

Esta colocação como «disponível», considera a federação em comunicado do dia 15, «submete o trabalhador à ameaça de redução ou suspensão total do vencimento, como expressamente consta do orçamento rectificativo». A ameaça de despedimento, por seu lado,

incide sobre os trabalhadores que prestam serviço em contrato individual de trabalho, contrato a termo

As medidas do Governo prejudicam a própria prestação de serviços

certo ou mesmo em contrato administrativo de provimento.

Segundo os sindicatos, é inaceitável que, sob o argumento de que o anterior governo

criou institutos que fizeram aumentar a despesa pública, «se ponha em causa a estabilidade no emprego de todos aqueles trabalhadores que, em muitos casos, foram obrigados a transitar para esses serviços». Por esta razão, a federação rejeita que os trabalhadores sejam os «bodes expiatórios da dramatização do desacerto das contas públicas» e propõe

que se punam os maus gestores e os responsáveis pelas «falências».

Afirmado que os trabalhadores da Função Pública só estão «disponíveis» para lutar, a federação sindical contesta a forma como o Governo diz combater o despesismo propondo como alternativa ao apertar do cinto aos trabalhadores o combate à fraude e evasão fiscais e a tributação das mais-valias especulativas.

Mau para o País

«As exigências da sociedade moderna não determinam uma redução das estruturas existentes, mas sim a existência de estruturas na administração pública que dêem resposta às solicitações e carências que a própria sociedade apresenta diariamente», afirma a Federação num outro comunicado, emitido anteontem. Para a estrutura sindical, as medidas



Os trabalhadores da Função Pública consideram-se disponíveis para a luta, que terá um ponto alto no dia 7 de Junho

recentemente aprovadas «representam em larga medida a continuação de medidas anteriores que provaram já não resolver os problemas estruturais da administração pública, nem conferir maior qualidade na prestação dos serviços aos cidadãos». O exemplo do congelamento de vagas, previsto nas 50 medi-

das do ex-ministro Pina Moura, provocou o envelhecimento do corpo de efectivos da administração pública e a sucessão de «situações de ruptura».

Outra das medidas, o despedimento dos trabalhadores contratados a termo, põe «seriamente em causa o cumprimento das funções

sociais que o Estado deve cumprir» e pode representar a paralisação de dezenas de unidades e serviços «que hoje são suportados pelos mesmos, já que desempenham funções que correspondem a necessidades permanentes», considera a federação sindical da Função Pública.

Grande ameaça ao sector têxtil

Os trabalhadores da Vestus manifestaram-se, na passada sexta-feira, em frente à embaixada da Dinamarca, de onde se deslocaram, em cordão humano, até ao Ministério do Trabalho. Contando com a presença solidária do secretário-geral da Intersindical, Carvalho da Silva, os trabalhadores da Vestus exigiam ser recebidos pelo embaixador da Dinamarca, país de origem do anterior grupo proprietário da empresa, o grupo Kansas – que cedeu há dois anos, por dez escudos, as quotas a duas empresas, de origens sueca e holandesa.

Com as linhas de produção paradas e com os salários de Abril por receber, paira sobre os 414 trabalha-

dores da Vestus, multinacional do ramo têxtil a laborar no concelho do Seixal, a possibilidade de encerramento da empresa, já confirmada pela administração, que ameaça com a falência.

Noutra empresa do sector no distrito de Setúbal, a Lear Corporation, cerca de 60 por cento dos trabalhadores da empresa aderiram, na passada segunda-feira, à greve convocada pelos sindicatos para exigirem aumentos salariais de 4,5 por cento e a defesa dos postos de trabalho.

A Lear – que está sediada em Palmela e tem um total de 643 trabalhadores que produzem capas para bancos de automóveis para a fábrica da Autoeuropa, bem como para

outras marcas – já fez saber que pretende reduzir os trabalhadores para cerca de 400, dado que tem em vista a deslocalização de parte da produção para a Polónia.

O Sindicato dos Metalúrgicos não aceita os despedimentos e recorda o compromisso assumido com o Estado português no sentido da criação por parte da empresa de mais de quatro mil postos de trabalho efectivos até ao fim deste ano. Apesar do compromisso, denuncia o sindicato, a Lear Corporation nunca teve mais de 2 mil e cem trabalhadores, dos quais 90 por cento precários. O sindicato lembrou ainda que os salários praticados são dos mais baixos do sector no distrito.

Nas escolas e jardins de infância Não-docentes em greve no dia 29

Os trabalhadores não-docentes das escolas básicas e secundárias e dos jardins de infância dependentes do Ministério da Educação vão estar em greve no próximo dia 29. Na base do protesto está a ausência de resposta do novo ministro da Educação às reivindicações apresentadas pela Federação dos Sindicatos da Função Pública.

A estrutura sindical solicitou, há cerca de um mês, uma audiência com o ministro, sem que tivesse obtido resposta, apesar deste «saber que estão em causa questões prementes como a aprovação dos quadros regionais de vinculação». Desta

aprovação depende a integração nos quadros de alguns milhares de trabalhadores que se encontram, há largo tempo, em regime de contrato administrativo de provimento, «apesar de deles depender o normal funcionamento de muitos estabelecimentos de educação e ensino». A falta de aprovação de quadros impede ainda a transição de muitos trabalhadores para novas carreiras e consequente recebimento de retroactivos.

Para além da greve, realiza-se no dia 29, pelas 14.30 horas, uma concentração nacional em frente ao Ministério da Educação.

Luta intensifica-se

A contestação dos trabalhadores de vários sectores intensifica-se com o aproximar do dia nacional de luta, a 20 de Junho.

No sector dos transportes, a Carris prossegue a sua luta e já agendou mais duas jornadas de greve, nos próximos dias 27 de Maio – das 20 às 24 horas – e 4 de Junho – das 9 às 15 horas. Estas duas próximas acções foram convocadas no dia 16, após a greve à qual aderiram mais de 98 por cento dos trabalhadores da empresa, num gesto de «unidade e firmeza numa luta que é expressão do seu vivo descontentamento». Face ao anunciado encerramento das negociações por parte do Ministério do Trabalho e da Administração da Carris, a FSTRU considera a possibilidade de propor ao plenário a realizar no próximo dia de greve,

novas paralisações para os dias 5, 6 e 7 de Julho.

Na **Imprensa Nacional-Casa da Moeda**, os trabalhadores reclamam aumentos dignos e contestam a atitude da administração de querer impor, por acto de gestão, aumentos da ordem dos 2,9 por cento. Para contrariar esta posição da administração, os trabalhadores efectuaram ontem duas horas de greve, naquela que foi a terceira jornada desta luta. Após a greve, seguiu-se uma concentração junto da administração da empresa, que contou com a presença do secretário-geral da CGTP, Manuel Carvalho da Silva.

Em luta estão também os trabalhadores do **Café Nicola**, em Lisboa, que protestam contra a «forma prepotente» como a administração tem exercido «atitudes de autêntica repressão aos

trabalhadores». Entre estas atitudes contam-se alterações unilaterais de horário, recusa de aumentos salariais e o levantamento de sete processos disciplinares, incluindo ao delegado sindical. Os trabalhadores do café, que encaram mesmo recorrer à greve, realizaram ontem uma acção de denúncia, distribuindo um comunicado com carro de som.

Também no **Hospital de S. Marcos**, em Braga, há insatisfação e luta. Os enfermeiros desta unidade hospitalar estarão em greve no próximo dia 25, entre as 9.30 e as 11.30 horas reclamando melhores condições de trabalho e em protesto pelo sucessivo desrespeito pelos compromissos por parte da administração sobre estas matérias. Os enfermeiros concentraram-se no átrio do hospital.

Quantos mais têm que morrer?

A FSTRU anunciou que pretende continuar a sua luta por mais segurança para os motoristas de táxi. A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, filiada na CGTP, exige que sejam tomadas as medidas necessárias à segurança dos motoristas de táxi, nomeadamente dos que cumprem o seu serviço no horário nocturno.

A federação lembra que a lei existente apenas exige a instalação de um dos possíveis sistemas de segurança – sistema de comunicação via satélite; aparelho de rádio com acesso às forças de segurança; instalação de separadores entre condutor e passageiros; sistema exterior de luz avisador de perigo – cabendo ao empresário decidir

sobre qual utilizar. A FSTRU contesta esta possibilidade e exige a obrigatoriedade de instalação do separador – complementado por uma das outras soluções estabelecidas na lei – progressivamente concretizada no espaço de um ano.

Outra das medidas defendidas pelos sindicatos é a criação de um seguro obrigatório por morte ou incapacidade absoluta permanente no valor de 10 mil contos para todos os motoristas. A recusa por parte da associação patronal (ANTRAL), faz o sindicato questionar sobre «quantos motoristas de táxi têm ainda de morrer para que se ponham em prática medidas de segurança mais eficazes».

Polémica em torno dos estádios do Benfica e do Sporting

Um voto comunista a favor da cidade de Lisboa

Santana Lopes engendrou novos protocolos que violam o PDM e entregam aos clubes 100 milhões de euros (20 milhões de contos) do erário público. Em defesa dos interesses de Lisboa, os vereadores do PCP votam contra.

Vereadores e deputados municipais de Lisboa do Partido concluem que não era preciso violar o Plano Director Municipal (PDM) nem atribuir ao Sporting e ao Benfica benesses sem quaisquer contrapartidas para que houvesse novos estádios em Lisboa e que os clubes participassem no Euro 2004. A análise que os camaradas fazem vai mais longe. Para lá das questões de fundo que têm a ver com a violação do Plano Director Municipal (PDM) e a utilização de dinheiros públicos para pagar promessas eleitorais do PSD, levantam-se outras: o apoio explícito da direcção do Benfica ao PSD na última campanha eleitoral levou a esta situação que começa com as benesses atribuídas ao Benfica e se prolonga na repetição de benefícios «inesperados» ao Sporting, sempre à custa do

«a favor de Lisboa». Portavoz dessa posição, a camarada Rita Magrinho esclarece os leitores do *Avante!*.

O voto comunista é a favor de Lisboa quando votam contra estes protocolos podem ser mal interpretados, parecendo que estão a votar contra o Euro 2004?

Rita Magrinho – É importante esclarecer isso. É claro que não estamos contra o Euro 2004 nem contra os clubes e é necessário que o saibam todos os benfiquistas e todos os sportinguistas: nós, vereadores do PCP, nada temos contra nenhum dos clubes e os sucessivos protocolos com ambos e as relações de cooperação no âmbito de várias modalidades comprovam isso mesmo. Mas afirmamos e provamos que não é

gasolina). O Dr. Santana Lopes, depois de longa maturação, quer concretizar à custa do erário público as suas próprias promessas eleitorais, bem como o apoio eleitoral expresso dos dirigentes do Benfica ao PSD, sem vincular os clubes a qualquer contrapartida em relação à população da cidade de Lisboa. E não adianta afirmar que está a resolver situações criadas no passado, quando o compromisso do anterior presidente da Câmara – terreno para uma bomba de gasolina para o Benfica – fica muito aquém da proposta agora apresentada, a qual, curio-



A cidade é lesada a favor de interesses financeiros (fotos cedidas por A CAPITAL)

Onde está a tão propalada «contenção da despesa pública»?

O presidente da câmara de Lisboa assinou com o Benfica e o Sporting, envolvendo a EPUL, protocolos com muitas ilegalidades e grandes indefinições. Após algumas reuniões entre eleitos, Santana Lopes apresentou os novos protocolos essencialmente com os mesmos conteúdos. Por exemplo: «a excessiva edificabilidade, sem respeitar os índices e limites do PDM, a entrega de novas bombas de gasolina, a distribuição de mais valias relativas à operação».

De acordo com o PCP, o erário público vai envolver-se numa operação de valor estimado em 20 milhões de contos (100 milhões de euros): 13 milhões de contos (65 milhões de euros) para o Benfica e 7 milhões de contos (35 milhões de euros) para o Sporting, sem quaisquer contrapartidas a cumprir pelos clubes.

Assim, «a cidade e a sua população ficam altamente

lesadas em benefício dos interesses financeiros dos clubes, interesses financeiros alheios ao desenvolvimento e promoção desportivas junto das populações».

Finalmente os vereadores comunistas colocam uma pergunta muito séria: «a Somague Engenharia, S.A., de acordo com o texto do Acordo de Princípio apresentado, «dá a sua aceitação aos acordos e compromissos firmados entre a CML, a EPUL, e o Sport Lisboa e Benfica». Que compensações foram atribuídas à Somague para esta aceitação?»

Devido ao esbanjamento de milhões de contos do erário municipal, é inevitável a conclusão de que «no actual contexto político é de assinalar o contraste entre a proposta do PSD/Santana Lopes na Câmara Municipal de Lisboa e a contenção financeira anunciada pelo governo do PSD».

samente, envolve também o Sporting, e permite atribuir aos clubes 100 milhões de euros (20 milhões de contos). Todo este processo não prenuncia nada de bom nem para a cidade nem para o estilo da gestão que vai marcar os próximos anos do mandato.

Queres esclarecer esse ponto desde já?

Rita Magrinho – Em primeiro lugar, o método: fomos confrontados com acordos assinados sem nosso conhecimento prévio, ao contrário do que tinha sido garantido; soubemos pela televisão do que se tratava, e percebemos de imediato porquê: uma amálgama de equívocos, um conjunto de ilegalidades e irregularidades e de atropelos ao PDM; o esquecimento das contrapartidas dos clubes para com a cidade e a população; e, por fim, referências difusas e insinuadas a eventuais anteriores compromissos, nunca explicitamente esclarecidos, que seriam as promessas do anterior presidente da CML designadamente para com o Benfica – referências que

depois tem vindo a perceber-se que mais não são do que uma camuflagem para as ilegalidades e para as cedências financeiras de volume elevadíssimo à custa do património municipal.

No entanto, percebe-se que os casos do Sporting e do Benfica não serão exactamente do mesmo tipo...

Rita Magrinho – Pois não. Mas há dominantes comuns, embora os clubes sigam processos diversificados. O caso do Sporting, cuja discussão não se colocou antes, aparece neste processo por arrastamento em relação ao Benfica. E «tem direito», segundo o novo protocolo, a mais uma área de construção de 29 mil metros quadrados, apesar de ter esgotado a área definida no PDM (a chamada UOP 30) com o projecto urbano apresentado à CML, na sequência do protocolo de Maio de 99, área essa no valor de 109 mil metros quadrados. É ainda contemplado com mais uma bomba de gasolina e mais-valias respeitantes à construção

pela EPUL de 200 fogos na Quinta José Pinto, em Campolide, sem qualquer investimento próprio.

E para o Benfica?

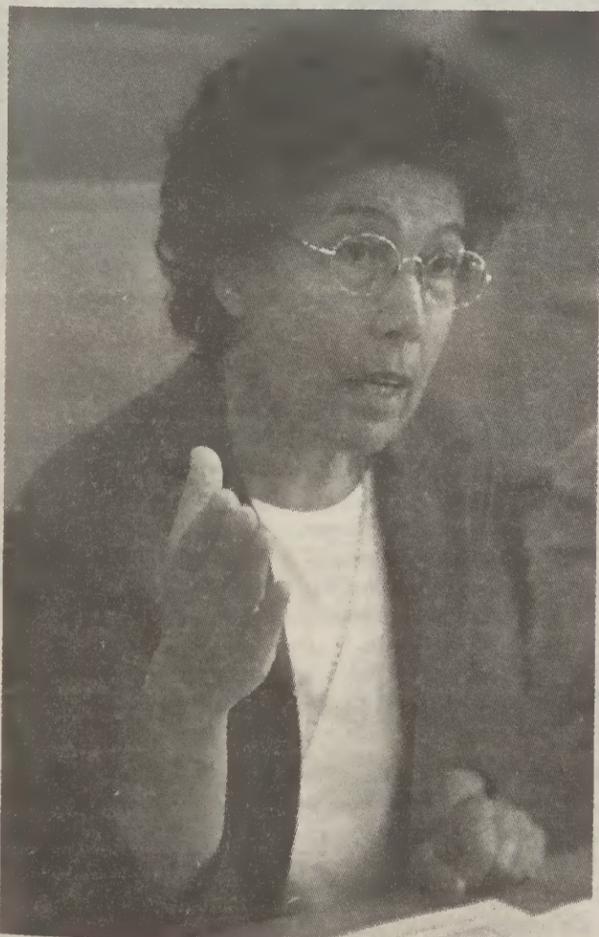
Rita Magrinho – Bom. Aí a chamada «solução imaginativa» consiste afinal em atribuir mais duas bombas de gasolina ao Benfica e ainda as mais-valias resultantes da venda de 200 fogos no Vale de Santo António, a construir também pela EPUL. E sobretudo, para continuar a falar no mais importante, o direito de construir 65 mil metros quadrados em terreno do Benfica, violando o PDM, que só permite a utilização de 23 604 metros quadrados. Há ainda uma cláusula que prevê que a CML assumira os encargos com a «construção dos ramais subterrâneos (gás, água, telefones, electricidade...) bem como a fiscalização e a consultoria das obras».

Há uma estimativa de custos para o erário municipal e, por outro lado, das mais-valias

resultantes desta operação em benefício dos clubes?

Rita Magrinho – Não é fácil ter números globais. Mas fizemos contas e apurámos o seguinte: entre a autorização de mais área edificada, duas bombas de gasolina no Eixo Norte-Sul e mais-valias, o erário público vai estar envolvido numa operação de valor estimado em 13 milhões de contos (65 milhões de euros) para o Benfica. Para o Sporting, o nosso cálculo ronda os 7 milhões de contos (35 milhões de euros) relativos a: 29 mil metros quadrados de área edificável, uma bomba de gasolina e mais-valias relativas a 200 fogos. Importa referir ainda que em nosso entender é indispensável que o Benfica cumpra as obrigações do protocolo de 95, e que ambos os clubes sejam obrigados a contrapartidas desportivas favoráveis à população de Lisboa.

Por tudo isto, em defesa dos interesses da Cidade de Lisboa, só podemos votar contra estas propostas de Santana Lopes.



Rita Magrinho: «Não estamos contra os clubes»

erário municipal e do património da Cidade. São estas as razões que estão na base do voto dos vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa (CML) contra os novos protocolos que Santana Lopes assinou com o Sporting e com o Benfica. Vamos perceber as razões de um voto que os camaradas vereadores da CML caracterizam como um voto

necessária esta proposta para que se concretize o Euro 2004 em Lisboa. De facto, no que respeita aos compromissos assumidos pela anterior gestão camarária, o Sporting já tinha as suas pretensões satisfeitas no final do mandato anterior (desde o protocolo de 1999). E ao Benfica foi-lhe facultada a possibilidade de mais um apoio (uma bomba de



Barata Moura foi um dos intervenientes das Jornadas

Ensino Superior Jornadas de reflexão

A «mercantilização dos saberes» foi apontado como o principal risco que ronda a instituição universitária pelos participantes do primeiro debate da série das «Jornadas de reflexão sobre o Ensino Superior», realizado, sábado, na Faculdade de Letras de Lisboa.

Iniciativa dos intelectuais comunistas da ORL do PCP, o encontro reuniu cerca de quatro dezenas de estudantes, professores e convidados, que analisaram as implicações do «Processo Bolonha» no caso português.

Subscrita por 27 ministros de Educação europeus em 1999, a Declaração de Bolonha constitui uma discutível tentativa de uniformização do ensino superior à escala europeia.

Após a abertura do debate feita por Rui Namorado Rosa, catedrático da Universidade de Évora, interveio o recentemente reeleito Reitor da Universidade de Lisboa, Barata Moura, que demarcou a frente de luta estabelecida entre duas concepções antagónicas.

Uma que, em nome da «harmonização», quer uniformizar os sistemas de ensino superior segundo um figurino que transforma as universidades em produtores de bens sujeitos ao mercado capitalista globali-

zado; outra que, afirmando o ensino superior como um «bem público», instrumento e motor do desenvolvimento da humanidade, encara o processo como uma oportunidade para aperfeiçoar e integrar onde for desejável os diversos sistemas à escala europeia, nomeadamente na dimensão horizontal de áreas do conhecimento.

Entre as muitas intervenções produzidas, destacaram-se as do professor Moniz Pereira, catedrático da Universidade Nova de Lisboa, e do professor e dirigente sindical Cunha Serra que, face a à importância agora assumida pela pedagogia na problemática da reforma, recuperou a actualidade do conceito de ensino como «formação integral do indivíduo» que Bento Jesus Caraça defendeu.

À tarde, o segundo painel do debate, moderado pelo professor António Armando da Costa, virou-se mais para os problemas concretos da realidade nacional com intervenções que abordaram, entre outros assuntos, a reestruturação dos cursos e curricular, as questões pedagógicas e do sucesso educativo e os efeitos previsíveis do processo Bolonha ao nível do financiamento, planeamento e investimento.

Trabalhadores comunistas da Câmara Municipal do Seixal preparam 10.ª Assembleia de Organização

Uma organização coesa e activa

«Quando alguns dizem que o projecto comunista morreu, o exemplo de trabalho da célula dos trabalhadores comunistas da Câmara Municipal do Seixal prova o contrário», disse ao «Avante!» Zózimo Amado, membro da DORS e da Concelhia do Seixal do PCP, responsável pela célula.

Zózimo Amado, que se encontrava acompanhado de três membros do executivo da célula - Francisco Silva, Henrique Tavares e José Anselmo -, está convicto que o bom trabalho desenvolvido pela célula, desde a 9.ª Assembleia de Organização, em 1998, se deve à

A organização é uma arma fundamental na luta dos comunistas

Para este dirigente, a organização é mesmo a «arma fundamental» com a qual se deve munir política e ideologicamente os quadros, com vista ao reforço do Partido nos respectivos locais de trabalho, de forma a fazer frente à ofensiva patronal.

De facto, uma célula que há quatro anos praticamente não funcionava, hoje, com 350 militantes, apresenta um trabalho e uma organização invejáveis, preparando

já a sua 10.ª Assembleia, a realizar no próximo dia 2 de Junho, sob o lema «Uma organização coesa e activa».

Francisco Silva afirma existir hoje uma ligação regular aos militantes, seja através das reuniões de núcleo, seja dos plenários. Primeiro dividida em 28 núcleos distribuídos por locais de trabalho, a célula começou, entretanto, a sentir a necessidade de se reestruturar, tendo hoje apenas 6 grandes núcleos, criados em função dos pelouros de trabalho.

Quotas quase em dia

A reestruturação começou, logo a seguir à 9.ª Assembleia, com o estabelecimento de contactos com todos os militantes, de quem se apurava a disponibilidade para desempenhar tarefas e pagar quotas; o reforço do recrutamento - «orientado», como Francisco Silva fez questão de sublinhar; e uma maior atenção ao trabalho ideológico.

De facto, ao longo dos últimos quatro anos, recrutaram-se 91 militantes - o que, tendo em conta as baixas por transferência, morte ou demissão se traduz por mais 40 militantes -, fizeram-se dezenas de reuniões e plenários, prevê-se a realização de um curso de formação ideológica, em Julho, e, ainda, de debates específicos, nomeadamente sobre a actualidade

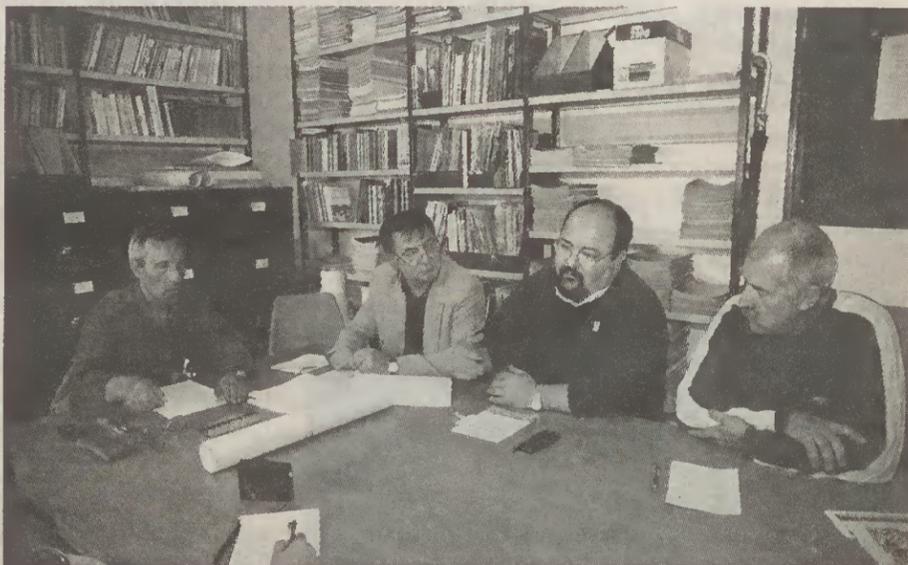
do Partido fica comprometida.

«Até 98 os camaradas diziam que não pagavam as quotas porque a célula não funcionava, agora essa razão deixou de existir», disse, lembrando que, actualmente, só em quotas e donativos, a célula da Câmara faz para o Partido à volta de 750 contos por mês.

Efectivamente, hoje, 87% dos camaradas têm as suas quotas em dia e os que tinham quotas em atraso - alguns de há muitos meses e até de anos -, fizeram questão de pagá-las. Se não de uma vez, aos poucos.

A par do seu trabalho corrente - partidário e unitário -, a célula participa em todas as tarefas centrais do Partido, designadamente na Festa do Avante, onde é responsável por um bar.

Mas há, ainda, muitas



Francisco Silva, Zózimo Amado, Henrique Tavares e José Anselmo (da esquerda para a direita)

Mas o elevado número de militantes de cada núcleo aconselha já a criação de secretariados e executivos em cada um deles. «O objectivo é conseguir-se uma maior participação e discussão das grandes questões.»

do projecto comunista; os trabalhadores comunistas nas autarquias CDU; o trabalho de organização; e a História do Partido.

Henrique Tavares, por seu turno, chamou a atenção para a importância dos «fundos», sem os quais a activi-

deficiências, afirmam. A sua apreciação fica, porém, para a 10.ª Assembleia que, na sequência do trabalho que vem sendo feito com vista à Conferência Nacional, vai traçar, também, as linhas futuras de actuação da célula.

A importância da imprensa

A imprensa do Partido é outro aspecto da sua intervenção a que a célula tem vindo a dar atenção crescente, até pela importância que ela assume no actual quadro político. A comprovar esta afirmação, José Anselmo, referiu concretamente o caso da venda do «Avante!» e do «Militante» que, dos 47 e 17 vendidos na altura da 9.ª Assembleia, passaram hoje para 84 e 40 respectivamente. Para um tal aumento contribuiu, em sua opinião, o facto de se terem destacado 15 camaradas para a tarefa.

Mas os responsáveis da célula não estão satisfeitos. Gostariam de levar mais longe essa divulgação, o que esperam conseguir antes mesmo de 2 de Junho. E vão voltar aos «jornais de parede» nos locais de trabalho, uma forma de levar a mensagem do Partido aos trabalhadores que, nos últimos tempos, tem sido um bocado esquecida.

Também o número de EPs vendidas pela

célula antes da Festa do Avante - entre 700 e 900, num universo de 350 militantes - faz inveja a muitas organizações. A receita? Distribuí-las por um grande número de militantes, encarregando-se, cada um deles, de vender uma, duas, as que conseguir.

Este empenho não surge, porém, do nada. Para ganhar camaradas, e até simpatizantes, para a venda das EPs e para o trabalho de implantação da Festa, a direcção da célula costuma promover uma «visita guiada» à Quinta da Atalaia, seguida de um almoço-convívio. Os participantes, alguns pela primeira vez nestas lides, gostam da experiência gratificante e enriquecedora que é o trabalho colectivo e querem voltar. Alguns deles, nesse e nos próximos anos!

Aliás, este ano já se realizou uma jornada de trabalho, que o nosso jornal divulgou, para limpeza da mata da Atalaia, estando já uma outra agendada.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Amílcar Fernandes de Morais e Castro

Faleceu, no dia 26 de Abril, com 76 anos, o camarada Amílcar Fernandes de Morais e Castro, irmão mais novo de Armando, Raul e Irene de Castro.

Inserido num núcleo familiar de resistência activa ao regime fascista e de luta pela liberdade e pela democracia, Amílcar de Castro aderiu muito novo ao MUD juvenil, sendo nesse contexto que se deu a sua primeira prisão política. Mais tarde, já casado e com um filho, viria a ser novamente preso pela PIDE.

Afastou-se voluntariamente da actividade política sem nunca abandonar os seus ideais, retomando, a seguir ao 25 de Abril, como militante do PCP, uma intensa actividade, e colocando a sua grande energia e capacidade publicitária ao serviço dos ideais comunistas.

Mais tarde, desempenhou um importante papel nas relações comerciais com os países socialistas, particularmente com a ex-URSS.

Joaquim Esteves Lopo

Faleceu, no dia 7 de Maio, com 81 anos, no Lavradio, Barreiro, o camarada Joaquim Esteves Lopo. Natural da freguesia de S. Miguel d'Acha, Idanha-a-Nova, estava organizado na freguesia do Lavradio.

Manuel Afonso

Vítima de atropelamento na Avenida do Brasil, junto ao Estádio Municipal, em Lisboa, faleceu, no dia 15 de Maio, o camarada Manuel Afonso, de 66 anos. Camarada muito estimado por quantos o conheciam, estava organizado na célula da freguesia de S. João de Brito, em Lisboa.

Rectificação

Na nossa edição de 9 de Maio, quando noticiámos o falecimento, em Portimão, do camarada Óscar Pinto de Melo, chamámo-lhe erradamente César. Pelo nosso lapso, apresentamos aos seus familiares e amigos as nossas desculpas.

Manuel Maria Varela

Faleceu o camarada Manuel Maria Varela, de 67 anos, natural de Valongo, Avis, e residente em Brandoa, onde estava organizado. Participou nas primeiras comissões de moradores da Brandoa, ainda antes do 25 de Abril, e integrou diversas vezes a Direcção dos «Aliados» da Brancoa.

José Narciso da Costa Lisboa

Faleceu, com 92 anos de idade, o camarada José Narciso da Costa Lisboa, residente em Coimbrões, Vila Nova de Gaia. O camarada desenvolveu sempre grande actividade partidária em Vila Nova de Gaia, nomeadamente como divulgador do «Avante!».

Maria Cesaltina Anjos P. A. Batista

Faleceu, com 68 anos de idade, no Lavradio, Barreiro, a camarada Maria Cesaltina Anjos Pão Alvo Batista. Organizada na freguesia do Lavradio, era membro da Comissão de Freguesia, tendo também pertencido ao núcleo do MDM no Lavradio.

Maria Madalena Marcelino

Com 75 anos de idade, faleceu, no dia 19 de Maio, a camarada Maria Madalena Marcelino. Muito dedicada ao Partido enquanto a saúde o permitiu, estava organizada na célula da freguesia de S. João de Brito, em Lisboa.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do *Avante!* manifesta sentidas condolências.

ALENTEJO Um esclarecimento

Ao tomar conhecimento da realização próxima de um jantar dito de «renovadores» no Alentejo, o Executivo da Direcção da Organização Regional do PCP entendeu esclarecer publicamente que este «se realiza à margem do normal funcionamento do Partido e da sua organização», estando os seus promotores a utilizar ilicitamente o nome de destacados membros do Partido.

De facto, de acordo com o que a DRA apurou, um conjunto destes camaradas nem sequer havia sido ainda contactado e outros ao serem-no haviam declinado de imediato o convite. Apenas um tinha assumido participar e outro deixado em aberto essa possibilidade.

A DRA lembra a realização, há poucos dias, do 10.º Encontro Regional do Alentejo do PCP, em que participaram os dois promotores do jantar que, perante os 300 quadros presentes, poderiam manifestado as suas opiniões livremente e sem limite de tempo, bem como dos vários plenários e assembleias preparatórias da Conferência Nacional, onde eles poderão igualmente defender os seus pontos de vista.

Assim, resta à Direcção do PCP no Alentejo retirar deste «comportamento desleal» dos promotores do referido jantar uma conclusão «clara»: é que ele «é marcado pelo espírito de grupo» e só se destina «a permitir a sua utilização pela comunicação social para alimentar a linha de confrontação que tem vindo a ser promovida, nos últimos meses por alguns membros do Partido».

AÇORES PCP com linha verde

O Grupo Parlamentar do PCP/Açores na Assembleia Legislativa Regional acaba de criar uma «linha verde» gratuita (292392411), através da qual as pessoas podem colocar dúvidas e pedir esclarecimentos. Mas o que os comunistas pretendem sobretudo, com esta linha verde, é receber da parte de quem a ela acede sugestões e propostas para projectos, porque «a Política é tarefa de todos».

CALDAS DA RAINHA Prepotência patronal

A actuação do novo Governo de direita já começou a estimular a prepotência patronal. Assim, depois de há alguns meses ter impedido a realização de um plenário de trabalhadores e feito pressões e ameaças a um dirigente sindical, a administração da Faianças Subtil, de Caldas da Rainha, suspendeu agora um dirigente e uma delegada sindicais.

A denúncia pertence à Comissão Concelhia das Caldas da Rainha do PCP que, solidária com os trabalhadores «injustamente penalizados», considera «intolerável» e «prepotente» uma tal medida e apela à unidade e luta dos trabalhadores para fazer recuar o patronato e impedir as sanções.

SACAVÉM Museu da Cerâmica premiado

O Museu da Cerâmica de Sacavém acabou de receber a mais alta distinção europeia com que são distinguidos os museus de âmbito industrial.

Congratulando-se com esta distinção, a Comissão de Freguesia de Sacavém do PCP diz que ela, «premiando o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal gerida pela CDU até Dezembro último», e «reconhecendo a validade do projecto cultural» prosseguido pelos eleitos daquela força política, constitui, simultaneamente, uma homenagem aos trabalhadores que «dedicaram a sua vida» à Fábrica da Loça. Mas - alerta o PCP -, esta distinção «não substitui nem recompensa» a falta de pagamento das indemnizações devidas a esses mesmos trabalhadores há mais de vinte anos.

ÉVORA Ataque contra as autarquias

O organismo do PCP para o trabalho autárquico no distrito de Évora analisou o Orçamento Rectificativo apresentado pelo Governo, contra o qual se manifesta. Diz a DOREV que nem especialistas de economia conseguem demonstrar «a bondade científica» do limite do défice máximo de 3% para o Orçamento e, muito menos, a imposição de défices nulos. Mais, o Pacto de Estabilidade impõe, de facto, cortes «cegos» na capacidade orçamental das autarquias, eliminando obras «fundamentais e inadiáveis», enquanto o Orçamento Rectificativo lhes coloca «inadmissíveis restrições». Razão por que os eleitos do PCP e da CDU irão apoiar todas as iniciativas que contribuam para travar a ofensiva contra curso contra a autonomia do Poder Local.

PCP homenageou Catarina Eufémia em Baleizão

Oito horas de trabalho conquistadas há 40 anos

Na homenagem a Catarina Eufémia promovida pelo PCP em Baleizão, no domingo, foram evocadas as lutas do proletariado alentejano que conduziram, há 40 anos, às oito horas de trabalho diário. Mas falou-se, sobretudo, do presente e do futuro das lutas dos comunistas portugueses.

Como acontece todos os anos em Maio, o Partido Comunista Português organizou, no domingo, em Balei-

zão, uma homenagem a Catarina Eufémia, «para lembrar a mulher, a camponesa, a comunista, assassinada pela ditadura fascista de Salazar, quando pedia paz e pão para os seus filhos, para o seu povo». Como lembrou Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido, que participou na jornada, ao lado de outros dirigentes nacionais e regionais e de muitas centenas de militantes e simpatizantes comunistas.

Depois de uma breve romagem ao local onde se encontra a campa de Catarina, coberta de cravos vermelhos e outras flores, teve lugar o comércio, no largo central da aldeia. Usaram primeiro da palavra Sandra Lopes, da Juventude Comunista Portuguesa, Jorge Henriques, da Comissão de Freguesia de Baleizão, e Maria da Fé, da Direcção Regional de Beja, tendo actuado na altura, pela primeira vez em público, dois grupos corais - um masculino e outro feminino - da freguesia.

Falou depois Agostinho Lopes, que começou por

saudar o povo de Timor-Leste, que consagrava nesse dia o seu Estado soberano, única razão pela qual Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, não estava ali em Baleizão, já que assistia em Timor às celebrações da independência do povo timorense.

Luta não terminou

«Neste Maio de 2002, quarenta anos, quatro décadas, são passados sobre um

outro Maio. Maio de 1962. Maio da conquista pelo proletariado alentejano das oito horas de trabalho, dirigido pelo seu partido, o Partido Comunista Português», lembrou Agostinho Lopes, sublinhando que «quando, no País de Catarina, que hoje é também o País de Abril, os trabalhadores portugueses iniciam a luta pelas 35 horas semanais, objectivo já presente na Assembleia da República pela mão do PCP, saudemos os que há quarenta anos, nestas sofridas terras alentejanas, ergueram, vitoriosos, a bandeira da luta contra o trabalho do nascer ao pôr do sol. Horário escravo que o latifúndio explorava e o fascismo impunha e protegia.»

Agostinho Lopes recordou que essa luta se desenvolveu em Abril e Maio e teve no 1.º de Maio de 1962 «uma data gloriosa, porque asso-

ciou a conquista das oito horas às comemorações do Dia Internacional dos Trabalhadores, que o fascismo proibia». Primeiro de Maio que «as greves de milhares de operários agrícolas do Alentejo, doze anos antes de Abril, fizeram feriado!».

O dirigente comunista explicou que, «se hoje, neste Maio de Catarina, neste Maio de Baleizão, neste Maio do povo alentejano, percorremos a traços breves os acontecimentos de tempos difíceis, não é por saudosismos estéreos ou revivalismos sem sentido, próprios de quem tem pouca confiança no futuro. É porque sentimos que nos tempos difíceis, mas diferentes nas suas dificuldades, que hoje vivemos, no mundo, no País, no nosso Partido, muito poderemos continuar a aprender com esses outros tempos».



Em Baleizão, Agostinho Lopes recordou lutas do povo alentejano

Um inaceitável «elitismo»

Falando, em Baleizão, da vida interna do PCP, Agostinho Lopes sublinhou a necessidade de «um Partido capaz de reflectir aberta e frontalmente sobre os seus problemas e dificuldades, associando e articulando essa reflexão com a intervenção e a luta contra a política de direita do Governo PSD/PP» e de «um Partido forte e coeso, o que significa o respeito pela sua democracia interna - o direito de cada militante a ouvir e fazer-se ouvir, serena e fraternalmente, pelos outros militantes; o respeito pelas suas regras de funcionamento, os seus Estatutos».

E acrescentou, referindo-se aos trabalhos em curso de preparação da Conferência Nacional do PCP: «Por decisão do Comité Central, está lançada a realização de uma Conferência Nacional, alargando-se assim os espaços de debate que a democracia interna do colectivo partidário já contém.

«Não há, assim, qualquer razão para que membros do Partido, à margem e em claro afrontamento das nossas regras de funcionamento, avancem com iniciativas e intervenções nos órgãos de comunica-

ção social, em nome de propósitos que ninguém contestará, mas que violam a igualdade de todos os membros do Partido face ao debate em curso, desenvolvendo um inaceitável «elitismo» de destinados à salvação do Partido, agudizando crispações e divisões. São comportamentos que queremos sublinhar, mais uma vez, não podem ser aceites pelo colectivo partidário.»

Para vencer dificuldades

Como se propõe no Projecto de Resolução Política a submeter a debate em todas as organizações do Partido, a Conferência Nacional deve sublinhar «com clareza a indispensabilidade (...) do restabelecimento, de preferência por atitude voluntária de membros do Partido, dos laços de fraternidade, de solidariedade, de lealdade e de inserção das legítimas opiniões individuais na reflexão e trabalho colectivo (...)». Porque são «uma condição essencial para a coesão e unidade do Partido, para a sua afirmação na vida nacional e para a intervenção

solidária dos comunistas na sociedade portuguesa».

Sem a pretensão de que as suas conclusões possam corresponder a todos os anseios, preocupações, opiniões e posições (...) a Conferência Nacional «lança um vivo, sentido e forte apelo a todos os membros do Partido para que, pela sua opinião, trabalho e acção, se empenhem na concretização das linhas de orientação e de trabalho que, resultando do debate democrático realizado e da vontade democraticamente manifestada pelo colectivo partidário, se afigurem no momento actual como as mais adequadas, correctas e urgentes».

Para que o PCP «possa ultrapassar dificuldades, reforçar a sua intervenção e influência, e estar à altura das suas responsabilidades, como força essencial da democracia portuguesa, como força impulsionadora da luta contra a política de direita, e pela construção no futuro de uma alternativa de esquerda, como força coerentemente vinculada à luta por uma democracia avançada e pelo socialismo, como uma força com causas e convicções, uma força com futuro».

«Terrorismo legislativo»

• António Filipe

O termo «terrorismo legislativo» foi utilizado pelos representantes dos trabalhadores da RTP para qualificar a atitude do Governo de, na sequência do parecer negativo do Conselho de Opinião à proposta governamental de composição do Conselho de Administração da empresa, decidir desencadear um processo legislativo urgente com o objectivo de eliminar a exigência legal desse parecer. A qualificação é pesada, mas convenhamos que o caso não é para menos. Se era ponto assente que o Programa do Governo anunciava sérios perigos para o serviço público de televisão, uma verdadeira tempestade desabou quando o ministro da Presidência anunciou perante um auditório de jovens estudantes a sua intenção de eliminar um dos canais da RTP, tomando a RTP 2 como modelo de referência para o futuro canal de serviço público e preconizando o fim da publicidade na RTP, vindo, aliás, claramente ao encontro das reivindicações expressas pelos operadores privados de televisão que anseiam repartir entre si a totalidade do mercado publicitário. Apesar de dar o dito por não dito em alguns aspectos (designadamente quanto ao fim da publicidade) e de deixar no vago opções fundamentais quanto ao futuro da RTP, é muito claro que os propósitos do Governo, se forem por diante, reduzirão o serviço público de televisão a uma expressão marginal, em termos de audiências e de influência social, deixando o sector de televisão entregue ao duopólio das televisões privadas. Não é preciso ser adivinho para prever as consequências nefastas, para a programação televisiva, para a cultura portuguesa, para a democracia e para a própria soberania nacional, do facto de se deixar o espectro radioelétrico nacional quase inteiramente nas mãos dos grupos económicos dominantes da comunicação social. Nesse sentido, o Governo não perdeu tempo, e aprovou em Conselho de Ministros a proposta de nomeação de um novo Conselho de Administração da RTP com a incumbência de, designadamente, «garantir a criação, no espaço de seis meses, de uma nova empresa pública de televisão, que assegure a emissão de um canal generalista». Esqueceu porém o Governo (ou não se quis lembrar) que, nos termos da Lei da Televisão, a nomeação do Conselho de Administração da RTP não depende exclusivamente da decisão do Governo, sendo necessária a obtenção de parecer favorável do Conselho de Opinião. A actual Lei da Televisão, aprovada em 1998, num momento

em que nenhum Partido ou Coligação dispunha de maioria absoluta na Assembleia da República, assumiu a preocupação de conter diversas disposições destinadas a prevenir a excessiva governamentalização da RTP (de que anteriores Governos haviam dado provas bastantes). Foi assim que se decidiu atribuir ao Conselho de Opinião do serviço público de televisão o poder de emitir parecer prévio vinculativo sobre a composição do órgão de administração da empresa concessionária, adoptando uma versão bem mais comedida que a que constava de um Projecto de Lei do PSD, apresentado em 1996, que propunha que o Conselho de Opinião elegeisse, por maioria de dois terços, nada mais nada menos que o presidente e dois vogais do Conselho de Administração da RTP, isto é, a maioria. Sendo as coisas assim, e sendo certo que a posse de um novo Governo não revoga automaticamente as leis da República em vigor, sabia o Governo PSD/CDS-PP que a sua proposta de Conselho de Administração da RTP teria de contar com o parecer do Conselho de Opinião e que, sendo este um órgão independente e livre nas suas deliberações, o seu parecer, independentemente do respectivo conteúdo, teria de ser acatado. Só que o Governo, perante um parecer negativo do Conselho de Opinião aos administradores propostos, avançou de imediato com uma Proposta de Lei para retirar a esse Conselho o poder de se pronunciar sobre a composição do Conselho de Administração da RTP. Isto é: como o Governo não se conforma com a Lei, acaba com ela, para a poder «violiar» em seguida. Altera-se a Lei para que a ilegalidade deixe de o ser, numa demonstração de prepotência e de desprezo para com as regras da democracia. Porém, neste caso, a prepotência foi levada ao extremo. Ao que se sabe, a proposta de lei foi publicitada pelo Governo depois da decisão do Conselho de Opinião, mas foi aprovada em Conselho de Ministros ainda antes dessa decisão ter sido tomada. Depois, a proposta de lei deu entrada na Assembleia da República na manhã do dia 17, e logo em seguida foi convocada uma Conferência de Líderes para que a maioria pudesse alterar a ordem de trabalhos já estabelecida para as próximas duas semanas e, preterindo direitos de agendamento, incluir a proposta na ordem do dia de 23 de Maio. É mais que previsível que hoje mesmo seja forçada a discussão na generalidade, na especialidade e em votação final global. Não será isto terrorismo legislativo?



Dos mais variados sectores, a começar pelos próprios trabalhadores da RTP, vieram posições de repúdio às medidas e intenções do Governo

Governo altera lei da televisão para eliminar direitos do Conselho de Opinião

Uma opção inadmissível

O Parlamento discute hoje a proposta de lei do Governo que visa alterar as competências do Conselho de Opinião da RTP. Uma opção «inadmissível e intolerável», acusa o PCP.

Face à posição do Executivo em não querer aceitar o parecer vinculativo daquele órgão, materializada no diploma hoje submetido a plenário, a bancada comunista fez já saber que no decurso do debate na especialidade apresentará uma proposta de alteração no sentido de «atribuir ao Conselho de Opinião a competência de eleger o presidente e dois vogais do Conselho de Administração da RTP».

Com esta medida, lembra, retoma nos seus exactos termos a proposta apresentada pelo PSD em Abril de 1996 (Projecto de lei 138/VII).

Desta forma o Grupo comunista responde à proposta de alteração da lei de televisão, entregue pelo Executivo, na passada semana, que elimina a possibilidade de veto do Conselho de Opinião da RTP à nomeação da administração, deixando-lhe apenas a hipótese de se pronunciar

sobre os directores de informação e programação, embora sem carácter vinculativo.

Ao Conselho de Opinião da RTP caberá «emitir parecer prévio, público e fundamentado, no prazo máximo de dez dias, sobre a nomeação e destituição dos directores

que tenham a seu cargo as áreas da programação e informação da empresa concessionária do serviço público», refere o artigo que retira o direito de se pronunciar a título vinculativo sobre a nomeação das administrações. Num segundo artigo, o Governo refere apenas que a lei «entrará em vigor no dia seguinte à sua publicação».

A atitude do PSD em todo este processo não deixa, entretanto, de estar marcada por fortes contradições. Quem o afirma é o deputado comunista António Filipe que, em declarações ao Avante!, recorda ter sido a bancada laranja a apresentar, em

1996, um projecto que atribuía ao Conselho de Opinião da RTP poderes para nomear membros para o Conselho de Administração da empresa. O parlamentar do PCP lembra ainda que o projecto do PSD, subscrito pelos social-democratas Guilherme Silva e Carlos Encarnação, pretendia conferir ao Conselho de Opinião da RTP o poder para nomear a maioria dos membros do Conselho de Administração da empresa.

«É inadmissível e intolerável a opção do Governo de não aceitar o parecer vinculativo do Conselho de Opinião da RTP sobre a proposta de nomeação de um novo Conselho de Administração para a empresa», considera o parlamentar comunista, que não aceita que o Executivo tenha decidido «avançar de forma unilateral com os nomes propostos para o Conselho de Administração da RTP» para, depois, fazer «chantagem com os membros do Conselho de Opinião, alegando estarem em causa os salários dos trabalhadores da empresa».

«Quando um Governo toma posse, tem de conformar-se com as leis em vigor», sustenta António Filipe.

Governo faz chantagem com os salários dos trabalhadores da RTP

Pela descentralização

Dar um contributo efectivo para a descentralização administrativa, eis, em síntese, o objectivo que presidiu ao pedido do PCP de apreciação parlamentar (ratificação) ao diploma que define o funcionamento das Comissões de Coordenação Regionais.

Para além da sua discordância quanto ao do âmbito do diploma que regula o funcionamento das CCR, a iniciativa dos deputados comunistas teve ainda por base a consideração de que o comportamento do governo do PS em matéria de descentralização administrativa se pautou por uma «paralisia extensa». «As opções feitas e as poucas decisões tomadas contra-

ditaram no fundamental uma verdadeira política descentralizadora», observou a propósito o deputado comunista Honório Novo.

O debate, no final da semana transacta, evidenciou a justeza das alterações preconizadas pela bancada comunista. A própria maioria parlamentar acabou por se reconhecer nelas, embora anunciasse a sua rejeição sob o pretexto de que não basta remendar o diploma.

Retirar os governadores civis da composição dos conselhos coordenadores regionais - o órgão de cúpula das CCR -, passando a neles incluir, em contrapartida, alguns presidentes de câmara escolhidos pelos seus pares

regionais, constituem duas das alterações subscritas pela bancada do PCP.

Os comunistas queriam ainda que os presidentes da CCR deixem de estar na dependência do primeiro-ministro, mas sim do Ministério das Cidades, deixando assim de ser equiparados aos subsecretários de Estado, como acontece no âmbito do decreto-lei aprovado pelo governo de Guterres.

No seu conjunto, como sublinhou Honório Novo, são propostas que introduzem «pela primeira vez» na história da nossa administração pública «elementos profundamente inovadores na estrutura das instituições descentralizadas do Estado».

Substituir o amianto

Erradicar a prazo a utilização do amianto no nosso país. Foi mobilizado por este objectivo que o Partido Ecologista «Os Verdes» elaborou um projecto de resolução, em debate na passada semana, preconizando a adopção imediata de um plano de «ataque» visando, nomeadamente, a realização urgente de um inventário rigoroso dos edifícios públicos com amianto incorporado.

A comprovada perigosidade deste material, utilizado sobretudo na construção civil, levou já muitos países da Comunidade a adoptarem medidas legislativas no sentido da sua proibição, impondo, como salientou o deputado Honório Novo, «a sua gradual substituição em edifícios públicos e noutras infra-estruturas».

Esse é também o fim preconizado no projecto de resolução de «Os Verdes», ao apontar um plano fiável e calendarizado para a substituição progressiva do amianto.

Importante, simultaneamente, de acordo com o documento, é o estabelecimento de uma eficaz vigilância sanitária das pessoas que trabalham ou operam nos edifícios construídos com aquele material.

Como sublinhou Honório Novo, «não é aceitável, muito menos tranquilizador», que se desconheça com rigor quais os estabelecimentos públicos que incorporaram amianto na sua construção, do mesmo modo que considerou «inadmissível» que não se saiba o número de trabalhadores que hoje ocupam edifícios com amianto

Animais perigosos

Esteve em debate no Parlamento, por iniciativa do PCP e do PSD, o decreto-lei que define multas até 3750 euros (750 contos) para os proprietários de animais selvagens, ou potencialmente perigosos, que não cumpram medidas de segurança. Este diploma, aprovado pelo anterior governo, visou regulamentar o decreto de 1993 que ratificou a Convenção Europeia para a Protecção dos Animais de Companhia.

Segundo o decreto-lei, os portadores destes animais ficam obrigados à afixação no alojamento, em local visível, de um aviso da presença e perigosidade do animal. Ficam ainda obrigados a possuir um seguro de responsabilidade civil em relação aos animais. No que respeita à circulação, esta deve ser feita com meios de contenção adequados à espécie e à raça.

Fica ainda proibida a participação destes animais em lutas ou em treinos que reforcem a sua agressividade para com pessoas, outros animais e bens.

Parlamento aprova alterações ao Orçamento de Estado 2002

Novo retrocesso social

O Parlamento aprovou, com os votos do PSD e CDS/PP, o diploma que introduz rectificações ao Orçamento de Estado de 2002. Para o PCP, que votou contra, esta é uma proposta «socialmente injusta».

As alterações preconizadas, no entender dos comunistas, dificilmente atingirão os objectivos que os seus autores dizem perseguir, e, pior, ficam à margem dos interesses e necessidades do País.

O desequilíbrio das contas públicas herdadas do Governo PS (o que sendo verdade não justifica o excesso de dramatismo e empolamento dado ao problema) foram o pretexto para a apresentação do documento.

Disse-o a ministra das Finanças, enfatizando, por isso, a necessidade de repor o equilíbrio orçamental como grande objectivo para a correcção das contas de 2002. Manuela Ferreira Leite, logo na sua primeira declaração, numa crítica cerrada à anterior governação, acusou o PS de se ter preocupado em introduzir no Orçamento de Estado de 2002 metas que «mistificavam a dura realidade» e iludiam «outras instâncias», numa alusão à União Europeia.

O que não é novidade, pois, como o PCP em devido tempo alertou, no Orçamento de Estado de 2002 havia sobreavaliação das receitas em paralelo com uma subavaliação e desor-

çamentação das despesas. A questão reside, porém, no caminho seguido pelo actual Executivo para lidar com a questão das contas públicas e da redução do

Governo desfere ataque a quem vive do trabalho e aos mais desfavorecidos

défice. Ao erigi-lo como um problema central, fê-lo em termos tais que evidenciam ter por base a «aceitação submissa das imposições de Bruxelas e do seu pacto de Estabilidade e Crescimento», como assinalou o líder parlamentar comunista.

E daí a opção do Governo pela diminuição do investimento público, quando, ao contrário, como reclama a o PCP, a aposta deveria ser no sentido de um «forte investimento público, acompanhado de medidas de dinamização do consumo interno, designadamente através das valorização dos salários e pensões».

E por isso este orçamento rectificativo é a prova, segundo Bernardino Soares, de que a política económica e monetária imposta pela União Europeia «não contribui para o desenvolvimento económico nem para o progresso do País».

Por razões que se prendem ainda com factores de justiça social, como sublinhou a bancada do PCP, que

Opções erradas

Uma das críticas apontadas ao Orçamento Rectificativo foi a sua falta de transparência. Para Lino de Carvalho, o Governo empolou as contas para «sustentar a dramatização em curso, justificar as medidas de austeridade e poder, amanhã, apresentar-se ao país e em Bruxelas como o salvador da pátria e da sua honra».

Outra das razões que esteve na base da total oposição do PCP ao documento prende-se com as despesas. Segundo Lino Carvalho, o executivo não só não corta como aumenta as «despesas correntes injustificadas», designadamente para «aquisição de bens e serviços, num valor global de 1181 milhões de euros», o que representa mais 5,7 por cento em relação ao Orçamento de Estado de 2002.

O Governo «opta igualmente pelo aumento dos impostos, pela aceleração do processo de fragilização do Serviço Nacional de

Saúde e pelo anúncio de medidas como o corte das bonificações à aquisição de casa própria», sublinhou Lino de Carvalho, a quem não escapou, por contraste, o facto de o Governo não ter adoptado qualquer medida, por mais pequena, com vista a aumentar a receita fiscal pela via do combate à fraude e à evasão fiscais.

Criticado pela bancada comunista foi também o que considerou ser o corte «sem nexos nem critérios» nos institutos públicos, bem como a introdução de «alterações à legislação laboral dos trabalhadores da Administração Pública».

Realçado, no que se refere a estas duas medidas, foi ainda o facto de ambas estarem feridas de inconstitucionalidade, enfermidade que Lino de Carvalho tornou igualmente extensiva à revogação da Lei de Finanças Locais, através da imposição de tectos ao endividamento municipal.



O corte das bonificações para compra de casa vai afectar sobretudo os casais jovens

viu na proposta um novo ataque a quem vive do trabalho, atingindo em particular os mais desfavorecidos.

O líder da bancada comunista considerou mesmo estar-se em presença de uma proposta «contra o País e os portugueses», representando um «retrocesso social», com incidências negativas no plano da economia.

E acusou o Executivo de estar a «penalizar forte-

mente os trabalhadores» e de fazer «um ataque à justiça social», ao recorrer ao aumento do IVA (que atinge negativamente sobretudo os sectores de mais fracos recursos) e ao pretender acabar com o crédito bonificado à aquisição de casa própria, deixando sem qualquer alternativa para esse efeito muitos milhares de portugueses.

Também pelo ataque que desfere aos trabalhadores

da administração pública — quer pela perspectiva de desemprego que oferece a milhares de trabalhadores cujo vínculo é o contrato individual de trabalho quer pela criação de um novo quadro de disponíveis e pela imposição de medidas de mobilidade forçada — este orçamento rectificativo foi classificado pela Grupo comunista como um «inaceitável ataque à justiça social».

Aborto clandestino

Tardam as soluções

Baixaram à comissão os dois projectos de resolução — um, subscrito pelo PS; o outro, posteriormente, pelo PSD e pelo CDS/PP — que apontam para a realização de um estudo sobre a realidade do aborto no nosso país.

Esta tramitação foi decidida após ter sido considerada nula a votação dos projectos, na sequência de um episódio insólito que foi o de o PSD e o CDS/PP rejeitarem o diploma do PS, quando, previamente, teriam dado a garantia da sua aprovação.

O que motivou fortes críticas por parte do PCP, BE e «Os Verdes», sublinhado todos eles ter sido «aprovado um aditamento quando não há aditado», e que, sem a proposta de resolução do PS, a «proposta de alteração não tem validade e autonomia por si própria».

A proposta de resolução socialista, da autoria da deputada Helena Roseta, propõe a elaboração de um estudo sobre o cumprimento das leis 6/84 e 90/97, nas quais se estabelecem os prazos e as condições em que é legal a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG).

Odete Santos, pronunciando-se em nome do PCP, considerou o estudo de «inegável interesse» — até porque se trata de uma realidade que sempre importa conhecer melhor —, mas recusou a ideia, como transparece dos projectos de resolução, que se esteja a partir «do zero» ou que a avaliação actual seja fundada apenas em «indícios, em vez de incertezas».

Para a deputada comunista, que vê nesta iniciativa do PS uma forma de «con-

trabalhar anteriores posições» por esta assumidas (recorde-se a sua tibieza aquando do referendo e, mais recentemente, a sua defesa de uma nova consulta), o flagelo do aborto clandestino, «com todo o seu cortejo de dramas», é uma dura realidade que «já ficou provada».

Por isso o seu receio de que resoluções como as agora em debate possam «provocar o retardamento das soluções». Porque são estas que verdadeiramente importa incrementar. Tanto mais que, sublinhou, existem sobejas provas e «não meros indícios». É o próprio Comité das Nações Unidas para a eliminação das discriminações contra as mulheres quem o afirma, ao não esconder a sua preocupação pelos «sérios impactos negativos na saúde das mulheres e no seu bem-estar», resultantes das «leis restritivas do aborto» vigentes em Portugal. Mas são também, como referiu Odete Santos, os dados oficiais do INE — que confirmam estar-se perante «um grave problema de saúde pública» — ou os dados dos hospitais que apontam claramente para «estimativas preocupantes».

A testemunhá-lo está o indicador sobre o número de IVG por mil mulheres entre os 15 e os 44 anos, trabalhado em 2000 pela Revista Portuguesa de Saúde Pública, que estima no nosso país 38 IVG por mil mulheres enquanto na Europa Ocidental é de 11 por mil, na Europa do Norte de 18 por mil e na Europa do Sul de 24 por mil.

«Estudos, portanto, não faltam», concluiu a deputada do PCP, para quem a situação «não comporta mais dilacões».



Setúbal Debate e convívio

Mais de 80 militantes participaram no 9.º Encontro Regional de Setúbal da JCP, que se realizou recentemente, no Seixal. Como dá nota a organização, «para além da discussão e da reflexão, foi também um momento de convívio e camaradagem».

O encontro iniciou-se com um debate sobre «A Globalização e a luta dos trabalhadores». Mais tarde o encontro dividiu-se em quatro painéis: ensino secundário, ensino superior, escolas profissionais e juventude trabalhadora. Cada um discutiu os problemas e soluções para a intervenção da JCP no seu local de trabalho.

Os participantes verificaram que alguns colectivos a

JCP tem dado passos significativos, mas ainda há algumas dificuldades. «Temos que dar especial atenção aos colectivos de empresa. Temos dado passos neste trabalho da criação de colectivos de empresa. O colectivo da Câmara Municipal de Setúbal com frequência e define trabalho. O da Indelma tem dificuldades, mas ainda muito falta a fazer neste trabalho», diz a JCP numa nota.

A nova comissão regional, eleita durante o encontro, é composta por 36 pessoas. A sua maioria é militantes organizados em colectivos de escola ou em empresa da região de Setúbal, contando-se também dirigentes estudantes e dirigentes sindicais.

11.º Encontro Regional de Lisboa da JCP aponta como preocupações a habitação, a sexualidade, o racismo e a paz

Crescer para combater

A JCP de Lisboa vai desenvolver uma Campanha de Afirmação durante o Verão. Esta é uma das decisões do 11.º Encontro Regional de Lisboa, que se realizou recentemente.

É fundamental o trabalho diário de contacto e consciencialização dos jovens para os seus problemas e aspirações, apresentando as propostas da JCP. Esta é uma das conclusões do 11.º Encontro Regional de Lisboa, que teve lugar no centro de trabalho Vitória, recentemente, sob o lema «Crescer para combater, pelo comunismo».

As áreas apontadas como prioritárias pelos participantes são a habitação, a sexuali-

dade, o racismo e a xenofobia, bem como questões ligadas à paz e à solidariedade internacional.

«Foi uma demonstração do reforço do trabalho e da intervenção da JCP»

Várias medidas foram decididas pelos jovens comunistas no sentido de reforçar a organização, potenciar a sua intervenção e capacidade de iniciativa. Durante o Verão irá desenvolver-se uma Campanha de Afirmação, no âmbito da preparação do 7.º Congresso da JCP, a 2 e 3 de Novembro. Para o dia 6 de Julho está marcado o Festival

de Bandas para apurar um grupo que actuará no Palco Novos Valores da Festa do Avante!. O acampamento regional da JCP realizar-se-á a 27 e 28 de Julho. Decidiu-se ainda promover acções de contestação imediata contra o fim do crédito bonificado na aquisição de casa própria (ver página 13).

No encontro foi eleita a nova Comissão Regional de Lisboa da JCP, que integra vários novos elementos. Todos eles têm como tarefa levar à prática as linhas de orientação e trabalho agora aprovadas.

Preocupações

Cerca de uma centena de jovens participaram no en-

contro, vindos de diversos concelhos do distrito de Lisboa. «Foi uma demonstração clara do reforço do trabalho, da iniciativa e da intervenção da JCP, nomeadamente desde o último encontro regional», lê-se numa nota de imprensa.

Da discussão ressaltaram as acrescidas preocupações com a actual situação internacional e as acções violentas do imperialismo, bem como a intensificação da política de direita pelo novo Governo.

«Agora é meter mãos à obra, trabalhar, ir à luta, pelo nosso ideal de transformação revolucionária da sociedade. Combater para crescer e crescer para combater, pelo comunismo», concluem os jovens comunistas.

Secundário

Organização de Coimbra está a crescer

A política educativa e a organização e intervenção da JCP foram alguns dos temas abordados na IV Assembleia da Organização Regional de Coimbra do Ensino Secundário da JCP, que se realizou recentemente.

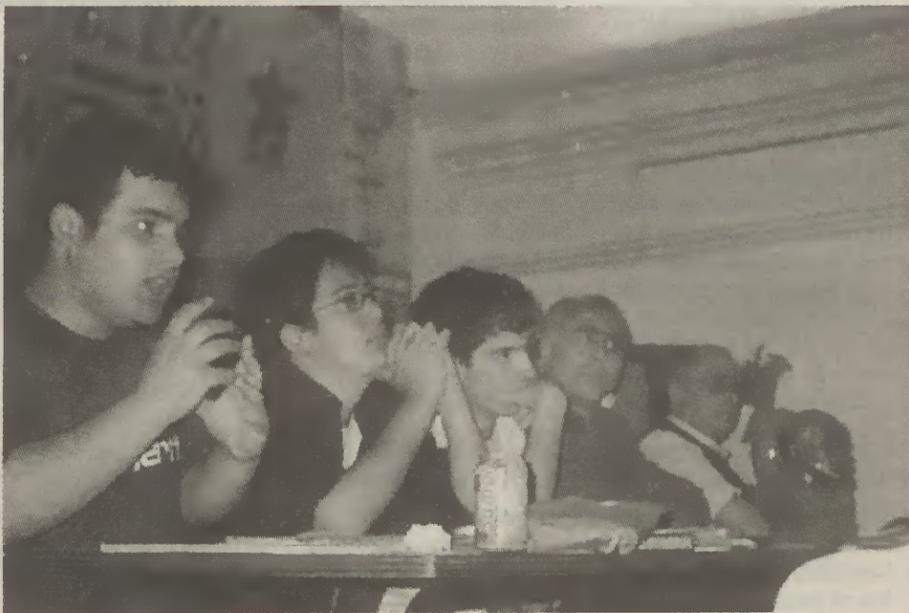
Participaram cerca de 25 jovens na iniciativa, que contou com a presença de João Pauzinho, da Comissão Política da JCP, e de Armindo Miranda, membro da Comissão Política do PCP. Foi feita uma análise bastante positiva

do trabalho desta organização. De realçar os 50 recrutamentos efectuados desde o início do ano lectivo, reflexo do aumento da actividade junto dos estudantes. As distribuições aumentaram consideravelmente: com apenas 8 no 1.º

período, no 2.º período foram efectuadas 47 e no 3.º período já vão em 15. O boletim mensal (*H)À Luta!*, as pinchagens e as colagens de cartazes deram também um importante contributo para o recrutamento de jovens.

Foi ainda eleita uma nova Coordenadora Regional, composta por 12 membros de três concelhos do distrito de Coimbra. A média de idades é de 17 anos e a média de ano escolar é o 11.º ano. Na composição da nova Coordenadora Regional é de salientar a presença de cinco dirigentes associativos.

«Reafirmando o ideal comunista, a OESec. de Coimbra da JCP tentará aumentar a sua intervenção junto dos jovens, no sentido de reforçar a organização, de modo a que cada vez mais jovens lutem ao lado a JCP por uma sociedade nova», afirma a organização em nota de imprensa.



Santa Maria da Feira Transportes insuficientes

O colectivo de Santa Maria da Feira da JCP pede a realização urgente de um debate na Assembleia Municipal acerca da situação dos transportes públicos no concelho. Na sexta-feira, vários militantes entregaram um apelo nesse sentido naquele órgão.

«Esta questão tem sido menosprezada pela gestão da Câmara feirense e é no entanto de uma importância indiscutível», considera a JCP.

De acordo com os jovens comunistas, a situação dos transportes é crítica. «Quando existem são insuficientes e de reduzida qualidade. Empurra-se os cidadãos para o uso de viatura própria e consequentemente as estradas

têm cada vez mais trânsito. Em certos locais torna-se impossível estacionar», alertam.

«O transporte escolar é encarado como se de um favor aos cidadãos se tratasse e não como uma obrigação do município, que recebe verbas do Orçamento de Estado para o efeito. Releva-se ainda o facto de a via férrea estar praticamente abandonada e em estado de subaproveitamento», sublinham.

A JCP defende que a discussão sobre estes factores deve ser apoiada num rigoroso levantamento da situação actual e das possibilidades de potenciar o transporte público.

Campanha de fundos da JCP

A Organização Regional de Lisboa da JCP já tem os resultados do sorteio das rifas, integrado na campanha nacional de fundos para o seu 7.º Congresso. O primeiro prémio cabe ao número 7722 (cinco CDs de música revolucionária), o segundo prémio ao número 6742 (uma EP para a Festa do Avante!) e o terceiro prémio ao número 7652 (uma t-shirt da JCP).

Leiria JCP discute problemas no emprego

O emprego, nomeadamente nas empresas cerâmicas e no sector têxtil, foi uma das questões discutidas no Encontro Regional de Leiria da JCP, que se realizou, no sábado, no Centro de Trabalho da Marinha Grande.

Os participantes concluíram que, com o avolumar de falências nestes sectores e o cenário de despedimentos, o sem que haja intervenção por parte do Governo, é necessário que se encontrem formas de intervenção no plano unitário que exijam o direito ao emprego com direitos.

No plano do ensino superior foram abordados, além dos problemas mais gerais, os problemas concretos da

Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design, em que não há o reconhecimento das licenciaturas para a docência. Esta instituição está há 11 anos em fase de instalação, o que cria fragilidades ao nível do quadro de docência e infra-estruturas.

Com base na análise feita da situação política e social e do balanço da organização, o encontro traçou linhas de trabalho para o futuro da intervenção da JCP, que passam por iniciativas concretas de afirmação da organização como o concurso de bandas e o acampamento regional, mas também por outras medidas como o cumprimento da meta de recrutamentos e de fun-

dos, a intervenção no movimento unitário e a preparação do 7.º Congresso da JCP.

A criação e o reforço dos colectivos de base e o contacto directo com os jovens foram reafirmadas como linhas prioritárias de trabalho.

Foi também eleita a Comissão Regional, organismo que vai coordenar e dirigir o trabalho da JCP no distrito de Leiria, e que é um passo muito importante para o reforço da organização e da intervenção da JCP.

A organização regional de Leiria saudou a realização do 7.º Congresso da JCP através de uma moção em que manifestou o seu empenhamento na preparação da iniciativa.

Miguel Madeira alerta para consequências na vida dos jovens

JCP protesta contra fim do crédito bonificado

A JCP está contra a decisão de suspender o crédito bonificado. Miguel Madeira fala nas propostas dos jovens comunistas, como o incentivo à construção de habitação social e o fomento do corporativismo. Está já a correr um abaixo-assinado.

– Como comentas a suspensão do crédito bonificado?

– Antes de mais, quando fazemos uma análise a esta medida do Governo – que vem incluída no orçamento rectificativo recentemente apresentado, discutido e aprovado pelo PSD e pelo CDS/PP –, pensamos que não podemos isolar esta

questão de toda a política de habitação que tem vindo a ser seguida pelos sucessivos governos.

Estão marcadas acções de rua no Porto, Braga, Coimbra e Setúbal

Logo depois deste Governo ter tomado posse tornou-se evidente que não há nenhum factor que inverta a desresponsabilização acentuada do Estado nas questões da habitação. Ao invés disso, este



«Só eu sei porque fico sem casa», lia-se numa faixa na concentração de segunda-feira



Jovens adiam futuro

– Que consequências práticas para a vida dos jovens poderão existir?

– Se se mantiverem os moldes em que hoje é feito o incentivo ao arrendamento jovem, retirando o crédito bonificado, não se tomando medidas para a construção social e para a promoção do corporativismo, o que vai acontecer é que os jovens não têm outra solução para saírem de casa dos pais e comprarem casa própria. Isto fará com que os jovens vejam a sua autonomia relegada para muito mais tarde.

Vamos ver depois que repercussões haverá na procura de habitação. Embora esta medida tenha sido aprovada, a luta que possamos desenvolver em torno desta questão poderá alterar o panorama. Não devemos partir para esta luta – não só do crédito bonificado, mas da habitação em geral – como uma batalha perdida, que não é.

– Que iniciativas está a desenvolver a JCP nesse sentido?

– Para além do abaixo-assinado que está a decorrer e das concentrações que se realizaram em frente à Assembleia da República e à residência oficial do primeiro-ministro, estão já marcadas acções de rua no Porto, em Braga, em Coimbra e em Setúbal. A perspectiva é que consigamos envolver muita gente nesta questão, consciencializando e apresentando a nossa análise e as nossas propostas. Com certeza que num prazo relativamente breve entregaremos o abaixo-assinado.

Perspectiva-se que haja diversas iniciativas da JCP de Norte a Sul do País sobre esta temática, sensibilizando as pessoas para a questão. Temos de avaliar também que medidas concretas para não deixar cair esta questão.

Governo vem agravar essa situação com esta medida em concreto.

Com as condições de vida dos trabalhadores e dos jovens e com as condições laborais, o crédito bonificado – não sendo nem de perto nem de longe a forma ideal do que a JCP considera ser o direito a uma habitação condigna, inclusivamente como vem consagrado na Constituição – era a única medida que facilitava os jovens na aquisição de casa própria.

– Apenas os jovens até aos 30 anos tinham acesso ao crédito bonificado. Mas, na maioria dos casos, a situação depois dessa idade não muda radicalmente. Como é que se resolve o problema?

– Primeiro que tudo é preciso consagrar o que está na Constituição, o direito ao acesso à habitação, para o que é necessário vontade política. Segundo, não continuar com esta desresponsabilização por parte do Estado nas questões relacionadas com a habitação e o Estado assumir efectivamente as suas responsabilidades.

Na rua contra o Governo

«Não queremos viver em casa dos nossos pais até aos 40 anos», dizem os jovens comunistas. Por isso realizaram duas iniciativas de protesto em Lisboa, a primeira em frente à Assembleia da República com um acampamento simbólico na semana passada e, na segunda-feira, junto à residência oficial do primeiro-ministro.

Também na semana passada, em conferência de imprensa, a JCP apelou aos deputados que, durante a votação do orçamento rectificativo, tivessem em conta «os protestos da opinião pública», que sente a suspensão do crédito bonificado «como mais uma grave injustiça que penhora o futuro dos jovens».

Isto a diversos níveis: a construção de habitação social; o fomento do cooperativismo entre os jovens para que possam adquirir habitação própria; uma política adequada de ocupação de solos, relacionando com questões ecológicas e urbanísticas. Quando se constrói um prédio tem de haver um mínimo de condições de acessibilidade e serviços para a população.

Por outro lado, o incentivo ao arrendamento jovem, não sendo uma medida que resolva todos os problemas, é positivo. O seu acesso deveria ser simplificado.

O facto de o jovem sair de casa dos pais e alugar ou comprar uma casa está rela-

cionado com a sua autonomia, questão que não podemos descurar. O Estado devia ter um papel muito mais activo na regulação do mercado imobiliário.

– Diz-se que, com esta medida, o mercado de arrendamento se vai harmonizar naturalmente. Como vê esta afirmação?

– Falou-se na liberalização do mercado de arrendamento. Aquilo que está na Constituição é claríssimo, fala inclusivamente em habitação condigna que permita ter um mínimo de espaço e de condições.

A justificação para estas medidas tem por trás o facto

de se ter dramatizado tanto a situação económica e financeira a nível nacional, abrindo pretexto para que fossem tomadas uma série de medidas de ofensiva aos direitos dos trabalhadores e dos jovens. Esta insere-se nisso.

Não nos parecendo que o crédito bonificado resolva o problema da habitação, devemos lutar, por um lado, para termos mais direitos, e, por outro, não podemos deixar de lutar pelos direitos já conquistados. Pelo contacto que temos tido com jovens e com pessoas mais velhas, nomeadamente pais com filhos que querem comprar casa, esta é uma medida muito sentida pelas pessoas.

Abaixo-assinado a correr em todo o País

A JCP está a promover um abaixo-assinado contra a suspensão do crédito bonificado. O abaixo-assinado está disponível nos centros de trabalho do PCP e em bancas da JCP nas ruas e à porta de escolas e empresas.

O texto do abaixo-assinado está disponível no site do PCP (www.jcp-pt.org). O documento é dirigido ao Presidente da República, ao primeiro-ministro e ao presidente da Assembleia da República e recorda que as famílias e os jovens portugueses «têm sido obrigados ao

recurso ao endividamento para acederem ao direito constitucionalmente consagrado de uma habitação condigna».

«Muitos jovens vêem, com esta medida, o seu futuro eternamente adiado, a sua autonomia posta em causa, nomeadamente porque os baixos salários e os vínculos de trabalho precário já não deixavam outra alternativa senão a de recurso ao crédito bonificado para aquisição de casa própria», lê-se no texto.

CONCERTO PELA PALESTINA



**Dia 23 de Maio, 18:30
Lisboa - Rossio**

**Janita Salomé • Lúcia Moniz
Jorge Palma • Manuel Freire**

CONCERTO PELA PALESTINA

Concerto pela Palestina

Realiza-se esta tarde, pelas 18.30 h, no Rossio, em Lisboa, um *Concerto pela Palestina*.

Janita Salomé, Lúcia Moniz, Jorge Palma e Manuel Freire são alguns dos artistas que irão actuar.

Trata-se de mais uma iniciativa da Comissão representativa das cento e três organizações que promoveram a manifestação de solidariedade com a Palestina, em 10 de Abril.

Professores ecologistas

Braga vai ser palco do II Encontro Nacional de Professores Ecologistas. Uma iniciativa, promovida por «Os Verdes», que terá lugar este sábado, dia 25 de Maio, na Universidade do Minho, Campus de Gualtar, Complexo Pedagógico I.

O evento pretende ser um espaço de encontro entre professores e educadores com preocupações ecologistas e de troca de experiências na área da educação ambiental.

Os trabalhos do Encontro desdobram-se em dois painéis – «Partilha de saberes – construção de mudanças» e «Escola e Cidadania».

Está ainda previsto um *workshop* em torno do tema «Agir com criatividade» e uma projecção de *slides* e conversa des-garrada sobre «O ambiente nas escolas».

CDU/Moita aprova Plano e Orçamento

Os eleitos da CDU da Moita votaram favoravelmente o Plano Plurianual de Actividades e Orçamento para 2002, considerando que constituem, apesar de um contexto muito desfavorável, «um desafio e um exercício de rigor».

Em nota de imprensa, a CDU sublinha a «avaliação fundamentada da receita a arrecadar, que inclui «busca activa, e com êxito, de fontes de financiamento adicional» e «uma intervenção ambiciosa, mas possível e realista, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, requalificar importantes espaços urbanos do conselho e valorizar os seus espaços nobres, prosseguindo a política que visa afirmar a Moita no espaço metropolitano».

Dia Nacional das Colectividades

A Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio vai assinalar no próximo dia 31 de Maio, com iniciativas que se irão prolongar até 2 de Junho, o «Dia Nacional das Colectividades».

É o primeiro ano em que se comemora este dia, data da fundação da Federação. Uma decisão do 4.º Congresso Nacional das Colectividades que assim se cumpre na sequência do desafio lançado ao movimento associativo para a realização de um evento que tivesse como «pano de fundo» os jogos tradicionais. Com duas vertentes – por um lado, a defesa dos jogos tradicionais e, por outro, os jogos que se praticam quotidianamente nas colectividades, assim se dando também a conhecer o que se vai fazendo nas colectividades e outras associações.

Ao longo de três dias teremos para ver e/ou participar, desde as artes marciais aos matraquilhos, do xadrez à malha. E ainda dança e música. Dia 1 de Junho será marcado por convívios de jogos infantis.

FDIM reúne em Lisboa para preparar próximo Congresso Mundial em Beirute

Globalização e novas formas de organização

O Comité Directivo da Federação Democrática Internacional das Mulheres – FDIM, reuniu a semana passada em Lisboa. Uma reunião ordinária, de preparação do Congresso Mundial, num momento extraordinário, em que se redefinem formas de organização.

A preparação do Congresso Mundial da FDIM, a realizar entre 29 de Novembro e 1 de Dezembro deste ano, em Beirute, reuniu a semana passada, em Lisboa, representantes de organizações femininas da Rússia, Líbano, Cuba, Argentina, Japão, Brasil, Jordânia, mulheres curdas, Zimbábue, Djibuti, Vietnam, França, El Salvador e Porto Rico. Para além do

Movimento Democrático de Mulheres, MDM, de Portugal.

Uma reunião excepcionalmente realizada em Lisboa (a FDIM está sediada em Paris), com o objectivo de conhecer outras realidades, no terreno, e não apenas através das informações transmitidas pelas representantes dos movimentos femininos.

Esta será, depois de 1993, a segunda reunião do Comité Directivo que se realiza no nosso país. Por coincidência «Lisboa tem sido palco de reuniões da FDIM, quando se colocam questões importantes», assinalou Rosa Xisto, dirigente do MDM, em breves declarações ao «Avante!».

A primeira destas reuniões ocorreu quando da preparação do «Congresso do renascimento», com o objectivo de «responder à necessidade de reorganização e reformulação da FDIM, na sequência da queda do bloco socialista».

Actualmente coloca-se a necessidade de novo questionamento da Federação no quadro da globalização em curso.

Em síntese, a reunião agora realizada teve como objectivo «discutir as formas como a Federação se deverá organizar face à problemática das mulheres no mundo e ao espaço de criação de movimentos e

organizações de mulheres que pretendem ligar-se à Federação», diz Rosa Xisto.

A dirigente do MDM lembrou que «a Marcha Mundial de Mulheres foi uma experiência de ligação entre organizações de mulheres, muito especial e flexível, em rede», e de alguma forma gerou uma nova situação.

Na prática, isto significa que a pró-

pria Federação – a única organização de mulheres existente a nível mundial – terá que repensar a forma de dar resposta à necessidade de ligar as múltiplas organizações de defesa dos direitos das mulheres, e de se assumir como uma estrutura representativa.

Rosa Xisto lembra que a FDIM tem estatuto consultivo junto de organizações internacionais como as Nações Unidas ou a UNESCO.

Esta articulação entre flexibilidade e a existência de uma estrutura, também como garante da sua democraticidade, e entre a maior abertura e o manter da identidade não é um processo linear.

A Federação foi criada a

seguir à Segunda Guerra Mundial, tendo como objectivos «a luta pela paz e a criação de redes de solidariedade, nomeadamente com mulheres presas, vítimas da repressão», lembra Rosa Xisto.

O que está em causa neste momento é, nomeadamente, manter uma identidade – vertida nos estatutos e reafirmada na reunião de Lisboa – abrindo simultaneamente portas a outras organizações femininas.

Temas para debate

Do debate em torno de formas de organização, ficou o princípio de «uma estrutura e estatutos flexíveis, preservando a identidade».

Um debate, em que se cruzaram opiniões diversas, que tem entretanto como perspectiva de fundo dar resposta às questões que se levantam num mundo que vive um processo de globalização.

Assim, a luta pela paz e contra a globalização em curso, assumem-se como objectivos transversais a todos os temas prioritários a aprofundar no Congresso.

A *solidariedade* surge como o primeiro grande tema proposto para debate. Partindo da necessidade de uma cultura de paz e do papel das mulheres na implementação dessa cultura, o Congresso irá abordar, no concreto, formas de desenvolvimento da luta, por um

lado contra os integrismos, o racismo, a xenofobia e o terrorismo e, por outro, pelo desarmamento nuclear, contra o tráfico de armas, as minas anti-pessoais, a corrida aos armamentos.

Um segundo tema é a *globalização neoliberal e a feminização da pobreza*, em que se articulam questões múltiplas, do desemprego à precariedade, passando pelo acesso à informação, segurança social, estruturas sociais de apoio, reconhecimento do trabalho não remunerado, migrações e interculturalidade.

Uma outra questão sempre actual, os *direitos sexuais e reprodutivos*, irá ser abordada nas suas diferentes vertentes, com referência, nomeadamente ao aborto clandestino.

No âmbito do tema *violência*, serão abordados temas específicos que vão da violência doméstica à política, da violação às mutilações sexuais, tráfico ou assédio sexual.

Por último, no quadro da *participação política cívica e social das mulheres*, estão em causa os direitos de cada mulher, o papel das organizações de mulheres e o reforço do papel e intervenção da própria FDIM.

Simbolicamente, o Congresso em que todos estes temas serão debatidos realiza-se em Beirute. Uma forma de expressar solidariedade com as mulheres dos países do Médio Oriente.



A Federação Internacional das Mulheres tem de se assumir como uma estrutura representativa, defende Rosa Xisto, do MDM

Reformados exigem direitos

A Inter-Reformados, organização de reformados e pensionistas da CGTP-IN, esteve hoje na rua para distribuir às populações um Manifesto em que se defende que «a União Europeia deve ser reforçada através de reformas constitucionais que eliminem os défices democráticos e sociais».

«Os idosos não aceitarão ser tratados como uma classe à parte, relegada e sem impacto sobre o futuro da União Europeia», afirma-se no texto distribuído. Pelo contrário, reivindicam a sua participação activa e exigem «alternativas

ao pensamento dominante, fundado no endeusamento do mercado e do neoliberalismo, sem respeito pelo Homem e o seu direito a uma vida digna».

Ontem, uma delegação da Inter-Reformados deslocou-se à Assembleia da República para reunir com deputados da Convenção Europeia. O encontro teve como objectivo proceder a uma troca de pontos de vista e informações sobre a situação dos pensionistas e reformados europeus e portugueses e sensibilizar os deputados para a importância do novo Tratado da União con-

signar os direitos dos idosos e as competências em matéria de políticas para a Terceira Idade.

Estas iniciativas inserem-se na Jornada Europeia de Acção de Reformados e Idosos, promovida pela Federação Europeia dos Reformados e Pessoas Idosas (FERPA).

Piquenício

No próximo sábado, a Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos, em conjunto com a Federação

do Distrito de Lisboa, vai realizar o tradicional Piquenício Nacional, no Parque da Bela Vista, Freguesia de Marvila, em Lisboa.

É a primeira vez que esta iniciativa terá lugar em Lisboa.

O piquenício é uma grande festa e um espaço cultural em que irão actuar cerca de 60 grupos de cantares, poetas populares e ranchos de norte a sul.

Esta jornada de cultura, solidariedade e fraternidade entre gerações deverá reunir entre cinco a seis mil reformados e idosos de todo o País.



O envolvimento das populações é essencial na resposta a um problema tão complexo como a toxicodependência

CDU/Porto apresenta propostas

A luta contra a toxicodependência

Uma «filosofia do Contrato-Cidade» na luta contra a toxicodependência, em detrimento de medidas avulsas, foi a posição defendida pela CDU do Porto no debate realizado, esta terça-feira, na Câmara.

«Uma filosofia do Contrato-Cidade» na luta contra a toxicodependência, em detrimento de medidas que visem exclusivamente acabar com o fenómeno dos arrumadores de automóveis, é a posição assumida pelos autarcas da CDU do Porto.

Em conferência de imprensa realizada na véspera do debate na Câmara, os autarcas salientaram que «o eventual, mas irrealístico, objectivo de pôr termo à face mais visível de um determinado fenómeno social, como é o caso dos arrumadores, dos sem abrigo ou das prostitutas/prostitutos, não pode ser um fim em si».

«Defendemos uma filosofia do Contrato-Cidade do ponto de vista dos seus princípios, mas com a introdução de melhoramentos na forma

como os programas estavam a ser executados», referiu o vereador Rui Sá, destacando a importância da «articulação entre meios e entre estruturas convencionais e não convencionais».

Está a actuar-se nas consequências e não nas causas

Em documento distribuído à imprensa, a CDU sublinhou que se tem que partir do pressuposto de que «se está a actuar nas consequências e não nas causas de um problema extremamente complexo e com múltiplas vertentes» e que o êxito dos projectos a encetar deve medir-se «pelo número de toxicodependentes que, objectivamente, se conseguirem integrar socialmente e, também, pela diminuição dos riscos para a saúde pública que, efectivamente, os mesmos hoje apresentam».

Intervenção autárquica

Na perspectiva da CDU, a intervenção autárquica deve actuar preferencialmente, na criação de canais de comunicação com os toxicodependentes e na articulação de projectos.

A intervenção autárquica deveria assim actuar na área da criação de canais entre toxicodependentes e os diversos instrumentos já existentes para lhes prestarem apoio. E, simultaneamente, na articulação de projectos que garantam um apoio integrado à recuperação dos toxicodependentes, designadamente a nível da saúde, habitação, formação e emprego.

A CDU alerta ainda para a necessidade de a Câmara desenvolver um sério esforço no sentido do envolvimento das populações em todos os projectos, em particular daquelas que, «pela sua proximidade ao fenómeno ou aos locais onde se procede ao apoio aos toxicodependentes, têm tendência a manifestar reservas».



Correr com o racismo

Muitas centenas de pessoas participaram na jornada «Correr com o racismo», realizada sábado passado em Lisboa.

Esta é uma iniciativa promovida pela Interjovem/CGTP-IN, organização de jovens trabalhadores, em conjunto com outras organizações juvenis, e que congrega centenas de personalidades das mais diversas áreas da nossa sociedade.

Leituras e comentários

• Sérgio Ribeiro

«(...) considera-se indispensável ter em conta, como elemento nuclear e factor determinante de toda a evolução da situação política em 2001, que o PS, rendendo-se às chantagens do PSD e às pressões do grande capital, assumiu então uma ainda mais acentuada viragem à direita que ficou indiscutivelmente expressa na orientação e características da remodelação governamental de Junho, na solene apresentação do programa dito de «contenção da despesa pública» (de facto apostado na drástica contenção de salários) explicitamente destinado a configurar o Orçamento de

União Europeia. Os países da zona euro deixaram de poder utilizar as taxas de câmbio e de juros para compensar os desequilíbrios do crescimento económico, e o salário tem jogado um papel de compensação importante. Por outro lado, a introdução do euro tornou mais transparente a comparação entre salários.

«O Observatório Europeu das Relações Industriais (EIRO) notou que o aumento médio convencional dos salários reais passou de 3,2% para 3,5% em 2001. No entanto, trabalhadores de cinco estados-membros da UE viram esses aumentos serem absorvidos pela inflação. Os trabalhadores italianos e espanhóis são os mais atingidos: os seus aumentos de salário real foram assim reduzidos a nada pelo segundo ano consecutivo.»

O que será mais significativo é que estes dados, e respectivo comentário, se retiram de publicação de um para-organismo da União Europeia, que vai observando e facultando informações bem mais difíceis de obter por vias estatísticas oficiais, Eurostat por exemplo. Anote-se que inclui, entre os países observados, a Noruega, cuja população já por duas vezes recusou a entrada para a CEE-UE tal como negociada e acordada pelos seus governos, e pode ver-se como os assalariados desse Estado-não-membro não têm sido prejudicados por não fazerem parte da UE. Mas este é só um apontamento de passagem porque o que importa sublinhar é que se afirma o que já várias vezes afirmámos: que, ao deixarem de se poder utilizar as taxas de câmbio e de juros para compensar os desequilíbrios do crescimento económico, os salários passam a desempenhar um papel de compensação acrescido. E pode verificar-se que os trabalhadores de seis (e não cinco) estados-membros da UE viram os seus salários reais serem diminuídos em 2001. Entre eles Portugal! Por que teria sido? Como se pode comprovar pelo outro recorte por causa da política serventária do capital que se prosseguiu. E não é verdade, ainda, que a tal comparação mais transparente, possibilitada pelo euro, mais evidente torna que Portugal é o que tem os salários mais baixos, que, ainda para ajudar, decresceram absoluta e relativamente em 2001. E em 2002, como vai ser? Depende só do governo PSD-PP e das alternâncias institucionais? Não! Também depende de nós. Da luta.

Aumento de salários reais

	2000	2001
<i>Irlanda</i>	0,2	3,5
<i>Noruega</i>	1,4	2,3
<i>Luxemburgo</i>	0,5	2,1
<i>Reino Unido</i>	2,2	2,0
<i>Bélgica</i>	-0,1	2,0
<i>França</i>	0,2	0,8
<i>Finlândia</i>	-0,2	0,6
<i>Suécia</i>	1,7	0,1
<i>Dinamarca</i>	-0,2	0,1
<i>Áustria</i>	0,1	0,1
<i>Alemanha</i>	0,3	-0,3
<i>Itália</i>	-0,7	-0,4
<i>Grécia</i>	1,3	-0,4
<i>Portugal</i>	0,4	-0,5
<i>Holanda</i>	1,1	-0,7
<i>Espanha</i>	-0,5	-1,3
Média "europeia"	0,5	0,6

Na publicação *Communiqué da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e do Trabalho*, n.º 2 (2002)

Estado de 2002, e do anúncio de graves recuos na reforma fiscal, cedendo designadamente à campanha contra a tributação das mais-valias bolsistas» (no projecto de Resolução Política a submeter a debate em todas as Organizações do Partido). O então governo descartável tentou tornar-se reciclável e, enquanto provisoriamente reciclado, preparou todo o terreno para descartado ser e substituído pelo que está em funções (e que funções!), acentuando a política ao serviço do capital, que cada vez mais é financeiro – logo, nada de tributação de mais-valias bolsistas – e transnacional, ou seja, «europeu» que são os «patrões» mais próximos, com as suas antenas cá no rectângulo à beira-mar.

«A integração europeia teve repercussões importantes para a política salarial na

• J. M. Costa
Feijão

Lembrar o PCP e a questão colonial Na independência de Timor-Leste

« (...) essa (guerra) não é a de todos.
Cá uns irão por desejo de honra,
outros com esperança de ganho
e os mais, que são peões e gente meúda
(...) irão arrenegando, forçados de vosso medo,
sem a limpeza e liberdade das vontades

(palavras do infante D. João ao rei D. Duarte
quanto à projectada passagem à África,
na década de 30 do séc. XV)

Desde a sua fundação, o Partido Comunista Português assumiu uma atitude clara no debate nacional da «questão colonial», reivindicando um posicionamento de solidariedade fraterna e militante para com as massas trabalhadoras colonizadas. E nas suas bases orgânicas aprovadas em 1921 consta, entre outras alíneas:

e) preparação e promoção da emancipação completa dos povos indígenas das colónias.
(Base 2.ª Capítulo I - Partido Comunista Português - Seus fundamentos e fins).

Fazendo desta linha um autêntico pau-de-fleira em matéria de política colonial, a primeira Junta Nacional do PCP reuniu em 6 de Abril de 1921, e analisando a situação em São Tomé e Príncipe, lavrou «um veemente protesto contra a repressão de que estavam a ser vítimas os trabalhadores da colónia».

Este apontamento não regista um acto isolado, mas testemunha o início duma praxis internacionalista de 80 anos. É a memorização de um facto, o primeiro, que liga de forma indelével os comunistas portugueses às vítimas da exploração colonialista.

Passado um ano, em 31 de Maio 1922, o PCP difundiu, na comunicação social a seguinte nota oficiosa: «O Comité Executivo do PCP tomou conhecimento, na sua reunião de ontem, de que um movimento de emancipação indígena alastra na província de Angola, em virtude da opressão e exploração violentas ali exercidas pela ditadura imperialista de Norton de Matos tendo-lhe constado que, sob reserva, o governo português se dispõe à repressão, preparando

uma expedição militar àquela colónia.

Nestes termos, o Partido Comunista, afirmando os altos princípios de igualdade, emancipação das raças e a sua consequente oposição à escravatura negra, ainda hoje praticada pela civilização burguesa, lança o seu mais veemente protesto contra os negregados projectos ministeriais e atendendo à gravidade do assunto, resolve reunir amanhã, em sessão extraordinária, à qual vão ser convidados a assistir representantes do Partido Nacional Africano.»

E dando continuidade à defesa dos seus princípios, em Novembro de 1923, no Programa de Acção apresentado ao I Congresso, afirmava-se: «O PCP dará todo o apoio às ligas, associações, partidos, etc., que tenham por fim a defesa da população das colónias portuguesas contra todas as extorsões capitalistas e estatistas. Defenderá as reivindicações de ordem política ou económica das colónias, combatendo as formas ainda existentes de escravidão mascarada.»

A denúncia do trabalho escravo em África estava na ordem do dia. E enquanto na Sociedade das Nações servia de pretexto a renovadas manobras de partilha do continente africano pelo imperialismo e a burguesia nacional apelava à «mobilização patriótica» em defesa dos seus interesses de classe e do património ameaçado, o diário sindicalista «A Batalha», de 27 de Novembro de 1925, publicava: «(...) pegar em armas para defender umas colónias que nunca nos

pertenceram não é, nem pode, nem deve ser connosco». Volvidos cinco séculos, a advertência do infante D. João, quanto à «gente meúda», arremetida para o assalto à África, emergia, em letra de forma, na imprensa operária portuguesa.

Na primeira fase de ascenso e afirmação do regime fascista português, Salazar fez aprovar legislação onde se admitia expressamente o «trabalho obrigatório» dos negros, integrado no seu projecto político alicerçado na Carta Orgânica do Império Colonial Português, e logo contestada pela Federação das Juventudes Comunistas, em Novembro de 1933: «A juventude explorada dos campos e das oficinas opõe ao ideal colonial o ideal anticolonial, oferecendo aos seus irmãos, que a burguesia imperialista explora e esmaga, a sua fraternal aliança como meio da sua libertação da metrópole e da burguesia local (...). Por ideal colonial, portanto, a juventude das fábricas só pode aceitar o que preconiza, e (...) faz parte do seu programa: total autodeterminação dos povos coloniais e a sua inteira libertação do jugo da metrópole.»

Tendo mergulhado na mais dura clandestinidade desde 1927, o PCP continuava a perseverar, contra tudo e contra todos, na luta pela fraternidade entre os povos, baseado no respeito pelas liberdades de cada um. E a reafirmação dessa atitude seria mais uma vez proclamada na intervenção de Bento Gonçalves no VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, quando no elenco de tarefas dos comunistas portugueses inscreveu a: «luta pela defesa dos interesses dos povos coloniais oprimidos pelo imperialismo português, de ajudá-los a travar a luta até à sua completa libertação».

No informe político ao III Congresso do PCP, reunido em Novembro de 1943, a aliança com os povos coloniais voltaria a constituir tema de reflexão e debate dos delegados, tendo-se aí colocado, de forma inequívoca, a convergência de interesses das massas trabalhadoras

portuguesas e das colónias na derrota do regime fascista: «A frente de luta anti-imperialista do povo português e dos povos das colónias é somente possível se o proletariado português apoiar efectivamente os movimentos nacionais e de resistência contra a exploração e violência das colónias portuguesas, contra a burguesia imperialista portuguesa. O movimento emancipador dos povos coloniais está ligado à aliança fraternal do povo oprimido de Portugal com os povos escravizados das colónias, a aliança fraternal do proletariado português com as massas camponesas indígenas.»

Prosseguindo o combate à mitologia gerada e nutrida com a sistemática ocultação da realidade colonial portuguesa pela classe dominante, o PCP denunciou a «missão civilizadora» do regime fascista e inventariou a perversidade dos processos repressivos e de exploração, no informe político presente ao IV Congresso, em Junho de 1946: «não é mantendo os povos coloniais em regime de escravatura benéfica a negreiros, não é mantendo as levadas de escravos de colónia para colónia, condenando-os à morte pela natureza do trabalho, do clima e dos tratos que lhes são impostos, não é saqueando os pequenos agricultores indígenas, não é dando largas aos castigos corporais e desrespeito pela vida dos negros, não é hostilizando

costumes e religiões, não é fomentando ideias de ódio racial — não é com uma tal política que se promove o desenvolvimento das colónias».

O início da derrocada dos impérios coloniais pós-1945 veio corroborar a linha e acção política do PCP. E, no espaço colonial português, cedo se manifestaram sinais de mudança, na falsa quietude da «paz salazarista» que o regime fascista procurava inculcar na consciência colectiva. Tomando-se o caso da Índia uma questão central do colonialismo português na década de 50, desde a violenta rusga ao bairro dos pescadores de Mormugão na noite de Natal de 1950, até à invasão e integração dos territórios de Goa, Damão e Diu na República da Índia, em 18 de Dezembro de 1961. Em vão, os comunistas portugueses fizeram sucessivos apelos para que o caso de Goa fosse resolvido, pacificamente, por meio da negociação e, cónscios de que a luta armada de libertação nacional dos povos africanos submetidos ao colonialismo português se prefigurava no horizonte, em Setembro de 1957, aprovaram a declaração seguinte: «O V Congresso do PCP considera que estão hoje criadas as condições necessárias para que os povos das colónias de África dominados por Portugal conquistem a sua liberdade e independência,

independentemente das modificações que se possam operar na situação política de Portugal.

O Congresso considera que a ajuda que o Partido e o povo português prestarem ao movimento libertador dos povos coloniais traduzir-se-á objectivamente numa ajuda à luta da classe operária e ao povo de Portugal pela sua própria libertação.»

Mas o regime mantinha-se indiferente às profundas transformações que se operavam no Mundo. Apenas, numa mera operação de cosmética (1951), introduziu uma emenda à Constituição de 1933, onde a denominação «províncias ultramarinas» substituiu a de «colónias», e prosseguiu: silenciando com a chibata e valas comuns os protestos da população de São Tomé e Príncipe (1953); ignorando o significado da Conferência de Bandung (1955); persistindo na repressão colonial, prendendo e deportando 49 timorenses para Angola; massacrando a tiro 26 estivadores grevistas do porto do Pídjiguiti, em Bissau; encarcerando 50 patriotas angolanos (1959); e metralhando o protesto das massas populares do Icolo e Bengo, em Angola, ou de Mueda, em Moçambique (1960).

Contra este quadro de bestialidade repressiva do colonialismo, o PCP foi a única voz que se fez ouvir, num comunicado da Comissão Política, em Novembro de 1960, que salientava a inevitabilidade histórica da abolição a

curto prazo do regime colonial, e denunciava a tragédia iminente: «O Partido Comunista Português alerta o povo português contra os perigos duma guerra colonial, que o governo de Salazar prepara febrilmente, no único interesse dos grandes colonialistas e chama o povo português, em especial a juventude e as forças democráticas, à luta contra a mobilização encapotada, pelo regresso das colónias e contra todos os preparativos de guerras coloniais.»

Quando, em 1961, a guerra de libertação nacional eclodiu, foi de novo a «gente meúda» arrebanhada pela mobilização militar que, em sucessivas vagas expedicionárias, rumou à África para defender os interesses do imperialismo monopolista e sufocar pelas armas o grito de independência dos povos colonizados.

Nos anos que se seguiram, o PCP liderou de forma inquestionável o protesto do movimento popular de massas contra a guerra colonial. A sua imprensa clandestina denunciou as atrocidades de que eram alvo os povos de Angola, da Guiné e de Moçambique; contrariou as campanhas de desinformação e a manipulação das consciências orquestradas pelo regime fascista; assegurou a fuga da cadeia e o regresso a África de Agostinho Neto;

possibilitou aos dirigentes dos movimentos de libertação a difusão de mensagens ao povo português, em entrevistas realizadas e transmitidas pela Rádio Portugal Livre, e, já nos anos 70, as sabotagens da ARA desferiram rudes golpes na logística e no equipamento militar.

A solidariedade internacionalista do PCP objectivava-se na prática, e o Programa para a «revolução democrática e nacional», aprovado no VI Congresso (1965), já integrara entre os oito objectivos fundamentais:

«Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência.»

Quando a descolonização foi anunciada como um dos objectivos do Programa do MFA, no 25 de Abril de 1974, Portugal assumiu a lógica da História. A derrocada do regime fascista consumara-se e com ele extinguia-se o colonialismo português.

Não foi o acaso que determinou a presença oficial do PCP, como única formação política portuguesa, em todas as cerimónias de reconhecimento ou proclamação da independência e soberania dos novos Estados africanos. Contudo, o ciclo do colonialismo português não fora encerrado. A trama imperialista iria retardar durante longos anos a libertação do povo de Timor-Leste e, enquanto algumas destacadas figuras políticas nacionais afirmavam em 1974: «Timor é uma ilha indonésia que tem muito pouco a ver com Portugal» ou «a independência total é de um realismo atroz», em 11 de Dezembro de 1975 o *Avante!* denunciava a agressão e ingerência da Indonésia: «O nosso Partido, a classe operária e todos os trabalhadores portugueses exigem que sejam respeitados os princípios de autodeterminação e independência que devem presidir à descolonização.»

Passaram-se vinte e quatro anos de apoio activo e solidário dos comunistas portugueses à luta de resistência do povo timorense, até este ser ouvido na escolha do seu caminho, a Independência! Firme nos princípios e coerente nas acções, o PCP cumpriu o objectivo enunciado há 81 anos: «emancipação completa dos povos indígenas das colónias».

Foto de Edinando Cingero



A autonomia dos jovens

● Sandra Pimenta

Em 23 de Novembro de 1999, a Comissária para a Educação e Cultura, Vivianne Reding, anunciou pela primeira vez que a Comissão Europeia tinha a intenção de elaborar um Livro Branco sobre a actual política para a juventude, o qual foi apresentado pela Comissão em Novembro de 2001. Durante estes dois anos, um amplo processo de consultas foi posto em marcha, no qual participaram jovens, organizações de juventude, peritos na matéria, organizações não-governamentais e responsáveis políticos dos estados-membros. Criaram-se grandes expectativas em relação ao conteúdo deste Livro Branco e a uma política europeia da juventude, designadamente por parte dos próprios jovens, que definiram como prioridades de acção para si mesmos, as seguintes políticas: educação, aprendizagem ao longo da vida, mobilidade, emprego e integração social, racismo e xenofobia, habitação e autonomia dos jovens. Ora acontece que o governo de Durão Barroso, que se diz tão empenhado em seguir as políticas e orientações vindas de Bruxelas, anunciou no passado dia 5 de Maio, o fim da bonificação dos juros da concessão de crédito para a aquisição, construção, conservação e

meios materiais. Neste aspecto, a questão do rendimento é fundamental. As políticas do emprego, da protecção social, do auxílio à inserção mas também da habitação e dos transportes afectam a juventude. São políticas necessárias para lhes proporcionar maior autonomia. Quem o diz é a União Europeia. Mas isso pouco interessa para o primeiro-ministro e todo o seu executivo que aproveita assim para dar mais um passo concreto no sentido de explorar a dramatização que tem vindo a ser feita sobre a situação económica portuguesa, e assim retirar direitos e cortar nas despesas sociais do Estado. Consequências de mais este «pequeno ajustamento» para os portugueses? As famílias e os jovens portugueses têm sido ao longo dos anos «obrigados» a endividarem-se, principalmente devido aos baixos salários e a precariedade laboral, de que os jovens são primeiras vítimas, o que já não deixava outra alternativa senão a do recurso ao crédito bonificado. E agora senhores governantes? Agora não há que ficar admirados quando estudos vindos de fontes fidedignas, nomeadamente da UE, alertarem para o facto de cada vez mais os jovens em Portugal sentirem uma perda de

confiança nos sistemas de decisão existentes e um certo desinteresse pelas formas tradicionais de participação na vida pública. Cada vez mais uma parte dos jovens fecha-se na indiferença ou no individualismo, enquanto que a outra é tentada por formas de expressão, por vezes excessivas, e mesmo à margem dos canais democráticos.

O PCP não esquece!

Mas isso também pouco interessa a este Governo, pois quando chegar a altura de serem eleitos, dá-se um desconto aqui e uma bonificação acolá e

tudo acaba em bem e todos ficam contentes. Mas o PCP não esquece e não vai esquecer daqui a quatro anos, que houve um governo que a pretexto de equilibrar a situação que um outro governo criou, definiu regras e orientações injustas para a maioria da população. Enquanto o PCP não esquecer, podem crer que todos os dias irá lembrar que cabe ao Estado assumir as suas obrigações constitucionais e garantir o acesso de todos com mais e melhores condições, à habitação condigna, à educação, ao associativismo, à saúde, ao custo de vida em geral, e a todas as outras áreas em que os cortes foram e serão ao longo dos quatro anos que (ainda!) faltam profundos e que irão atingir particularmente os jovens. É triste mas imperioso constatar que as resoluções e as declarações relativas à juventude tendem muitas vezes a ficar pelas boas intenções e que as instituições europeias e os estados-membros da UE necessitam de uma visão de conjunto sobre as políticas e os meios de agir em prol dos jovens. Afinal de contas não é assim tão difícil de compreender que investir na juventude significa investir naquilo que constitui a riqueza das nossas sociedades, hoje e no futuro.

Eurodeputados do PCP alertam para consequências do Pacto de Estabilidade

Economia em risco

As restrições orçamentais impostas na zona euro ameaçam o desenvolvimento económico e o emprego, particularmente em países de fracos recursos como Portugal.

«Insistir no cumprimento cego do Pacto de Estabilidade é injusto e põe em causa a coesão económica e social», consideram os deputados do PCP no Parlamento Europeu, onde, na semana passada, foi aprovado um relatório que confirma as principais posições da Comissão Europeia nesta matéria.

O documento em causa aponta o dedo acusatório à Alemanha e Portugal por ambos os países terem apresentado défices públicos superiores aos definidos a nível comunitário. Esta crítica, como sublinhou em plenário Ilda Figueiredo, «é

O atraso na retoma económica afectará os mais desfavorecidos

inadmissível e profundamente injusta, desde logo por comparar situações completamente diferentes e, depois, por não ter em conta a realidade socioeconómica portuguesa onde se mantêm das mais elevadas taxas de pobreza da União Europeia».

Numa nota posterior à imprensa, o Grupo do PCP considera que pode estar em risco o próprio «esforço de convergência real dadas as dificuldades acrescidas na execução dos Fundos Estruturais». Ou seja, os cortes nos investimentos públicos podem implicar a perda de

financiamentos comunitários devido à falta de capacidade do Estado de assegurar a respectiva comparticipação nacional.

Face à insistência da Comissão Europeia, negando todas as evidências económicas, os deputados do PCP no PE alertam que «esta atitude poderá pôr em causa a necessária retoma económica nos estados-membros, acelerará uma política de austeridade orçamental, de cunho recessivo, com consequências directas para os trabalhadores e outras camadas mais desfavorecidas da população, de que o orçamento rectificativo apresentado em Portugal é um triste exemplo», como já Ilda Figueiredo salientara na sua declaração de voto. Neste sentido, o Grupo defende a suspensão e revisão do actual Pacto de Estabilidade.



beneficiação de habitação. A decisão foi justificada com uma breve declaração, apanágio deste novo governo, que pouco fala para depois não ter que dar o dito pelo não dito, e que se resumiu ao seguinte: «o resultado da participação de Portugal na União Europeia, que implicou uma redução significativa das taxas de juro desde 1998, o que aumentou extraordinariamente a dificuldade e preço de acesso ao crédito»(?). À primeira vista não encontramos semelhanças entre os dois assuntos. Mas após uma análise mais cuidada retemos como ponto comum de interesse e acção, a chamada política de «autonomia dos jovens». Por um lado, a UE apela para que haja empenho por parte dos estados-membros para que se cumpram as estratégias delineadas (e bem!) para os jovens, por outro lado vem o Governo português «cortar as pernas» a esses mesmos jovens.

As políticas necessárias

Desde sempre a autonomia foi uma reivindicação básica dos jovens. Essa autonomia assenta nos meios à sua disposição e, em primeiro lugar, nos

UE-ONU Parceria mais eficaz

As relações entre a União Europeia e a Organização das Nações Unidas foram o tema de um relatório do deputado, do PCP, Joaquim Miranda, aprovado na última sessão do Parlamento Europeu.

O documento surge na sequência de uma comunicação da Comissão Europeia e cinge-se aos domínios do desenvolvimento e dos assuntos humanitários. De resto, a opção do executivo comunitário de deixar para uma comunicação posterior as questões relativas à segurança, manutenção da paz, da prevenção dos conflitos e da gestão das crises foi criticada por Miranda que teria preferido uma abordagem completa e integrada de todos estes aspectos.

Entretanto, o relator põe em evidência algumas contradições que hoje se verifi-

cam, nomeadamente no facto de a União Europeia e os seus estados-membros constituírem os maiores doadores da cooperação oficial para o desenvolvimento a nível mundial, contribuindo com mais de 50 por cento do total do orçamento das agências e dos programas das Nações Unidas. No entanto, exercem uma influência política limitada junto das Nações Unidas, designadamente nas suas agências especializadas.

Para alterar esta situação, o Parlamento considera que a UE deve passar a ser membro e de pleno direito das agências da ONU, devendo para tal ser clarificada a base jurídica para a acção externa da União, nomeadamente através do reforço e da melhor definição do papel da Comissão no seio das organizações internacionais.

O reforço do diálogo entre as partes é igualmente referido por forma a que à UE seja proporcionado um papel de maior relevo na definição dos programas e das políticas das Nações Unidas. A sua cooperação no terreno deve igualmente ser incrementada nos países em vias de desenvolvimento com vista a assegurar a complementaridade e coerência ao nível operacional. Por último, Joaquim Miranda sugeriu a criação de um quadro financeiros estável, com regras e princípios coerentes entre as duas instituições.

O plenário exigiu ainda que a Comissão forneça regularmente ao PE uma avaliação qualitativa e quantitativa das verbas que a União paga directamente à ONU e às suas agências especializadas.

Pacote ferroviário favorece privados

O segundo pacote da Comissão Europeia denominado «Rumo a um espaço ferroviário europeu integrado» foi o tema de uma audição promovida pelo Grupo da Esquerda Unitária/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu que reuniu membros de sindicatos do sector de vários países europeus.

Na iniciativa, realizada no dia 14, em Estrasburgo, estiveram António Leal e José Maria Reizinho, em representação do Sindicato Nacional dos Ferroviários e

da Comissão de Trabalhadores da CP. A intervenção efectuada abordou a actual situação da empresa portuguesa e a evolução negativa ocorrida nos últimos anos devido às políticas dos sucessivos governos do PS e do PSD. Porém, os dois sindicalistas criticaram em toda a linha o objectivo da Comissão Europeia de abrir ao capital privado, numa primeira fase, o transporte de mercadorias e logo a seguir liberalizar por completo o sector, incluindo o transporte de passageiros.

Lembrando o escandaloso exemplo do Reino Unido, «onde a privatização serviu apenas para alguns enriquecerem à custa do Estado, enquanto se assistia à degradação acelerada da qualidade do serviço prestado», António Leal e José Maria Reizinho sublinharam que a crise que se vive no sector «não resulta da incapacidade das empresas existentes mas sim das medidas que a Comissão Europeia e os governos, a reboque do grande capital, vêm tomando para as destruir».

PE saúda Timor-Leste

A independência de Timor-Leste foi levada à sessão do Parlamento Europeu pela deputada Ilda Figueiredo que solicitou o apoio do hemiciclo e da União Europeia ao novo país. No início da sessão de dia 16, a deputada propôs à Mesa e, mais concretamente, ao presidente do PE o envio de uma mensagem de felicitações a Xanana Gusmão e à população de Timor-Leste. Ilda Figueiredo aproveitou igualmente para lembrar que os problemas de Timor não acabam aqui, pelo que a UE deve manter uma forte cooperação e aprovar os indispensáveis apoios financeiros no próximo orçamento.

Directiva garante salários

O pagamento de salários nos casos de falência poderá em breve ser assegurado através de uma directiva que foi aprovada no Parlamento Europeu. A nova legislação proposta pela Comissão obriga os estados-membros a criarem instituições de garantia que assegurem aos trabalhadores assalariados, em caso de insolvência, o pagamento dos salários e outros montantes que lhes são devidos. Para o PCP é no entanto lamentável que o Conselho não tenha acolhido várias propostas do Parlamento Europeu visando uma melhor protecção dos trabalhadores. Como salientou Ilda Figueiredo, «era necessário incluir na directiva as novas formas e as novas relações de trabalho», bem como consagrar de modo geral as indemnizações em caso de cessação das relações de trabalho e não apenas reconhecer este direito nos casos previstos pelas legislações nacionais. Só no ano passado na União Europeia as falências colocaram no desemprego cerca de 1,4 milhão de pessoas.

Presidente da UE sem consenso

O presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, manifestou reservas quanto à ideia franco-britânica de criar o cargo de presidente da União Europeia. Em entrevista ao diário italiano «La Stampa», Romano Prodi afirmou que, se essa ideia avançar, haverá «uma outra Europa: a Europa intergovernamental». Os actuais poderes da Comissão Europeia, considerou, permitem-lhe «dizer não a Schroeder ou a Aznar, se necessário for». Esta reacção surge depois de os franceses e britânicos terem avançado com a ideia que obteve o apoio da Espanha e do presidente da Convenção que está a preparar a reforma das instituições europeias, Valéry Giscard d'Estaing. O novo sistema iria substituir as presidências rotativas da UE.

UE – América Latina

Cimeira desilude

O acordo de livre comércio entre a UE e o Chile foi o resultado mais concreto da cimeira Europa-América Latina que terminou no sábado em Madrid.

Meia centena de chefes de Estado e de Governo dos dois continentes estiveram reunidos na sexta-feira e sábado na capital espanhola, numa cimeira que ficou marcada por declarações de boa vontade mas poucos resultados práticos ao nível da cooperação multilateral.

Em contrapartida, ressaltaram profundas divergências e contradições entre uma Europa rica e uma América Latina que luta pelo desenvolvimento. Logo na abertura, o presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, declarou-se preocupado com «a sinceridade do compromisso da comunidade internacional para com o comércio livre» e afirmou

do para além do ano 2005, resta a «Declaração de Madrid» que condena «com firmeza todas as medidas de caráter unilateral com caráter extraterritorial que são contrárias ao direito internacional e às regras do livre comércio.

O proteccionismo converteu-se em instrumento de defesa dos mais ricos

Embora sem referir os Estados Unidos, os signatários censuraram assim a lei Helms-Burton, que prevê sanções contra as empresas norte-americanas que invistam em Cuba ou as medias proteccionistas da indústria do aço e os importantes subsídios aos agricultores norte-americanos.

A declaração acolhe ainda favoravelmente o estabelecimento do Tribunal Penal Internacional e manifesta

Cá fora... o protesto

Enquanto os trabalhos da cimeira decorriam, o Fórum Social Transatlântico promoveu, sexta-feira, sábado e domingo marchas de protesto sob o lema «Um outro mundo é possível».

Rodeados por um importante dispositivo policial que em certas alturas terá igualado o número de manifestantes, o movimento realizou uma cimeira paralela, em que participaram mais de 70 organizações. Sindicatos e representantes de partidos políticos marcaram igualmente presença na acção de domingo, em que muitos milhares de pessoas desfilarão durante três horas pelo centro de Madrid.

que há «uma percepção de que o proteccionismo foi condenado enquanto instrumento de desenvolvimento dos países mais pobres, apenas para converter-se em instrumento de defesa dos privilégios dos mais ricos».

Cardoso chamou a atenção para as «barreiras intransponíveis» com que se deparam os países em desenvolvimento quando tentam comercializar os seus produtos mais competitivos. Referia-se aos subsídios agrícolas, taxas industriais, picos e escaladas tarifárias, medidas discriminatórias e quotas em vigor nos países industrializados.

Clara decepção com os resultados da cimeira foi manifestada pelo o presidente venezuelano, Hugo Chávez, quando notou que «vamos de cimeira em cimeira e os nossos povos de abismo em abismo» e exigiu uma redefinição destes encontros de modo a serem mais eficazes.

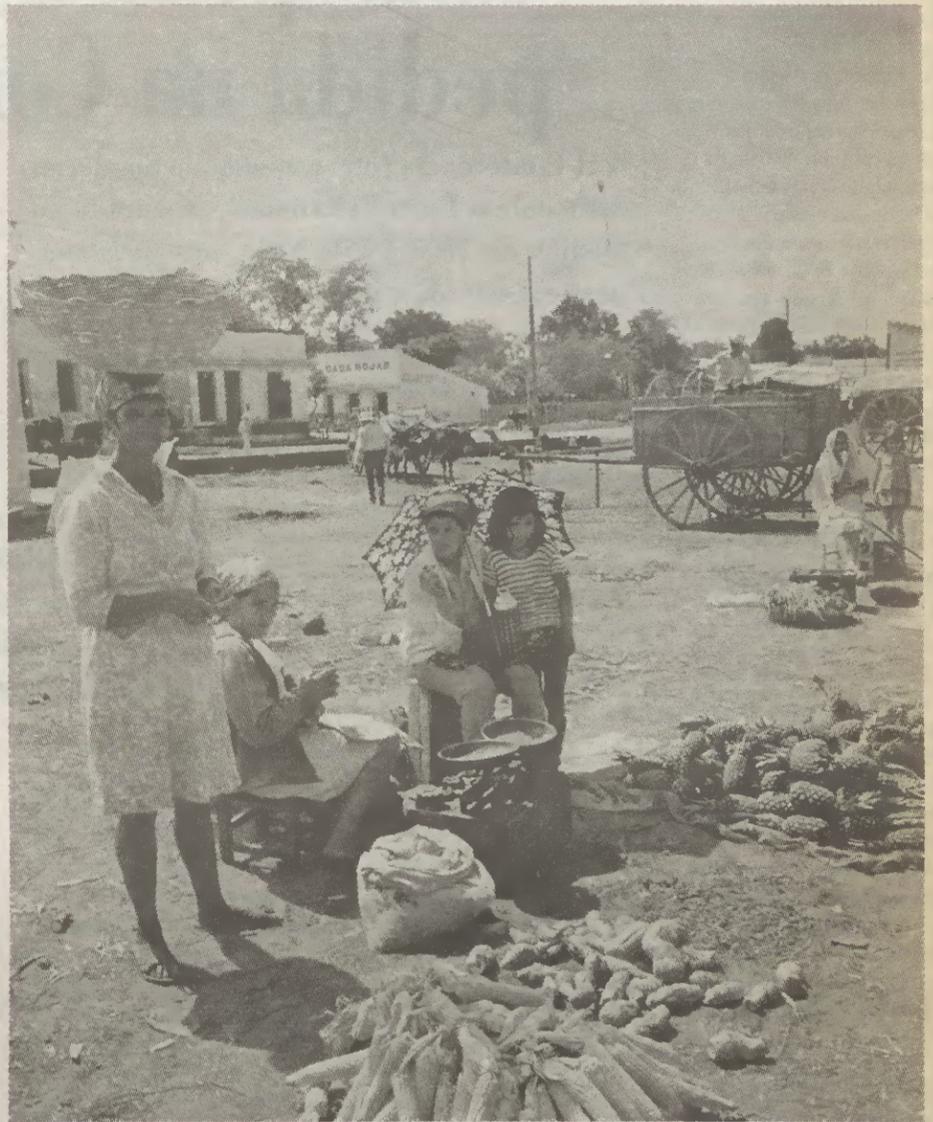
Fracassadas as negociações entre a UE e o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), cujo acordo de comércio livre ficou adia-

do para além do ano 2005, resta a «Declaração de Madrid» que condena «com firmeza todas as medidas de caráter unilateral com caráter extraterritorial que são contrárias ao direito internacional e às regras do livre comércio.

Embora sem referir os Estados Unidos, os signatários censuraram assim a lei Helms-Burton, que prevê sanções contra as empresas norte-americanas que invistam em Cuba ou as medias proteccionistas da indústria do aço e os importantes subsídios aos agricultores norte-americanos.

A declaração acolhe ainda favoravelmente o estabelecimento do Tribunal Penal Internacional e manifesta

a delinquência organizada, erradicar o racismo e a xenofobia e proteger o bem-estar das crianças são outros dos compromissos assumidos pelos 33 estados da América Latina e pelos 15 europeus.



Os países em desenvolvimento deparam-se com «barreiras intransponíveis» quando tentam comercializar os seus produtos mais competitivos nos mercados europeus

a delinquência organizada, erradicar o racismo e a xenofobia e proteger o bem-estar das crianças são outros dos compromissos assumidos pelos 33 estados da América Latina e pelos 15 europeus.

Chile abre serviços

O acordo de livre comércio com o Chile acabou por ser o único coelho a sair da cartola. Depois da necessária aprovação pelos 15 estados-membros, o Chile tornar-se-á o segundo país, depois do México, a ver

abrirem-se as portas do importante mercado europeu. Porém, o preço a pagar não é desprezível.

Em termos de intercâmbio comercial, a UE abre de imediato 95 por cento do seu mercado, dando ao Chile um prazo de três anos para finalizar idêntico processo. Este, por seu turno, compromete-se a efectuar uma abertura acelerada do seu mercado, eliminando as barreiras comerciais no sector agrícola no prazo de dez anos e na indústria até 2007.

Mas se neste ponto as coisas até podem parecer equi-

libradas, o acordo assinado serve sobremaneira os interesses da União Europeia porque prevê uma autêntica liberalização do sector dos serviços, dos contratos de infra-estruturas públicas e dos investimentos. Qualquer grande construtora europeia poderá agora apresentar-se a um concurso público do governo chileno nas mesmas condições que uma empresa deste país. Por último, a UE garantiu a protecção das denominações de origem de vinhos e licores, evitando assim uma maior concorrência dos produtores chilenos neste sector.

Fome é produto do sistema

Uma resolução comum aprovada pelo Parlamento Europeu considera que a fome e a subalimentação resultam não de um défice bruto de géneros alimentares a nível mundial mas são o produto de sistemas de distribuição e abastecimento deficientes.

O texto final, que conta entre os seus subscritores com o deputado, do PCP, Joaquim Miranda, considera a protecção contra a fome como um direito fundamental e afirma que «as estratégias de segurança alimentar e de desenvolvimento rural sustentável» constituem uma das prioridades da política de desenvolvimento da UE.

A poucas semanas do início da II Cimeira Mundial da Alimentação, que terá lugar em Roma entre 10 e 13 de Junho, o Parlamento Europeu con-

clui que a criação de uma Aliança Internacional contra a Fome e a Pobreza exigirá uma reforma da política de desenvolvimento da UE, que é actualmente financiada por dois instrumentos distintos (o Fundo Europeu de Desenvolvimento e o orçamento da UE) e também uma melhor coordenação a nível de articulação política entre a Comissão, o Parlamento, os estados-membros e os outros intervenientes internacionais.

Vendo a fome como simultaneamente causa e efeito da pobreza, os deputados exigem por isso iniciativas para promover o desenvolvimento dos mercados locais e para garantir o acesso a alimentos e água seguros e adequados.

Defendem assim uma contribuição para financiar o Fundo Especial para a Segu-

rança Alimentar e a Segurança dos Alimentos e reclamam a integração do Fundo Europeu de Desenvolvimento no orçamento da UE a fim de criar um quadro financeiro mais transparente.

A ronda de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) deveria deste modo centrar-se na necessidade do desenvolvimento, incluindo a segurança alimentar, objectivo que implica a revisão da Política Agrícola Comum e da Política Comum da Pesca.

O PE convida os países industrializados a promover a cooperação e a transferência de tecnologias nos sectores da agricultura e do saneamento da água e salienta a necessidade de incentivar os microfinanciamentos e o crédito a baixo juro para ajudar

os agricultores e a pesca local, bem como as estruturas locais de transformação dos produtos alimentares nos países em desenvolvimento.

As barreiras comerciais, os subsídios e outras medidas que distorcem o comércio, em particular nos sectores de interesse para as exportações dos países em desenvolvimento, deveriam ser objecto de uma análise com vista à sua redução. Com o mesmo objectivo os deputados exortam a UE a aceitar derrogações razoáveis em matéria de segurança dos alimentos, que constituem um obstáculo cada vez maior ao comércio destes países. Por último, o plenário apoiou a ideia da elaboração de um código de conduta internacional no que se refere ao direito a uma alimentação adequada.

Incursões na Cisjordânia

Militares israelitas efectuaram, terça-feira, incursões em Belém, Jenin e Tulkarem, na Cisjordânia, com o objectivo de capturar palestinianos «procurados» por Israel. Nas cidades de Belém e Jenin, os soldados capturaram dois palestinianos cujos nomes constam da lista de «procurados» por Israel, acusados da prática de «actividades terroristas». Em Tulkarem, as tropas israelitas entraram em toda a cidade e nos bairros periféricos de Sheweika e Artah. Anteriormente, tinha-se registado disparos intensos a partir de tanques e de helicópteros.

Confrontos em Caxemira

Os soldados indianos colocados em várias cidades e localidades do estado de Gujarat, devido aos recentes tumultos antimuçulmanos, vão regressar à fronteira ocidental com o Paquistão, anunciou anteontem o ministro da Defesa.

«Não tem nada a ver com a situação actual», afirmou um porta-voz indiano, numa alusão ao crescimento da tensão militar entre Nova Deli e Islambad, desde a semana passada. A comunidade internacional apelou à calma à Índia e ao Paquistão, depois de uma nova escalada de violência em Caxemira, território disputado pelos dois países.

Eleições na Irlanda

O primeiro-ministro irlandês, Bertie Ahern, de centro-direita, assegurou, domingo, a vitória, de quase maioria absoluta, nas eleições legislativas, em que o partido Sinn Fein, ala política do IRA, subiu significativamente. O escrutínio, que decorreu desde sexta-feira, já fez mudar a paisagem política irlandesa devido ao «descalabro» dos resultados obtidos pelo principal partido da oposição, Fine Gael, que obteve o seu pior resultado desde 1948, o que levou o seu líder a demitir-se. O Sinn Fein, de Gerry Adams, signatário dos acordos históricos de Abril de 1998 entre católicos e protestantes da Irlanda do Norte, conseguiu 5 lugares contra 1 que tinha em 1997.

Coreia do Sul reprime sindicatos

O governo da Coreia do Sul informou, terça-feira, que reagirá «firmemente» se os sindicatos cumprirem a ameaça de greve durante a fase final do campeonato do mundo de futebol, que se inicia naquele país dia 31. O aviso surgiu depois do anúncio feito pela segunda confederação sindical da Coreia do Sul de uma série de greves durante esta semana, ameaçando com mais paralisações durante a competição mundial.

● Miguel Urbano Rodrigues

Delegações de trinta países aprovam formas de solidariedade com o povo da Palestina

Expulsão de Israel da ONU pedida na Conferência do México

A II Conferência Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, realizada no México de 15 a 17 de Maio, atingiu plenamente o seu objectivo.

A causa palestiniana, tal como a do Vietname em passado não distante, motiva hoje quantos se batem pela defesa de valores eternos da condição humana. Neste caso até o cenário ajudou. A Conferência, convocada pela Organização dos Povos da África, Ásia e América Latina - OSPAAAL - e patrocinada pelo partido do Trabalho do México (PT), transcorreu num hotel instalado num antigo palácio cujas varandas dominam a mais grandiosa e bela praça da América, onde outrora se ergueu o centro cerimonial de Tenochtitlan, a capital asteca, aniquilada por um dos mais sangrentos genocídios da história.

Para trazer apoio ao povo martirizado da Palestina e debater formas práticas de ajuda chegaram delegações de 30 países, representando mais de uma centena de movimentos, organizações e partidos.

Durante três dias, essa comovedora corrente de solidariedade, reforçada por mensagens vindas dos quatro cantos do planeta, subiu das intervenções que em diferentes sessões de trabalho abor-

daram toda a problemática da agressão à nação Palestina e da luta dos seus filhos. Veteranos do combate revolucionário dos povos do Terceiro Mundo, como o angolano Paulo Jorge, o salvadorenho Schafik Handal e o nicaraguense Miguel d'Escoto, entre outros, trouxeram

ao plenário com a sua presença a memória de lutas que foram assumidas pela humanidade progressista. Mas pela tribuna desfilaram também representantes do Vietname, de Porto Rico, do Laos, do Chile, de organizações revolucionárias de muitos povos da América Latina que nas últimas décadas foram alvo de agressões imperialistas. Três presenças se destacaram das demais: a do mundo árabe, a cubana e, obviamente, a do México, como país anfitrião. A delegação da OSPAAAL, chefiada por Juan Carretero, seu secretário-geral, projectou ao longo do evento, a imagem de uma organização que volta a desempenhar um papel importante nas lutas do Terceiro Mundo.

A Palestina golpeada pelo fascismo sionista parecia presente

Para que nunca mais...

A solidariedade dos povos irmãos dos palestinianos foi expressa com uma emoção especial. E não apenas a dos sírios, a dos libaneses, a daqueles que no Médio Oriente têm sofrido directamente os efeitos da barbárie sionista. Até um embaixador da Arábia Saudita subiu à tribuna. No seu discurso transparecia uma mundividência diferente. Mas as próprias referências ao apoio de altezas reais do seu país foi expressiva da força de uma solidariedade que obriga à superação de opções de classe.

A leitura pelo embaixador da Palestina, Fawzi Yusef, da mensagem à Conferência enviada por Yasser Arafat foi acompanhada com muita emoção.

Um deputado do PT, José Narro, foi na abertura o porta-voz do povo mexicano.

Da abertura ao fecho, um sentimento de fraternidade, dessa fraternidade a que Zeca Afonso soube tão maravilhosamente imprimir vida nas palavras da canção de Abril, envolveu o plenário da Conferência. Distan-



A única forma de pôr fim à violência na região passa pelo cumprimento das Resoluções do Conselho de Segurança da ONU

te, a Palestina golpeada pelo fascismo sionista parecia presente no México. Na firmeza do protesto e na emoção da revolta. Quando lágrimas humedeceram os rostos de muita gente, elas lembravam, pela força da indignação, a torrente de um rio de montanha. Foi a

resposta ao voto de uma chilena, ela própria chorando como combatente, para que nunca mais «o ventre de uma mulher rebente num posto de controlo sionista esperando uma ambulância que não chegará e um bebé se apague sem conhecer a luz do sol»...

Os documentos aprovados

A Conferência, além de aclamar a proposta de entrega a Yasser Arafat do Prémio Benito Juarez, atribuído anualmente por uma Comissão Internacional a um grande lutador da humanidade (já o receberam Nelson Mandela e Fidel Castro), aprovou dois documentos principais: a Declaração Final e um Plano de Acção.

A Declaração, de onze parágrafos, depois de proceder a uma análise da trágica situação do povo palestiniano e do carácter fascista das acções de barbárie do governo de Ariel Sharon:

- Lança um apelo a acções internacionais de pressão sobre os governos dos EUA e Israel para que ponham fim à barbárie e genocídio desencadeados contra o povo palestiniano.

- Exige que Israel se submeta à inspecção de organismos internacionais cujo dever é erradicar o arsenal ilegal de armas nucleares do estado sionista.

- Conclui que a única forma de pôr fim à violência na Região passa pelo cumprimento das Resoluções do Conselho de Segurança que pedem a retirada israelita dos territórios ocupados em 67 e determinam o regresso dos refugiados.

- Expressa a sua admiração pelo heroísmo demonstrado pelo povo palestiniano e pela capacidade de resistência dos dirigentes da Autoridade Nacional Palestiniana.

O Plano de Acção

O Plano de Acção, aprovado por aclamação, tal como a Declaração Final, traduz com fidelidade o espírito da Conferência, isto é, a intenção de imprimir à solidariedade um conteúdo prático, traduzido em medidas e iniciativas adequadas à concretização dos objectivos fixados.

Eis algumas das decisões aprovadas:

- Exigir que as Nações Unidas ponham

termo ao genocídio e cumpram a sua missão de manter a paz e a segurança na região.

- Pedir a suspensão de Israel como membro da ONU pelo seu permanente desacato das resoluções do Conselho de Segurança.

- Enviar mensagens ao Parlamento israelita e às embaixadas de Israel exigindo a retirada imediata dos territórios árabes ocupados em 1967.

- Organizar uma rede latino-americana de direcções electrónicas para promover uma informação verídica e objectiva do conflito.

- Pedir a imediata libertação dos presos políticos palestinianos.

- Organizar tribunais populares e julgamentos simbólicos para mobilizar a opinião pública internacional e obter o seu apoio para o julgamento de Ariel Sharon como criminoso de guerra.

- Trabalhar no sentido de que seja atribuído estatuto diplomático as missões da OLP nos países onde isso ainda não se verifica.

- Condenar energeticamente o bloqueio israelita que impede o acesso aos territórios palestinianos de alimentos e o abastecimento de água e luz, bem como a assistência médica a mulheres grávidas, crianças e idosos.

- Promover uma campanha orientada para a aplicação de sanções económicas a Israel.

- Convocar partidos, organizações e personalidades para que promovam manifestações exigindo a retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados, bem como o cumprimento das resoluções da ONU. Essas iniciativas devem coincidir com as seguintes datas: 30 de Março, Dia da Terra Palestina; 15 de Maio, Aniversário da expulsão dos palestinianos das suas terras; 5 de Junho, aniversário da ocupação das terras árabes; 17 de Setembro, massacres de Sabra e Shatila; 29 de Novembro, Dia Internacional da Solidariedade com a Palestina e aniversário da aprovação pela ONU do Plano de Partilha.

Greves na Coreia do Sul

Os cerca de 70 mil associados da segunda maior confederação sindical da Coreia do Sul, a KCTU, cumprem desde ontem uma série de greves, que se prolongam até amanhã, em defesa de melhores condições de trabalho, segurança nos postos de trabalho e contra os planos de privatizações.

Ontem, os sectores químico e metalúrgico foram os afectados, com greves numa centena de empresas abrangendo cerca de 30 mil trabalhadores.

Para hoje está prevista a paralisação de 30 mil trabalhadores da Saúde e na sexta-feira é a vez dos taxistas (cerca de dez mil) se recusarem a trabalhar.

Para o próximo domingo está prevista uma manifestação na capital sul-coreana, contando-se com a participação de pelo menos 30 mil pessoas.

A KCTU ameaçou ainda prosseguir as suas acções de luta durante a realização do Mundial de Futebol, que se inicia em Seul a 31 de Maio,

ignorando os apelos do governo para umas «tréguas» durante esse período.

«A menos que o governo cesse a repressão dos sindicalistas, a nossa luta vai continuar durante a final do Campeonato do Mundo», anunciou a direcção da KTCU, que exige a libertação de 41 associados, detidos sob a acusação de fazerem greves ilegais.

Entretanto, com as eleições presidenciais marcadas para Dezembro, o país foi abalado por mais um escândalo, com a detenção de Kim Hong-Gul, um dos filhos do presidente sul-coreano.

Kim Hong-Gul é acusado de ter recebido dinheiro e acções da sociedade Tiger Pools International (TPI), no valor de 1,2 milhão de dólares, em troca da sua intervenção para a obtenção de uma licença de exploração de uma sala de bingo, no ano passado.

Se for considerado culpado de tráfico de influências, o filho do presidente sul-coreano arrisca-se a ser condenado a cinco anos de prisão.

Primeira sessão do Parlamento
marca dia histórico

Timor-Leste independente

Dezenas de individualidades mundiais testemunharam a sessão inaugural do Parlamento Nacional de Timor-Leste durante a qual foi aprovada a ratificação da Carta das Nações Unidas.

Numa cerimónia carregada de emoção, realizada em Taci Tolo, nos arredores de Dili, perante líderes de diversas nações e de milhares de pessoas que não quiseram perder o acontecimento, Timor-Leste tornou-se, segunda-feira, dia 20 de Maio de 2002, a primeira nova nação do milénio.

Após o arriar da bandeira das Nações Unidas (ONU), foi proferida a declaração de independência, pelo presidente da Assembleia Constituinte de Timor-Leste, Francisco Guterres. Seguiu-se o hastear da bandeira de Timor-Leste, ao mesmo tempo que era entoado o hino nacional timorense. Poucos minutos depois, Xanana Gusmão foi empossado Presidente da nova República Democrática de Timor-Leste.

Depois das cerimónias que formalizaram a independência de Timor-Leste, o Parlamento e o governo começaram já a trabalhar, nomeadamente com a assinatura de acordos que visam o desenvolvimento de um

país com carências a vários níveis, sobretudo nas áreas da saúde, educação e infra-estruturas.

**Este governo
está consciente
que irá enfrentar
enormes desafios**

No que diz respeito ao Parlamento, eleito no ano passado e composto por 88 elementos, o primeiro acto após a tomada de posse foi a aprovação, por unanimidade, da Carta das Nações Unidas, à qual assistiram o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e estadistas de todo o mundo, incluindo o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que integra uma delegação oficial portuguesa.

O ministro timorense dos Negócios Estrangeiros, José Ramos Horta, deu luz verde a seis acordos com a ONU para o desenvolvimento de programas humanitários e assinou também um documento básico de cooperação com o responsável da Organização Mundial de Saúde para a Ásia e Pacífico, Uton Muchtar Refei. O pedido formal de integração de Timor-Leste na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) foi outros dos pontos da agenda de Ramos Horta.

Por seu lado, Mari Alkatiri, primeiro-ministro timorense, e o antigo administrador da ONU no território, Sérgio Vieira de Mello, assinaram três acordos sobre o estatuto das forças de segurança da ONU presentes em Timor-Leste.

Timor Gap

Depois de mais de dois anos de negociações com a Austrália, Mari Alkatiri assinou ainda o Timor Gap - um acordo para a exploração conjunta dos recursos petrolíferos do Mar de Timor, que vai permitir arrancar com investimentos na região e obter receitas para a viabilidade económica de Timor-Leste quando terminarem os apoios internacionais.

O Timor Gap deixa, contudo, em aberto a definição das fronteiras entre a República Democrática de Timor-Leste e a Austrália.

«Este governo está consciente que irá enfrentar enormes desafios e que terá, muitas vezes, que tomar medidas impopulares. Por isso, ao assumirmos as funções, sabemos, antes de mais, que o nosso principal dever e obrigação é criar as condições para a construção de uma administração sólida, transparente, e de boa governação», declarou Mari Alkatiri.

O Comité Central do PCP enviou a seguinte nota à direcção da FRETILIN, a qual o Avante transcreve na íntegra.

Queridos camaradas:

É com enorme satisfação e alegria que vos enviamos uma forte, calorosa e emocionada saudação neste momento ímpar da vida e da história da vossa nação e do vosso heróico povo que é a consagração formal da independência do vosso país e a transferência de poderes da administração transitória para os órgãos de soberania timorenses democraticamente eleitos.

Este acontecimento será para todos os povos do mundo, para todos aqueles que, como o vosso povo, resistiram e resistem e têm a coragem e a determinação de lutar pela liberdade, contra a exploração e a opressão, um momento de esperança; um exemplo da força e do poder que um povo unido pelas suas convicções, pela certeza da justiça da luta pelos seus direitos, pela sua autodeterminação, pode alcançar.

A independência de Timor Leste, a libertação do vosso povo - conquistadas com a luta, o sacrifício e a vida de tantos companheiros, que apesar de não assistirem agora ao içar da bandeira do vosso país ao som do hino da nação timorense, estavam certos do triunfo da vossa justa causa - ecoará por todo o mundo sob a forma do grito libertador que transmite a todos a tão simples, mas tão importante mensagem de que Lutar vale a Pena!

A independência é uma importante etapa do processo histórico de edificação do vosso país. Conhecemos as complexas e difíceis tarefas que ireis ter pela frente, mas também sabemos que a coragem e a unidade do povo maubere que presidiram à resistência à opressão colonial e a mais de 25 anos de ocupação indoné-

sia são essenciais para as superar. Esperamos, sinceramente, que tais valores sirvam agora para ultrapassar os novos desafios, para construir e fazer crescer o primeiro estado nascido no séc. XXI. Um estado que é fruto da luta e da resistência heróica do seu povo. É do povo esta conquista histórica, é o povo timorense o grande herói desta batalha e que teve na FRETILIN a força política que dirigiu a luta de libertação nacional, que hoje alcança mais uma importante vitória.

Agora, na condução dos destinos de Timor-Leste, será com a FRETILIN e certamente com o povo e para o povo timorense, que serão travadas as próximas batalhas pela construção de um Timor-Leste independente e soberano, pátria de paz, de solidariedade e de justiça social, orgulhoso da sua história e do seu povo. É nesta luta, camaradas, poderão contar, como contaram durante os difíceis tempos da resistência, com a confiança e a solidariedade do Partido Comunista Português assim como dos trabalhadores e do povo de Portugal.

Também neste momento de festa e alegria estaremos ao vosso lado. Em Timor com a presença do Secretário-Geral do nosso Partido, camarada Carlos Carvalhas, e em Portugal participando em conjunto com a comunidade timorense nas comemorações que se realizarão no nosso país, o que certamente contribuirá para o estreitamento dos laços históricos de amizade que unem os nossos dois partidos e povos.

**Viva a independência de Timor-Leste!
Viva a FRETILIN!
Viva a amizade entre o povo timorense e o povo português!**

Contradições americanas

• André Levy

Em Março deste ano, o presidente George W. Bush anunciou um

pacote de tarifas sobre a importação de aço (que podem chegar a 30%) que suscitou críticas dos principais exportadores, como a União Europeia e a Rússia. Todos são membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), a expoente do processo de liberalização do comércio mundial. Bush alegou tratar-se de uma medida necessária para proteger empregos e investimentos domésticos no fabrico de aço. A OMC tem de facto providências que permitem proteger o sector nacional contra a ameaça de importação descontrolada, mas a importação de aço para o EUA tem diminuído nos últimos 4 anos, tendo descido 20% em 2001. Bush foi também alvo de críticas de sectores industriais domésticos, designadamente do sector automóvel, que teme perder competitividade com a indústria japonesa e europeia se for impedido de comprar o aço a preço mais barato.

A contradição entre a imposição de tarifas proteccionistas e subsídios e o sermão evangelizador dos mercados livres parece não incomodar a Administração Bush. Pelo contrário, o Senado dos EUA deve aprovar em breve um pacote de apoio ao sector agrícola, com o fim de estabilizar os preços de milho e trigo e subsidiar o cultivo de soja, assegurando 180 mil milhões de dólares para os próximos 10 anos. Por outro lado, Bush prossegue a rota de aprofundamento da OMC e criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA, ou FTA em inglês).

A ALCA está a ser negociada por 34

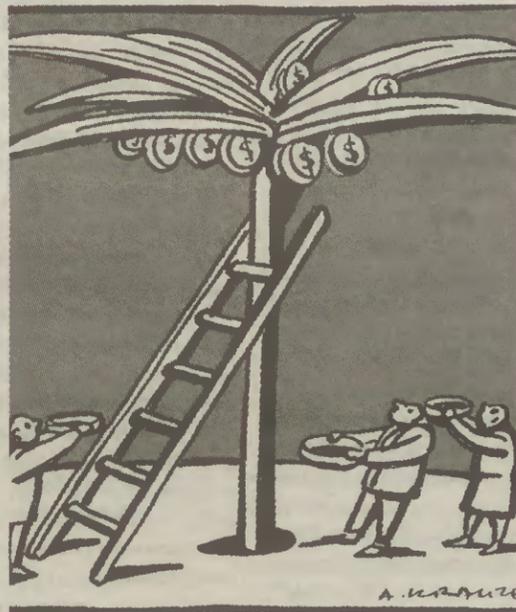
(incluindo, tarifas, barreiras alfandegárias, normas e barreiras técnicas ao comércio).

No segredo dos deuses

Desde 1999, estes grupos de trabalho têm vindo a reunir-se semestralmente, longe dos olhares públicos. O Congresso nos EUA não discutiu parâmetros para estas negociações, não estabeleceu objectivos, nem delegou ainda o executivo com poderes, normalmente do Congresso, para discutir os termos. Bush tem vindo a exigir do Congresso a aprovação do decreto conhecido como Via Rápida (Fast Track) que concede ao presidente maior autoridade para negociar acordos comerciais. Sendo aprovado, o Congresso deixará de participar no processo de discussão podendo apenas aceitar ou recusar acordos submetidos pela presidência. A legislação Via Rápida foi aprovada por um voto na Casa de Representantes em Dezembro passado e será discutida em breve no Senado. Alguns senadores democratas propuseram alterações ao decreto original, incluindo um programa de assistência aos trabalhadores despedidos em resultado dos acordos comerciais. Sob esta emenda, os mais de 400 000 despedidos em resultado da ALCAN seriam elegíveis a seguro médico federal. Uma outra emenda remove os elementos mais prejudiciais do Capítulo Onze do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (ALCAN, ou NAFTA em inglês), que permite a corporações processar

directamente governos que tenham lesado os seus lucros com leis nacionais que protejam o ambiente ou direito laborais. Estas emendas são rejeitadas pela minoria republicana no Senado.

Enquanto os representantes públicos são afastados do processo de negociação, uma variedade de corporações são convidadas a aconselharem os negociadores dos EUA. Mais de 500 corporações têm acesso aos documentos preliminares e ajudam a escrever as novas normas. Mas organizações não-governamentais da sociedade civil foram



países das Américas e Caribe e promete criar a maior área de comércio livre na história, incorporando uma população de 800 milhões e um PIB combinado de 11 biliões de dólares. Em Abril de 1998, na segunda ronda da Cimeira das Américas em Santiago do Chile, estabeleceu-se o Comité de Negociação Comercial, constituído pelos ministérios de Comércio dos países participantes, e nove grupos de trabalho para discutir as componentes da futura ALCA: agricultura, serviços, investimento, resolução de diferendos, propriedade intelectual, subsídios e «anti-dumping», competição, compras de governos, e acesso ao mercado

sumariamente descartadas quando exigiram a criação e participação em grupos de trabalho sobre governação democrática, direitos laborais e humanos, direitos do consumidor e protecção do ambiente. Pouco se sabe de concreto sobre o que será a ALCA. Mas uma inspecção da OMC e da ALCAN e suas consequências dá uma ideia muito clara e assustadora. Será de esperar a privatização de serviços públicos (incluindo a educação, saúde, energia, água, prisões), a erosão acrescida dos direitos laborais, a destruição acelerada do ambiente, e um aumento generalizado da pobreza e desigualdade.

Tribuna da Conferência



Os textos enviados pelos militantes para publicação deverão ser individuais e não poderão exceder os 4000 caracteres (espaços incluídos) – devendo ser sempre acompanhados do número de membro do Partido do seu autor. A Redacção do «Avante!» não poderá responsabilizar-se pelo encurtamento de textos ainda que com consulta aos autores, pelo que será a estes que incumbirá proceder às adaptações de dimensão quando, eventualmente, os textos enviados ultrapassarem os referidos 4000 caracteres. Quando e se o considerar necessário, a Redacção do «Avante!» assegurará respostas ou comentários aos textos enviados. De toda a correspondência que contenha propostas ou sugestões sobre os temas da Conferência, será enviada cópia para a Comissão de Redacção. A correspondência deve ser enviada para: Redacção do «Avante!», Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 – 1600-196 – Lisboa; E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt ou Fax 217817193.

Debater mais

1) A Conferência Nacional não começou nem acaba o nosso debate. Não é o princípio nem será o fim. Claramente, precisamos de debater e debater mais e, para isso, podemos, por exemplo, aproveitar as novas potencialidades abertas pela internet.

2) O reforço do Partido passa pelo reforço da sua organização nos locais de trabalho. É aqui que se encontram as raízes que permitirão manter a árvore firme, robusta e verdejante...

3) Sobre o futuro do país no quadro da UE ouvem-se, por vezes, de dirigentes do Partido – e não só – afirmações deveras alarmantes. Não terá chegado a altura de se fazer um ponto da situação quanto à nossa integração na UE, ainda para mais tendo em conta o notável trabalho que foi feito na década de oitenta?

4) A comunicação social, hoje quase completamente privatizada, fala cada vez mais a voz do dono. E se o Governo conseguir levar avante as suas intenções quanto à RTP o panorama será ainda pior. Os jornalistas não estão isentos de críticas, evidentemente. Mas, para lá de outras questões, não será que a precariedade do vínculo laboral com que muitos exercem a sua profissão é, ou pode ser, um factor extremamente condicionador da liberdade de informação? Não há aqui uma incompatibilidade que urge equacionar? A censura acabou, mas, entretanto, não terão surgido outras formas para amordaçar a liberdade de informação?

5) A Comissão Política, com responsáveis pelas diferentes áreas, está organizada como se fora um governo-sombra. Seria útil que estes responsáveis e/ou outros camaradas responsáveis sáissem atempadamente a público com a posição partidária sempre que o julgarem conveniente e, principalmente, quando os respectivos temas ocupam os cabeçalhos e noticiários informativos, como muito bem aconteceu nos últimos dias. Não será viável também uma utilização mais dinâmica da internet? Um Avante online não será possível?

6) Precisamos, evidentemente, de nos repensar. Mas para ficarmos mais e melhores comunistas; para sabermos ser revolucionários nos tempos modernos, para revitalizarmos o nosso projecto transformador. Se é para sermos apenas mais um partido, desses que costumam estar no governo, então não vale a pena! Se é para que o nosso critério de êxito passe a ser simplesmente a possibilidade do mero acesso às cadeiras do governo ou de qualquer outra área do Poder, então a nossa existência não se justifica.

7) Precisamos, evidentemente, de discutir. Mas nos termos do quadro por nós definido! É aí que as soluções poderão surgir e os consensos ser gerados. Aqueles que unilateralmente romperam com este pacto e, de forma continuada e brutal, pretendem impor as suas medidas, outras regras, onde eles seriam os “Príncipes”, fazem muito barulho, têm o apoio generoso da comunicação social dos senhores do sistema, que “nunca dorme em serviço”, fazem bastante mal, contam pratos mas, de concreto, nada oferecem. Não é que um ou outro não saiba perfeitamente aquilo que quer, mas não o diz, prefere continuar a escondê-lo e lá sabe porquê!

8) Continuar a apelar ao debate conjunto, franco e leal de tudo o que houver para debater é preciso mas está a tornar-se cansativo, inútil... Não é isso o que querem. Tudo fizeram para criar as maiores dificuldades na recente campanha eleitoral. Agora o que fazem é “marcar em cima o CC”, para que a comunicação social tenha pretextos para dar a atenção a tudo menos ao que de facto se decide nas reuniões. Tudo me parece que vão fazer para diminuir e denegrir a Conferência Nacional. Não generalizo! Não meto todos no mesmo saco. Sei distinguir. E, por isso, não tenho

dúvidas sobre a má vontade de alguns, poucos, felizmente.

Albertino Pinto Ovar

Prioridades

Acerca da «Conferência Nacional sobre o PCP e o Poder Local», marcada para Fevereiro de 2003, e face aos resultados obtidos nas eleições Autárquicas p.p., considerar:

Se é certo que «vale mais tarde que nunca», parece-me que este assunto deveria também ser tratado, senão antes, pelo menos na «Conferência Nacional» marcada para 22 de Junho próximo.

Porque:

– As perdas das Autarquias que sofremos nas eleições p.p. foram muitas e significativas.

– E sendo aí que o Partido faz uma prática governativa a prioridade da sua discussão, quero crer, mais se faz sentir. E de acordo com isso já adianto:

Nas Autarquias que se vêm perdendo ter-se-á feito um profundo trabalho que leve, quanto possível, à participação material e política da maioria esmagadora das populações?

Sabemos que, de acordo com as condições objectivas e subjectivas em que vivemos, as dificuldades do trabalho nesse sentido são realmente grandes, mas não haverá que fazer algo mais?

Como sabemos, os bons ou maus efeitos e resultados da participação ou não dos cidadãos na coisa Pública está bem testemunhado no não funcionamento dos «soviets» na ex-Urss e nos resultados que – para azar da Humanidade – aí tiveram lugar.

Ultimamente, temos vindo a ser informados do «Orçamento Participativo» que foi levado à prática em Porto Alegre (e naturalmente noutras Autarquias), capital do Estado Rio Grande do Sul, Brasil, pelo Partido dos Trabalhadores.

Não sabemos dos resultados práticos que já tiveram lugar mas como estratégia parece-me bem concebida... Porque, como sabemos, sem a participação do cidadão na coisa Pública, à escala geral e colectiva, a conquista da cidadania e de uma sociedade mais justa, em todas as suas potencialidades, dificilmente será obtida. E quando algo se consegue, sem essa participação, e de acordo com os testemunhos aludidos, e outros, a conquista obtida, o mais certo, é tornar-se efémera.

Logo, o que se impõe será uma estratégia que, embora sujeita e adequada ao contexto histórico existente, assente, tanto quanto possível, na participação generalizada de todos os cidadãos locais. Estratégia, naturalmente, com prioridade nas análises, decisões, etc., para se passar à acção, com a brevidade possível, e assim procurar evitar novas perdas e fazer novas conquistas.

Finalmente, continuemos a assegurar a unidade e a fraternidade entre nós, comunistas, que é uma das belas e várias práticas que nos enaltece.

Para isso, assegure-se e respeite-se a análise e a discussão que geram maiorias e minorias, obedecendo às regras estatutárias que determinam e asseguram os resultados. Só assim a «fraternidade» e a prática democrática serão asseguradas e respeitadas.

Luís Gouveia de Oliveira Porto

A verdade mora ao lado

Apresento a seguir algumas questões que gostaria de ver respondidas e opiniões a serem desenvolvidas nos docu-

mentos da Conferência. Num segundo texto tentarei elaborar propostas mais concretas.

Conhecer o partido real – o discurso do partido sobre si próprio é uma mistificação. Os militantes do PCP não conhecem o seu partido. Quantos somos? Não é verdade que sejamos 131 000. A que corresponde esse número em capacidade de intervenção política? Quem reúne nas estruturas do partido, nas estruturas associativas e sindicais? Quantos organismos? Qual era a situação há 10 anos? Qual foi a evolução nesse período? Qual é a expectativa de vida das organizações do partido? Que fazer se mais de metade do efectivo partidário vai morrer física ou politicamente (reformas profissionais, cansaço, abandono) num espaço de 5-10 anos? Isto não nos obriga a questionar o futuro e as prioridades da intervenção social e política? Que consequências ao nível financeiro? E na concepção da organização e da estrutura partidária? Qual o papel dos funcionários, dos militantes e independentes? Que fazer se o núcleo activo de militantes é cada vez menor e menos qualificado?

Nada, a avaliar pela ausência total de uma reflexão e de decisões sobre a questão nos últimos anos, se exceptuarmos o “Novo Impulso” em 1998, o que equivale a apressar a morte do PCP que conhecemos sem que uma alternativa de futuro se esboce. Não se compreende que a única medida séria global (mesmo que tímida, porque realizada no quadro estatutário em vigor) de revitalização orgânica e política tenha sido suspensa sem que se explicasse porquê. Iremos a tempo de recuperar as orientações desse documento? Quem pede propostas para reflexão pode e deve socorrer-se do rico património já construído e entretanto dinamitado.

Falar com verdade quando se tomam opções políticas e se faz (ou não) a conta ao deve e haver dessas opções. Dois exemplos de estratégia eleitoral: ainda hoje não se sabe que balanço foi feito da condução política da candidatura às últimas eleições presidenciais. Para lá do facto de se reconhecer o péssimo resultado, onde está a necessária reflexão que aponte os erros próprios, a direcção errada e errante que se imprimiu? A questão autárquica também deveria merecer reflexão – no último congresso fechou-se a política de alianças autárquicas pré-eleitorais ao universo CDU (cada vez mais centrífugo), com excepção de Lisboa. Foi a opção certa? Por mim afirmo um redundante não. À luz da derrota eleitoral, o que pensa a direcção dessa decisão? E o que pensa do esvaziado projecto autárquico da CDU? Pelo que sei não pensa nada. É necessário um novo estilo de trabalho das direcções que as torne responsáveis politicamente perante os militantes e o partido. É preciso competência política. Temos visto o contrário. No segundo texto voltarei a este assunto.

Falar verdade quando se acusam outros de fraccionismo, cisionismo ou revisionismo. Ninguém é dono da verdade sobre a situação interna do PCP. Não é aceitável um discurso que retire a sua verdade legitimadora da história, do carisma, da pessoa que o profere ou do meio de que se serve. Não há donos da lealdade nem da fraternidade. Quem assim se apresenta para desse discurso excluir outros fá-lo com a consciência que serve interesses estranhos à unidade do partido e ao seu futuro. Deve, por isso, mudar de atitude em favor da pedagogia da compreensão e da construção de um mínimo denominador comum político. Nesta construção é incompatível o trabalho fraccionário dentro e fora dos organismos do PCP. Há dirigentes e militantes que devem rever com urgência a orientação que adoptaram de promoção da hostilidade e do cacete estatutário. O mesmo devem fazer os militantes que a

promovem a partir da diáspora mediática. É imperioso um sinal da direcção do partido neste sentido. O futuro do partido não admite alternativa: esta a verdade mais elementar da qual urge retirar consequências práticas.

Álvaro Carvalho Oeiras

Contributo para o debate

O nosso Partido tem desempenhado ao longo dos últimos anos um papel de grande relevância na sociedade portuguesa e isso deve ser reconhecido e valorizado.

No plano da luta de massas temos sabido continuar a dinamizar a luta em praticamente todos os planos da sociedade, e é justo reconhecer que às lutas que desde sempre travámos soubemos acrescentar outras como por exemplo aquelas relacionadas com os problemas do ambiente e do desenvolvimento, com as questões dos direitos dos consumidores, com as questões da paz que voltam a estar na ordem do dia e relativamente às quais temos sido os grandes protagonistas...

Num contexto de grandes dificuldades de intervenção, têm sido os comunistas (em conjunto com muitos outros democratas) que se têm batido naquelas lutas que não têm direito a coluna no jornal nem a tempo de antena: a luta contra os despedimentos, por condições de higiene e segurança dignas, a luta pela contratação colectiva e a defesa da segurança social.

No plano institucional fomos nós quem mais produziu. Provocámos a discussão acerca da despenalização da IVG, da regionalização, do combate à precariedade, da igualdade, das questões da toxicodependência. Fomos nós que levámos à AR os protestos dos trabalhadores das empresas falidas, daqueles que têm salários em atraso há mais de 20 anos.

Como somos comunistas, abnegados lutadores, não nos damos por contentes. E como sabemos que apesar do seu papel insubstituível o PCP tem problemas, estamos em fase de discussão (*proposta e incentivada pelo CC*) com vista ao reforço da organização, intervenção e representação.

Algumas preocupações:

Creio que devemos reforçar a nossa intervenção junto dos jovens trabalhadores. Neste campo importa sobretudo que o Partido e a JCP coordenem melhor esforços. Que nos preocupemos em conhecer melhor a situação dos jovens nos locais de trabalho, que alarguemos o campo de intervenção e reivindicação a outros assuntos normalmente pouco trabalhados (como por exemplo a higiene e segurança no trabalho).

Importa investir ainda mais na criação ou revitalização de células de empresa, e responsabilizar os jovens comunistas na actividade das mesmas (em particular mobilizando-os para o trabalho de juventude no interior das empresas).

Devemos procurar também dentro do nosso seio aumentar a sindicalização. Por vezes pergunto-me quantos jovens trabalhadores membros do Partido e da JCP estarão sindicalizados? Conheço muitos casos em que, embora haja uma consciência elevada acerca da importância do sindicato, não vejo dar-se o passo seguinte – a sindicalização, intervenção consequente ao nível do movimento unitário e, em caso de merecimento, responsabilização ao nível sindical.

Creio que devemos apostar ainda mais ao nível da formação ideológica, e neste campo penso que assumem grande importância uma maior disseminação das publicações do Partido, nomeadamente o “Avante!”, o “O Militante” e o “Agit” que é o jornal central da JCP.

Nota da Redacção

O debate em que o Partido está envolvido, para que frutifique, deve ser sereno, aprofundado e travado com respeito mútuo. As diferenças de opinião, perfeitamente legítimas, podem e devem enriquecer o nosso debate, e não ser esgrimidas para cavar a divisão. Para tanto, importa que cada militante seja capaz de respeitar a opinião dos outros, de forma a que o resultado final seja expressão da vontade colectiva e, como tal, por todos respeitada.

Tribuna da Conferência



Devemos tomar medidas de revitalização dos Centros de Trabalho e assumir que se tratam de espaços com uma importante função política, não apenas entre nós mas também no contacto com as populações. Neste campo importa dar liberdade para a utilização responsável que deles possam fazer os militantes da JCP – os Bares que diversas organizações dinamizaram no passado têm um enorme potencial que permanece por utilizar.

Importa defender e reforçar a nossa identidade, afirmando a actualidade do Marxismo-Leninismo e através da implementação prática dos seus princípios fundamentais. Penso que é esta a via para o aprofundamento da democracia interna.

Como tenho em mente muitas outras reflexões e propostas (que os 4000 caracteres não esgotam) participarei no máximo de reuniões possível. Nos locais certos e respeitando as nossas regras de discussão fraterna e colectiva, jamais quebrando laços de respeito e lealdade, ao Partido no seu todo, aos militantes individualmente, e a mim próprio como jovem comunista.

Rui Vasco Silva

Razões complexas (*)

Actualmente, o momento da vida interna do Partido é observado pelos espíritos mais incautos, e sobejamente prolapado pelos analistas políticos mais à direita, como um dilema em tudo semelhante ao que viveram os P.C. por toda a Europa, transfigurar-se e perder a sua identidade, ou mantê-la e morrer por falência programática. Conceptualizando: «ortodoxos» vs. «renovadores».

As razões de ser desta crise são, porém, bem mais complexas.

Para quem, como eu, sempre acreditei no socialismo, esta fatalidade, anticomunista primária, e que nada tem de científico a opor à ideologia marxista, está longe de traduzir os problemas reais com que nos deparamos.

Com efeito, quando a Direcção, ela própria cada vez menos representativa da diversidade de opiniões partilhadas por muitos militantes e mais distante da realidade social, acusa, socorrendo-se das normas estatutárias, membros do Partido de realizarem actividades fraccionárias, ao usarem os *media* para exprimirem as opiniões divergentes, afastando-se da «vida normal do Partido», nunca avaliou as causas desse afastamento, como nunca se mostrou preocupada com a manutenção de condições que possibilitassem a expressão livre das opiniões de cada camarada, sendo conhecidos casos de manifesta repressão.

Na preparação do último congresso, no clima de suspeição latente na discussão das teses, muitos camaradas agora apelidados de «renovadores» demitiram-se das responsabilidades que tinham, outros afastaram-se simplesmente da militância activa por mágoa com o clima insuportável gerado, deixando de se rever no Partido, não pela sua ideologia e intervenção políticas, mas por nele não verem materializadas condições de democracia exigíveis aos comunistas.

Tais camaradas foram dos que, avessos ao imobilismo muito bem aceite pela Direcção, nunca receberam, mesmo pertencendo a organismos dirigentes a vários níveis, tecer críticas a aspectos orgânicos ou políticos no Partido, propor soluções que visassem melhorar a intervenção partidária, descontentes com a perda de influência eleitoral e social, e fizeram-no «nos organismos próprios».

Estariam todos estes camaradas, que

desde então, só por aparente delito de opinião, passaram a ser olhados com desconfiança, apelidos de revisionistas, de má-fé na sua posição, obstinados em mudar a natureza de classe os princípios ideológicos, esquecer a história do Partido, e caminhar para a social-democracia?

Depois, ocorrido todo este conjunto de histórias tão pouco claras e a maioria ainda por revelar, desconhecidas da maioria dos militantes, as divergências assumidas por uma ampla massa de descontentes, são apresentadas pela Direcção eleita como a legítima opinião de uma minoria de militantes, contra a qual se posicionou a maioria dos presentes (por acaso dos menos esclarecidos).

Agora acusa-se o grupo de críticos supracitados de se terem tornados porta-vozes de uma facção, explorando as preocupações com as perdas eleitorais do Partido, manipulando as consciências de muitos camaradas que alegadamente «não sabem o que estão a fazer», mas que são com certeza bastante menos controlados do que a vasta maioria do Pavilhão Atlântico.

Relativamente aos estatutos e posto isto, apraz-me registar que os detentores do poder aplicam as normas a contento próprio, apelando a que os outros as cumpram escrupulosamente e acusa-os de desviantes, mas não reconhecendo que alguma vez possa ter falhado perante elas – o Partido não consegue fugir à definição social.

A questão do poder dominante e do seu abuso, tão presente na sociedade capitalista que nos propomos combater, desenvolve-se a tal ponto no seio do Partido, acabando por se tornar central até no tabu do congresso extraordinário, que se o recusa em primeiro lugar por isso implicar uma recomposição dos organismos executivos, mas toma para a conferência os mesmos critérios de participação, vedando a muitos quadros desavindos de reconhecido mérito, o acesso a nela participarem.

Emanuel Rosa Lisboa

Para um efectivo reforço

1 – Os temas propostos na Nota de Apoio à Conferência são todos importantes, mas o número é tão grande que se torna impossível uma abordagem suficiente, agora e lá. Impõe-se dispensar alguns já antes analisados pelo Partido, como situação política e socioeconómica, responsabilidades de anteriores governos, etc., porque há prioridades.

2 – É real a perda de influência eleitoral do Partido. Para lá de causas conjunturais, há insuficiências do nosso trabalho e, sobretudo, a manipulação da opinião pública pela constante campanha de tracção e calúnia conduzida pela comunicação social. Por outro lado, esta campanha tem sido objectivamente caucionada pelas atitudes públicas de alguns camaradas nesta mesma comunicação social.

É necessário que estes dois factos e os meios de combatê-los sejam tema de reflexão, diagnósticos e medidas que os eliminem ou minorem.

3 – O êxito da luta travada pelo Partido depende, como é sabido, da consciência política, da militância e do trabalho disciplinado daqueles que o levam à prática. E do regular funcionamento dos organismos de base (pois é nas células que todo o trabalho prático é preparado), da capacidade dos elementos de ligação aos organismos superiores, da adequação das directivas emanadas dos organismos de direcção, cuja função, não o esqueçamos, é evidentemente dirigir.

4 – Julgo ser notória, há muito, uma deficiente gestão dos recursos humanos do Partido:

– porque parece dar-se mais importância à sua quantidade que à sua qualidade;

– porque, com receio de afastar alguns camaradas, se menospreza o cumprimento dos Estatutos, nomeadamente quanto aos deveres fundamentais do Art.º 9.º (inscritos nos cartões do Partido), mas não só (v. recentes casos de violação pública de normas partidárias);

– porque a todos os níveis se tem negligenciado a fundamentalíssima formação ideológica;

– porque os comunicados dos organismos de direcção muitas vezes se limitam a chamar a atenção para a necessidade de resolver questões em vez de determinar a execução de medidas práticas bem definidas para resolvê-las, com posterior controlo de execução;

– porque se instalou um clima de exagerada tolerância quanto à não execução de directrizes decididas em Congresso (talvez no receio de que nos apelitem de «rígidos» e «meros executores de ordens») em vez dos necessários rigor, método, crítica e autocrítica, e também da franqueza e fraternidade que devem ligar todos os militantes.

5 – Embora a derrota do Socialismo na URSS tenha sido fortemente desmotivadora e a agudização da arrogância capitalista tenha agravado as dificuldades de organização do Partido, as deficiências apontadas em 4 serão a causa maior da desfavorável situação organizativa: cerca de 50% dos camaradas sem efectiva ligação com o Partido, apenas 30% pagando quota.

Dado que os efectivos do Partido são cerca de 130 000, o alheamento destas situações pode conduzir a falsas ideias sobre:

• a real capacidade de trabalho do Partido;

• a deficiente informação/formação de muitíssimos camaradas com consequentes fracas militância e capacidade de trabalho, terreno fértil para teorias desintegradoras;

• pouco apoio à Direcção;

• dificuldades de boa inserção dos novos militantes.

6 – *Sabe-se que qualquer que seja a situação sociopolítica e por lúcida que seja a sua análise, os objectivos estabelecidos e a táctica para os alcançar, o Partido nunca os atingirá se não estiver adequadamente organizado para ser eficaz.*

Há pois que eliminar as deficiências referidas em 4; há que dar orientações concretas e garantir a sua execução. Só assim serão atingíveis os objectivos tão repetidamente enunciados: reforçar o Partido, aumentar a sua influência.

Frederico G. Mirão
Linda-a-Velha

Não esquecer as origens

É possível e até natural que alguém fique escandalizado pelo facto de recordarmos nesta coluna da conferência a origem do Partido, a sua história e aqueles que durante a sua vida apenas tiveram um objectivo: criar um património. Esse património existe e quando um outro camarada traz ao conhecimento o seu passado, apenas pretende dizer: criámos este património com a vida, com sofrimento nas prisões fascistas; esta história é precisa, é necessária e não podemos escamotear a realidade.

Como militante do Partido com tarefa de Presidente de Junta de Freguesia, sinto que existe um défice muito grande de conhecimento sobre o regime fascista. Cumpre-nos a nós fazer com que os jovens venham a ter esse conhecimento.

No mês de Abril, procurei que os estudantes, principalmente os do 9.º ano, falassem do 25 de Abril. A experiência obriga-nos a que todos os comunistas sintam a responsabilidade de não deixar esquecer o que foi o regime fascista, porque existiu, mesmo que se diga que hoje os tempos são outros.

Para sustentar aquilo que me preocupa, alerta para o que os estudantes no dia 30 de Abril, com um auditório cheio, quiseram saber. Passo a citar:

– Que sentimentos tiveram após a revolução?

– Que razões tinha a polícia política para intervir na crise académica?

– Onde estavam quando se deu o 25 de Abril?

– Como se lutava contra o fascismo?

– Como era exercida a censura nos jornais e nos livros?

– Quais os momentos marcantes da revolução de Abril?

– A revolução apanhou-os de surpresa?

– Assistiram a alguma intervenção da PIDE?

– Tiveram algum familiar vítima da PIDE?

– Qual o maior crime do regime fascista?

– Com a insegurança que existe, um governo como o que existia antes do 25 de Abril não vinha garantir essa segurança?

Estas interrogações que os jovens colocaram, levam a que o PCP, através dos seus quadros, que têm um passado histórico que é património do Partido, deva escrever e falar cada vez mais sobre o Partido, como o único que lutava contra a ditadura. Somos e sempre fomos um Partido da classe operária e de todos os trabalhadores. Que aceita nas suas fileiras os intelectuais e os quadros técnicos, o que não quer dizer que se deixe descaracterizar das suas raízes de existência.

Um partido da classe operária e dos trabalhadores em geral terá que ser sempre um partido que assenta nos princípios pragmáticos do Marxismo-Leninismo, tem a sua responsabilidade histórica de lutar contra todas as classes dominantes e elas existem, vão continuar a existir e não é pelo facto de nos dizerem muitas vezes açúcar, que ficamos com a boca doce. Para os trabalhadores só existe um caminho para conseguir criar melhores condições de vida, é lutar, lutar, lutar.

O capitalismo nunca entregou, nem vai entregar, nada sem que seja obrigado. A luta dos povos, mesmo que isso lhes custe a própria vida, como aconteceu a muitos camaradas, conseguiu alterações profundas. Por isso desenganem-se aqueles que pensam que o PCP deve descaracterizar-se.

O PCP é um Partido de princípios, terá de manter-se fiel aos seus princípios e todos aqueles que querem trabalhar por um PCP mais forte terão de o provar participando e não ficar em casa, sentados no sofá, ou em cadeiras, vendo televisão, que só tem assento para dizer mal do PCP.

Que venham colar cartazes, colocar pendões ou panos, quando é preciso, distribuir propaganda nas caixas de correio e contactar porta-a-porta a população. Só assim poderão contribuir para o reforço e crescimento do PCP.

Este é o Partido que eu conheci e ao qual aderi com convicção. É neste Partido que eu quero continuar. Desenganem-se aqueles que o querem desfigurar.

António Joaquim Costa Cunha

A «base material» – uma questão-chave

Pela primeira vez na história, graças a Marx, os revolucionários podem intervir conscientemente no nascimento de uma nova «formação económica e social», a partir de uma nova «base material».

Avaliar o desenvolvimento de uma nova «base material» é importante para a oportunidade das acções revolucionárias, mas também para explicar porque é que as experiências falhadas não tiveram sucesso (o Socialismo Prematuro, na URSS, falhou porque pretendia erigir uma nova «formação económica e social» sobre uma «base material» que era, no essencial, a do capitalismo).

A transição de uma «base material» para outra não é viável com um «acto revolucionário» circunscrito no tempo, mas sim como resultado do jogo das forças sociais exercendo-se durante séculos ou decénios sobre os desenvolvimentos tecnológicos num determinado contexto natural.

Ganha novo sentido a ideia de acção revolucionária, não de tipo insurreccional mas como um labor da inteligência para influenciar a gestação da nova «base material», pois que esta contém em si promessas mas também o perigo de novas formas de exploração.

Se são absurdas as opiniões que dão um carácter automático no sentido do progresso às transformações tecnológicas também teremos que considerar antimarxistas opiniões que se recusam a ver a ameaça que o desenvolvimento tecnológico representa para o capitalismo.

O primeiro a cometer o erro de escamotear as condições prévias para a superação de um «modo de produção» foi o próprio Marx. Em 1850 convenceu-se de que o capitalismo estava a

Tribuna da Conferência



chegar ao fim. Engels conta o sucedido na introdução à "Luta de classes em França" em 1895.

Marx formalizou os ensinamentos retirados do erro cometido no prefácio de "Para a crítica da Economia Política", em 1859:

"Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as suas forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece aonde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução."

Como é que partidos que marxistas, perante o texto citado, podem deixar de se colocar as seguintes perguntas: já estão maduras as "condições materiais de existência" das "relações de produção novas e superiores" por que lutamos?; já é possível fundar uma sociedade sustentável sobre uma relação que não seja o assalariamento capitalista?; com que "base material"?

A representação digital da informação teve, e continua a ter, um efeito brutal sobre todas as ciências e tecnologias.

Vários tipos de automação, que não iremos aqui detalhar, invadiram os campos, a fábrica, os escritórios, os hospitais, as escolas, ameaçando tornar dispensáveis todas as intervenções humanas triviais e conserváveis apenas aquelas que tenham carácter não-repetitivo, criativo. Está lançada, como nunca na história, uma enorme ameaça ao assalariamento, cerne e coração do capitalismo.

As tecnologias digitais encerram um enorme potencial de desenvolvimento humano, de superação da contradição entre trabalho manual e intelectual, de lançamento de formas superiores de democracia participativa, de apagamento do Estado, de superação da contradição entre o mercado e o plano, etc.

Podemos estar perante o embrião da "base material" do comunismo, com todas as suas promessas de abundância e desalienação, ou então no limiar de um mundo em que os detentores dos "meios de produção" (redes de comunicações, bases de dados, software, por ex.) arranjarão maneira de apropriar de forma parasitária já não um terço do dia de cada trabalhador mas o trabalho criativo de milhões de cérebros humanos.

Compete-nos a nós lutar pela primeira hipótese.

Fernando Redondo

Reflexões...

1. Considero que as propostas de discussão apresentadas pela Nota de Trabalho são as necessárias para um debate produtivo que possa contribuir para o reforço do Partido. Pelos comportamentos de alguns militantes, teimados em trazer para a praça pública (em nome de uma suposta "renovação") atitudes e comportamentos fraccionários e, nalguns casos, até insultuosos para com o Partido e a sua Direcção democraticamente eleita em Congresso, entendo que primeiro se impõe *arrumar a casa*, o que, neste caso, corresponde a analisar com profundidade as propostas semeadas por estes nos vários órgãos de comunicação social, concluindo se as vias de capitulação e de perda de horizontes de luta nos trariam um Partido mais reforçado. Se entendermos que não, se maioritariamente optarmos por reafirmar este Partido com as características que, por vontade dos seus militantes tem mantido, os que agora fazem a defesa da "renovação" terão dois caminhos à escolha: ou acatam esta decisão e continuam, no respeito pelas regras estatutariamente definidas, a defender, com toda a liberdade, como a que até agora tiveram, a sua opinião nos seus organismos, ou deixam a qualidade de militantes do Partido e, aí sim, terão a liberdade de fazer a defesa das suas opiniões pessoais nos jornais, rádios ou TV's que lhes queiram dar voz.

2. O Partido Comunista Francês, que chegou a ser o segundo maior Partido em França e um dos maiores Partidos Comunistas da Europa, embrenhou-se há uns anos numa discussão ideológica semelhante à que vivemos. A pouco e pouco foi retirando funcionamentos contestados no seu seio por alguns como anacrónicos e "estalinistas", pouco consentâneos com uma "Esquerda democrática" e "moderna".

O PCF foi aceitando implicitamente a teoria do fim da luta de classes e aceitou deslocar o *centro da luta* contra outros inimigos, como a globalização. Até aceitou que esse combate fosse feito exclusivamente em fóruns amplamente participados e unitários (como a ATTAC).

Foi aceitando a criação de tendências devidamente organizadas e que publicamente expressavam a sua opinião. Isto teve uma expressão pública interessante na posição do PCF no referendo realizado há um par de anos acerca da duração do mandato presidencial. Até hoje não conseguem perceber a sua posição sobre esta matéria, ou sequer se teve posição, já que algumas células do Partido apareceram a defender o sim, outras o não, outras ainda a abstenção.

O PCF aceitou ir para o governo com o Partido Socialista Francês, em nome de uma unidade de esquerda, para servir de sustentáculo a uma política de direita, atingindo-se o cúmulo de ministros comunistas serem contestados na rua pela CGT.

Este divórcio com as suas raízes, a perda de perspectivas, o afastamento da direcção do objecto da sua luta – os trabalhado-

res – e a descaracterização do Partido criaram as condições para nas recentes eleições francesas o candidato do PCF, Robert Hue não alcançasse mais de 3% dos votos, ficando em 11.º lugar, atrás de pequenos partidos de extrema-esquerda. Pior, os trabalhadores e o povo francês, perderam a sua referência, o seu guia para a acção e luta, encontrando-se em completa desorientação. Muitos suportaram inclusive eleitoralmente a subida da extrema-direita francesa e das propostas neofascistas de Le Pen.

3. Encontrei um artigo do Jornal de Notícias com declarações de Edgar Correia à saída de uma reunião de Quadros do Porto. Diz ele: "É condenável que militantes se exprimam fora do Partido"; mais: "(...) é irregular e condenável que veiculem para órgãos da comunicação social informações que possam alimentar campanhas contra o PCP" ou sobre um documento de reflexão subscrito por "várias personalidades do Partido" diz que "(...) entrou pouco no nosso debate, mas há um grande acordo no nosso partido com a nota do Comité Central, segundo a qual é irregular e condenável que qualquer militante (não estamos a individualizar) exprimam e procurem difundir ideias fora das organizações a que pertencem"...

... Ia-me esquecendo de um pormenor. A data do artigo – 18 de Janeiro de 1988!

Rui Jorge Martins
Almada

É preciso agir a tempo

Fui preso muito novo sem partido. Apenas simpatizante do Mud-Juvenil. Passei mais de 5 anos no Aljube, Caxias e Porto. Quando já tinha quatro anos de cadeia, aderi ao PCP, pela mão de Carlos Aboim Inglês. Conheci então pessoas excepcionais: humanas, solidárias, amigas. Mas também pessoas falsas. Todas identificadas. Aí se consolidou o meu carácter. É com tristeza que constato o que vem a público sobre *conflitos* no PCP. Mas, por todo o país, há debates nas organizações, onde se discute tudo, o que significa haver espaço dentro Partido para o confronto de ideias. Não compreendo que alguns membros do Partido desenvolvam fora dele acções que objectivamente o dividem.

Tenho lido textos publicados na *Tribuna do Avante*. Concordo com a substância da maioria e acrescento: embora campanhas em que o PCP é denegrido sejam frequentes, a que está em curso, que pode destruir por dentro o PCP, sob a capa de melhorar o seu desempenho, não tem precedentes. Os promotores deixam (de propósito?), se todos não nos unirmos, o PCP mais fragilizado. Mais convicto disso fiquei ao ver e ouvir na TV o que têm dito os mediáticos *renovadores*.

Para dividir comunistas, a imprensa há muito que classifica de *ortodoxos* (os que agem conforme a orientação dos congressos) e de *renovadores* (os que no fundo minam a sua unidade). Há o propósito de virar a opinião pública contra o PCP, de que certa imprensa é exímia, porque o PCP, coeso, é o obstáculo às políticas que a mesma imprensa serve.

Noutros países, quando a *renovação* se consumou, significou *destruição*, para júbilo do grande capital. Aqui, o que esses *renovadores* pretendem, passará também, e já o dizem, pela descaracterização do PCP. Um PCP sem instrumentos de defesa, análise e combate e talvez, sem símbolo, cor da bandeira e hino. O que ficaria, não seria mais o PCP.

Há tempo, outros *renovadores*, precursores dos actuais, como não conseguiram um PCP à sua imagem, saíram e onde estão? No PS e no PSD ou são *independentes*, o que prova que não eram comunistas.

Se estes *renovadores* fossem bons demo-

cratas, discutiam no PCP até que as suas ideias se impusessem. Mas não. Não será que, com a ajuda preciosa dos órgãos de informação, o que pretendem é fazer-se *perseguidos* dentro do partido (no PCP sabe-se que é falso) e que assim mais lhes não resta do que discutir fora dele?

Pela minha parte, gostaria que o PCP tivesse bons resultados eleitorais e é verdade que se não faz tudo para que isso aconteça. Mas é preciso ajudar e não fal-sar. Muitos dos camaradas que têm caído nesta armadilha e o fazem por generosidade, quando se dão conta do logro, saltam, porque a generosidade e a solidariedade é estar com o PCP.

Aliás, será que estes *renovadores*, votam mesmo no PCP? Tudo indica que, pelas razões que invocam, o que pretendem é um PCP sem êxitos que justifique as suas atitudes. Onde estavam eles na altura das recentes lutas eleitorais? Enquanto o conjunto do Partido se mobilizava para a luta, não estavam a levar a cabo autênticas acções de diversão? Pelo seu comportamento, não são em parte da sua responsabilidade os fracassos eleitorais do PCP?

A história está cheia de falsos *renovadores* na política. Lembro Gorbachov que, depois de atirar para a cova o partido que dirigia, abraçou o que verdadeiramente era, o mundo da social-democracia. Não se chama a isto traição a milhares e milhares de camaradas que nele confiaram? Neste como noutros exemplos não haverá uma certa similitude com o nosso caso? Em defesa do PCP, é preciso agir a tempo!

Alfredo de Matos
Barreiro

Pela superação da crise

"A unidade do PCP é produto de uma longa experiência em que o Partido aprendeu com a vida lições de capital importância. (...) Aprendeu a conhecer como os erros políticos, as incorrectas soluções orgânicas, as incontroladas decisões individuais, o defeituoso tratamento das questões de quadros, constituem caldo de cultura para confrontos, conflitos e divisões. (...) As dificuldades na unidade interna do Partido conduziram, em alguns casos, a demissões, deserções, expulsões, formação de grupos, cisões. Traduziram-se noutros casos em conflitos internos que se conseguiram superar através do debate e de decisões assentes na democracia interna."

Este fragmento de texto, que certamente muitos de vós já reconheceram serem palavras do camarada Álvaro Cunhal, é retirada do seu bem conhecido livro "O Partido com Paredes de Vidro", editado em 1985.

No capítulo dessa obra que versa sobre a superação de dificuldades na unidade interna, de onde retirei o texto referido, o seu autor brevemente evoca cinco situações históricas mais graves, que me dispense de citar por extenso, continuando:

"Desses acontecimentos e situações, dos aspectos positivos e negativos que revelaram e comportaram, resultaram lições de grande importância relativamente à unidade do Partido."

Entre as lições de deficiências, erros e critérios errados devem sublinhar-se: não apressar juízos condenatórios nem medidas disciplinares sem fundamentos sólidos e exame isento e desapassionado; não admitir que diferenças de opinião e divergências se transformem em questões de quadros e em conflitos pessoais; não aceitar métodos de direcção e decisão individuais e autoritários, sobretudo nas questões controvertidas e na apreciação dos quadros; impedir a personalização das ideias; não caracterizar e classificar globalmente um quadro por motivo de opiniões consideradas incorrectas; não considerar nem "vencedores" nem "vencidos" depois de um debate que termina por uma decisão

colectiva; não adoptar como critério (salvo situações excepcionais) uma "homogeneização" dos organismos, ou seja, fazer sair os discordantes e fazer entrar outros com opiniões idênticas às finalmente aprovadas.

Entre as lições de critérios e métodos que se revelaram correctos e adequados devem sublinhar-se: ganhar o colectivo para a ideia de tudo fazer para defender a unidade do Partido; insistir pacientemente no esclarecimento e no aprofundamento da análise e do debate; tudo fazer para evitar a cristalização de opiniões; utilizar medidas disciplinares, não por motivos de divergências mas apenas por graves infracções aos princípios orgânicos; colocar no plano estritamente ideológico e político as diferenças de opinião e as divergências, procurando superá-las através do debate democrático e da decisão colectiva."

Em minha opinião, bem diversos das orientações que acabo de citar são os caminhos que o PCP tem sido ultimamente levado a trilhar.

Encontro-me entre aqueles que continuam a pensar que é desejável que as divergências entre comunistas sejam públicas.

Com todos os nossos erros e imperfeições, é com os portugueses que queremos caminhar para uma sociedade mais fraterna e igualitária, e por essa razão devem conhecer os obstáculos que se colocam nesse caminho.

Estamos no plano das ideias, e as ideias não devem constituir-se nem em segredo partidário nem estarem obrigadas a respeitar qualquer regulamento disciplinar.

A discussão e a divergência, para se constituírem em motores de transformação das mentalidades, devem ser objecto da mais ampla difusão.

É em sede de Congresso e na transparência dos processos da sua preparação que se deverão operar as alterações estatutárias, organizativas, estratégicas e directivas que facilitem a inversão da tendência eleitoral e social presentes nos últimos anos.

É no Congresso que reside todo o poder e legitimidade para a tomada de decisões desta natureza.

Pelo XVII Congresso do PCP!

Viva o Partido Comunista Português!

José Frade
Beja

O ridículo

Um membro do PCP afirmou, no Porto, que não participaria na Conferência. Pasmem-se! Não houve eleições para delegados, como é que podia estar seguro de que iria à dita?

Se desse a contribuição na sua organização e se os restantes militantes decidissem elegê-lo, então sim, aceitaria (ou não) tão honroso voto de confiança, o qual, seria para defender as contribuições do colectivo e não para apenas expressar as suas opiniões. Princípios básicos para a conferência onde não podem estar dezenas de milhar de militantes, mas menos de dois mil democraticamente eleitos. Aprendemos isso no PCP, incluindo quem se auto-exclui da discussão. *Têm receio do debate de ideias?*

A sua presunção é apoiada por alguns membros do PCP e, sobretudo, a sua acção de «artista convidado» é amplificada pela comunicação social que faz «directos» desde que seja para atacar o PCP (em coerência com os proprietários da comunicação social burguesa). Sabe, que se fosse para reafirmar as resoluções do último Congresso, não lhe concederiam nem uma linha.

Com ele estão ex-membros da Direcção, uns desde há alguns anos e outros saindo agora da «sombra», revelando o seu verdadeiro carácter. A amizade e a lealdade, solidificadas por tantos anos de luta, deu agora lugar à acção de carácter fraccionista.

Tribuna da Conferência



Que querem realmente? Alterar o Programa e os Estatutos, *mudar a Direcção do Partido. Afirmam-no claramente!*

Começaram por um abaixo-assinado pró-congresso «para analisar os recentes maus resultados eleitorais». Lembra-se que a CDU teve mais de 20% dos votos? Desde quando estamos a perder força eleitoral? Qual foi a sua responsabilidade pessoal nesses maus resultados? Demitiram-se?

Tais «ex-Direcção» não são coerentes e renegam os princípios que defenderam. Em efectividade de funções, permitiram as «sensibilidades»/fracções? Ou deram-lhes combate e expulsaram-nos? E não tinham razão? Hoje, onde estão os transfugas da Suíça, os fraccionistas da FAP? O Silva Marques? O grupo dos 6? A Zita Seabra? Alguns apoiantes da «plataforma de esquerda»? Já estão noutra! Eles é que se mudaram!

O marxismo ensina-nos e a vida confirma que o posicionamento do indivíduo nas relações de produção influencia a sua posição ideológica. A sua classe de origem deixa marcas indeléveis nas suas convicções, que muitas vezes se revelam mas que o trabalho do colectivo partidário vai corrigindo e não deixa emergir.

Para cada um, o que conta não é só o que fizeram de meritório antes e pós-25 de Abril. *O que conta é, sobretudo, o que dizem e fazem hoje! Ao lado de quem estão e quem defendem?* No início, dizem querer continuar a ser comunistas, mas a vida tem mostrado que o camarada Álvaro Cunhal tinha razão em relação às «folhas secas». Mudaram de trincheira, preferiram gerir os interesses capitalistas e gozar das consequentes mordomias.

Os novos fraccionistas exercem a sua principal actividade (alguns ainda como membros do Partido) de fora para dentro, procurando impor a pseudodemocracia dos partidos burgueses.

Alguns defendem o «modelo» francês, mas não tiraram as devidas ilações quanto ao definhamento eleitoral do PCP e quanto à sua destruição, por dentro, com a acção do mesmo tipo de ideólogos antimarxistas-leninistas.

Eles já não escondem que só conspiram e que o fundamental da sua acção tem por objectivo substituir-se à actual Direcção do PCP.

Eles escamoteiam que esta Direcção do PCP foi democraticamente eleita no Congresso realizado em Dezembro de 2000 e que foram os militantes que a legitimaram e não os resultados eleitorais.

Os militantes do PCP têm direitos e têm deveres! Se alguns militantes não se revêem na actual Direcção têm condições, dentro do Partido, de dar a sua opinião. Se não estão de acordo com os actuais Programa e Estatutos, terão a possibilidade de, no próximo congresso ordinário, propor alterações. Se alguns não estão de acordo com tudo e afinal nada propõem e estão é interessados em «assaltar» a Direcção, *desistam porque os militantes do PCP não o vão permitir!*

Álvaro Pato
Lisboa

Para um projecto renovado

1. Dizem-nos que só nos resta ficar como estamos e desaparecer, ou mudar e acabar. Por outras palavras, uma falsa alternativa entre a herança estalinista e a social democracia. Não é verdade. 2. Vivemos um tempo de procura, por todo o mundo, de novos caminhos para a transformação social, sobre a derrocada da primeira experiência histórica de superação do capitalismo e contra os novos ventos da globalização selvagem. Emergem sinais que dão um sentido acrescido a essa procura: na reflexão de partidos comunistas (como a Refundação

Comunista, em Itália), na experiência de partidos de esquerda (como o Partido do Trabalho, no Brasil), na explosão do primeiro grande movimento social do Século XXI, de que o Fórum Social Mundial constitui o principal ponto de encontro.

3. Tem todo o sentido promover um projecto comunista renovado em Portugal, partilhando essa procura com o contributo próprio da história e da cultura dos comunistas portugueses, que supere as limitações da matriz estalinista e dos desvios obreiristas e sectários que conduziram o Partido a acentuada quebra de influência política e social, e que se afirme como alternativa social e política à social-democracia, com uma visão de superação do capitalismo, e com uma intervenção social global transformadora e revolucionária.

4. Tem sentido reabilitar o ideal comunista como a mais sólida referência de um outro mundo possível que supere as impossibilidades e contradições do capitalismo.

5. Tem sentido construir um programa de transformação social que alie a posição decidida pelos valores e direitos do trabalho contra o poder absoluto do capital, a uma intervenção transformadora mais ampla, que não ignore nenhuma das contradições insolúveis do capitalismo: a ecologia e a defesa da nossa casa comum, a terra; a democracia como regra suprema de relação entre as pessoas, alargada a todas as dimensões da actividades humana e aprofundada sem limites; a cultura e a ciência, como caminhos para a construção de pessoas mais completas e mais capazes de se relacionarem consigo próprias, com os outros, com o mundo.

6. Tem sentido promover um novo tipo de relacionamento com a sociedade, não mais olhada como o inimigo; mas como a vida que temos hoje e que queremos transformar para melhor, com a participação e com a vontade da maioria; assumindo a transformação social como um processo complexo, em que os comunistas têm um contributo único mas não o único contributo.

7. Tem sentido conceber o Partido como uma organização democrática e revolucionária, que alie o centralismo (uma orientação única e uma direcção única) à democracia sem limites (autonomia dos colectivos comunistas de base, diversidade de formas de organização, liberdade de circulação de informação, direito de proposta, de iniciativa e de corrente de opinião), que alie à centralidade da organização dos trabalhadores a disponibilidade e capacidade para integrar, com a sua diversidade, todas as pessoas, grupos sociais e movimentos que partilhem objectivos de transformação social anticapitalista.

8. Em Portugal, um projecto comunista renovado só pode ser construído pelo Partido Comunista Português, e tem todo o sentido no quadro do seu Programa e dos seus Estatutos, independentemente de possíveis alterações ou enriquecimentos que resultem da vontade dos comunistas.

9. Existem diferenças de opinião entre comunistas sobre os caminhos a seguir, com dimensões sem precedentes na nossa história. Mesmo se parece mais fácil a ruptura, temos a obrigação de construir soluções de unidade. Só um debate sem limites, em que a diversidade de opiniões existentes entre comunistas seja analisada e debatida por todos os comunistas, em condições de igualdade, pode garantir que o Partido saia renovado e reforçado da situação actual. Um Congresso, em que todos possam participar em condições de igualdade, pode ser o melhor caminho.

Luís Guerreiro
Palmela

Um momento único

A abertura desta Tribuna da Conferência deve merecer de todos nós uma prévia ponderação sobre o uso que queiramos fazer desta oportunidade, tendo em vista contribuir com opiniões e reflexões para o reforço da intervenção e influência do partido.

Assim sendo, há então um pressuposto consignado e aceite nesta tarefa: as opiniões e reflexões aqui expressas não serão necessariamente unânimes. A sua coesão não terá de ser assim uma constante. Será, sim, a expressão da diversidade, tão mais profunda quanto o seja o grau de preocupação e apreensão com que cada um de nós interprete os problemas que identificamos.

A coesão e unidade de pensamento deve estar presente sim no objectivo final - o reforço do Partido e da sua capacidade de intervenção na sociedade - e não obrigatoriamente na forma de atingir essa meta. Porque não somos iluminados, nenhum de nós tem a solução na mão. Somos resistentes e revolucionários e por isso não receamos, não podemos recear, o confronto e o debate das ideias, porque é daí que nascerá a força para os combates que temos de travar, sempre.

E todos não somos, nunca fomos e nunca seremos, demais nessa tarefa.

Lamentavelmente, assim não pensam e agem alguns camaradas, meus camaradas, que estão usando esta tribuna para contestação da expressão do nosso contributo e dela fazem tribunal acusatório a pressupostos desvios revisionistas e sociais democratizantes de camaradas que, como todos nós, têm preocupações, apreensões e querem encontrar respostas.

Camaradas, não deixemos que a árvore nos encubra a floresta.

Não tenho credenciais. Tenho dúvidas. Muitas dúvidas. Mas não arredarei pé enquanto não encontrar as respostas. Assim me exige o futuro.

Vivemos um momento único. Muitos de nós, certamente, acordaram de um período de fé militante para um estado de interrogação. E que podemos nós fazer senão interrogarmo-nos, ao olhar retrospectivamente os últimos 20 anos da vida do PCP?

Porquê esconder o facto de que muitas das afirmações produzidas por alguns camaradas nossos são o eco de muitas das preocupações que nos atravessam?

Porquê esconder a realidade de que há muitas centenas de camaradas que há longos anos, porque generosamente empenhados em tarefas, não participam em debates e não se interrogam ainda sobre as eventuais causas do definhamento da nossa capacidade de intervenção política e social?

Saúdo, por isso, João Arsénio Nunes e o seu artigo «Renovar» (in Avante de 2.5.2002) pelo valioso espaço de reflexão que esse texto nos proporciona, pese embora o facto de julgar redutor o seu discurso conclusivo.

O nosso nível ideológico tem vindo a definhar-se progressivamente, com graves prejuízos da nossa capacidade de intervenção política na sociedade e esse definhamento é também, cada vez mais, qualitativo e quantitativo. O caminho para o reforço que procuramos não passará certamente, nesta fase, pelo assumir de posturas de autopropetuação das regras e das orientações que nos conduziram até aqui.

Vivemos um momento único. No Partido, no País e no Mundo. Vivemos um momento de excepção e por isso tenho dúvidas que, nas conferências programadas, possamos encontrar as respostas necessárias e desejadas por muitos de nós.

Neste percurso preparatório, os organismos de direcção do Partido marcaram já claramente o caminho da continuidade,

mantendo regras de trabalho que, em outros momentos da vida do Partido, houve necessidade de contornar para responder às realidades e conjunturas que então se colocavam.

Mais uma vez, necessitamos ser ambiciosos e corajosos.

Ambiciosos nos objectivos, apontando para a preparação empenhada de um congresso extraordinário tornando a Conferência Nacional no espaço e no momento próprios para essa tomada de consciência colectiva.

Corajosos, para reconhecer que vivemos um momento de excepção em que não devemos recear o confronto aberto, sem baías, das ideias e das propostas, sem pré-condenações, garantindo espaço de intervenção para ideias e propostas alternativas, em clima de fraternidade e liberdade.

Manuel Dias
Faro

Aprofundar a luta ideológica (*)

Se ainda havia dúvidas sobre as intenções políticas do núcleo duro dos chamados «renovadores» o assunto ficou devidamente esclarecido com as declarações de João Semedo no jantar do Porto, a 4 de Maio.

Aquele organizador (assim apresentado pela imprensa) do dito repasto, cujo prato forte foi a propaganda contra o PCP, não podia ter sido mais claro sobre os objectivos que sustentam: «alteração das regras e estatutos, discussão do programa e da orientação política e inevitavelmente da direcção, seja a sua arquitectura seja a sua composição».

Isto quer dizer que, caso vencesse a orientação defendida por Semedo, não ficaria pedra sobre pedra da estrutura orgânica e dos princípios ideológicos do Partido. Forçoso é concluir estar em curso uma operação para pôr fim ao PCP, substituindo-o por qualquer coisa cujos contornos ainda permanecem obscuros.

No entanto, é perceptível que por detrás desta manobra está a ideia da aproximação à área do poder à maneira do que se passou até há pouco em França, onde o partido comunista deu cobertura às políticas de direita lideradas pelo PS, numa aliança que não só impediu como agravou a continuação do definhamento eleitoral do PCF.

Em troca, abandonar-se-ia o conteúdo de classe que nos caracteriza e outras «velharias» como o centralismo democrático e outros princípios marxistas-leninistas que tanto engulho provocam aos nossos adversários e agora também aos «renovadores».

Numa palavra, trata-se de dizer sim às reivindicações que o PS tem exigido ao longo dos anos para jogar o «jogo democrático» com o PCP. Pelo caminho ficavam os objectivos, princípios e práticas que fazem de nós um partido com projecto próprio.

Esperamos, os «renovadores» souberam esperar pela onda favorável. Os maus resultados eleitorais proporcionaram-lhes o momento ideal para entrarem em força. Quais vendedores de banha de cobra lançaram-se sobre os mais incautos afirmando estar na posse da mezinha milagrosa capaz de dar alívio a todas as maleitas, inclusive robustecer os nossos fracos resultados eleitorais.

Mas é sobretudo a maneira como o fazem que aqui se critica e rejeita. Com invulgar desfaçatez desrespeitam todas as normas estatutárias, organizando uma campanha fora do âmbito partidário para atacar as orientações políticas aprovadas em Congresso, auto-excluindo-se claramente do colectivo partidário.

Face a esta ofensiva que faz a direcção do Partido? Combate as ideias e o comportamento dos ditos «renovadores»? Trava um combate ideológico? Impõe a disciplina partidária?

Pouco ou quase nada. Os organismos dirigentes do PCP têm-se colocado numa posição de árbitro acima de todas as disputas, limitando-se a advertências para que o debate não ultrapasse as fronteiras partidárias, como se isso não estivesse consumado.

É pouco, muito pouco. A direcção do PCP tem de intervir na luta ideológica e não pode ignorar os que tão claramente sabotam os estatutos em vigor. Não podemos admitir dois grupos de militantes: uns que cumprem as regras; outros que nada cumprem e a quem se dá um puxão de orelhas de tempos a tempos.

Esperemos que todos os que querem continuar neste Partido sejam capazes de derrotar as teses liquidacionistas em voga e introduzir as alterações que se imponham. Que a Conferência Nacional seja um passo nesse sentido.

Mário Silva
Lisboa

Instituto Bento Gonçalves

A ofensiva permanente - dia e noite mantida desde sempre com forças de poderosa influência atacando de ângulos múltiplos - de ideias convenientes à exploração da actividade manual e intelectual, à alienação dos indivíduos dos seus reais interesses e também à degradação, à própria animalização do humano, revela-se eficaz aos fins em vista, conseguindo a desorientação e o próprio alinhamento da esmagadora maioria com os seus inimigos de classe - facilitada pelo facto de o PCP não

Tribuna da Conferência



ter desenvolvido, com os embora parcos meios ao seu alcance, uma contra-ofensiva de modo a não só manter imunes a tal lixo mental os militantes como a difundir no seio da sociedade as ideias justas, decorrentes da adequada aplicação da filosofia materialista – conduziu ao estado actual, em que grosseiros erros de apreciação do real e concepções deformadas instiladas pelo inimigo afectam alguns, infelizmente já não poucos, membros do PCP. A saber:

– a defesa da «liberdade» tão-só, sem se especificar para quem, para quê, como (isto é defensável por qualquer capitalista);

– a alegação da «ilegalidade» dos Estatutos do PCP, por se não submeterem à Constituição e, por isso, não serem para cumprir;

– a reivindicação de um Senado da República, para que venha a produzir (a miragem de) leis «perfeitas» (!), esquecendo-se qualquer conteúdo de classe;

– o quase pedido de desculpa (a quem?) por se referir o Partido, pois não existia outro naquela época; a qualificação como «vulgata» de obras de divulgação dos clássicos do marxismo (quem pensa assim ainda é comunista?);

– a definição de um dos cinco melhores homens que este Povo já produziu em mais de oito séculos de gerações – Vasco Gonçalves – como «uma figura (!) que apareceu num momento irrepetível»;

– o esquecimento de que o PCP é um exército político e não mais uma gaiola de aves canoras em concurso para o poleiro.

Assim, para além das medidas imediatas que se impõem, é nossa profunda convicção que ao PCP é vitalmente urgente:

– organizar a permanente formação ideológica dos militantes, como base da acção prática a todos e a cada um exigida;

– a abertura a simpatizantes da visão materialista do desenvolvimento histórico, chave da compreensão do nosso mundo.

Para isso propomos a criação do Instituto Bento Gonçalves, organização autónoma, na dependência do Comité Central; com funções de *divulgação* do materialismo dialéctico, *investigação* dos fenómenos e transformações sociais actuais, com vista a uma mais esclarecida e eficaz acção do Partido em todos os campos.

Leonardo Freitas
Lisboa

Contributo para a Tribuna

Não tenho capacidade nem jeito para tribuno, mas apesar da minha fraca bagagem intelectual, e da minha condição de metalúrgico já pensionado (78 anos de idade), não resisti à tentação de fazer o meu comentário às frases seguintes de João Paulo Avelãs Nunes, de Coimbra. «Em alternativa à orientação suicidária, imposta por quem domina o PCP e a JCP, urge criar condições para o acesso generalizado a informações e propostas relevantes, debater seriamente e em ambiente de fraternidade. O ódio e uma lógica de terra “queimada” nunca poderão servir de base ao edificar de Partidos comunistas não-estalinistas e, menos ainda, de democracias socialistas.»

Ora eu encontro-me aqui na Holanda, para onde emigrei em 1964, e o meu contacto com Portugal é o «Avante!». Quero dizer que não estou a par das tricas ou anti-simpatias de carácter pessoal, que infelizmente destroem o espírito de camaradagem. Mas pela minha leitura do «Avante!», não vejo onde estão os dogmas estalinistas nem a política de «terra queimada» a que se refere o Avelãs Nunes. Acho é que todos os membros do PCP na «estranja» deviam beber menos vinho ou cerveja, e assinar e ler o «Avante!», comentá-lo, discuti-lo, não se deixarem enredar por retórica académica ou populista.

Eu sei que a maioria dos emigrantes se tornou burguesa e tem vergonha da classe social a que pertence. Tenho dito e continuo dizendo que se não fosse uma boa dezena de intelectuais comunistas, o PCP já teria sido eliminado, há muito tempo. Mas há que desconfiar de alguns intelectuais que com argumentos de complicada retórica, engrolam o Zé Povinho, especialmente nesta época em que a propósito do estalinismo e dos acenos do liberalismo para as possibilidades de enriquecer de um momento para outro, o povo, a pequena burguesia, anda baralhada, e não vê onde vem a pedrada.

José Cravinho
Holanda

Desabafos (*)

Com as minhas saudações democráticas ao camarada director e restantes camaradas da Redacção do nosso jornal «Avante!», tem esta minha carta a finalidade de expor as minhas ideias democráticas que defendo desde a minha juventude. E porquê?

Meu pai tinha uma barbearia, aqui na aldeia, com muitos clientes, tais como trabalhadores agrícolas (nesse tempo chamavam-lhes trabalhadores do campo ou rurais), da construção civil, das fábricas e até alguns do comércio e escritórios.

Quando havia ocasião, falava-se de política, porque as barbea-



rias eram nesse tempo autênticas tertúlias, aonde se discutia de tudo, porque havia clientes mais evoluídos e esclarecidos que falavam das notícias da Rádio Moscovo e da BBC; mas tinha que haver muito cuidado, pois havia também cá na terra alguns informadores da Pide, nós já os conhecíamos, pois até a Rádio Moscovo avisou que havia um que era bastante perigoso, e era verdade.

Os salazaristas-fascistas desprezavam o povo honesto e trabalhador em benefício das classes abastadas, até no ensino havia discriminação: para o primário, liceu e industrial, tinham preferência os filhos dos bufos com tudo pago, alguns nem tinham aptidões e outros que a tinham, não podiam estudar.

Tenho um irmão que, quando jovem, tinha muito jeito para o desenho e, se tivesse os estudos pagos pelo Estado, talvez chegasse a arquiteto, mas o nosso pai não tinha posses e não era legionário; fizemos todos a 4.ª classe, com muito sacrifício dos nossos pais, e como não tínhamos mais estudos, o nosso pai ensinou-nos o Oficial de Barbeiro. Eu com 10 anos de idade comecei no ofício até aos 28 anos de idade.

Depois empreguei-me como leitor-cobrador nos Serviços Municipalizados de Oeiras, fui explorado com muito trabalho, pouco salário, até nas férias fui roubado, pois só as tive ao fim de 5 anos de casa, 12 dias úteis de férias graciosas, por ser do Quadro de Pessoal Menor, ao passo que os funcionários tinham 30 dias de férias ao fim de um ano de casa por serem do Quadro de Pessoal Maior. Eram assim as leis do regime salazarista-fascista e por reclamar destas aberrações fui perseguido e ameaçado, por defender os meus direitos e dos meus colegas, antes e depois do 25 de Abril, por ser franco e leal nas minhas convicções. Portanto, fico triste por haver camaradas que passaram pelas cadeias fascistas, alguns com torturas, estarem a fazer divisões, e outros que não passaram por estas atrocidades, pois todos deviam compreender e estar solidários com os camaradas antigos, porque sofreram na pele para hoje termos liberdade e democracia. Por que são assim?

A comunicação social tem agora muito empenho em dar a conhecer as divergências dos chamados renovadores, mas antes não lhes ligava nenhuma, e os camaradas não se apercebem disso.

Voltando um pouco atrás para falar sobre a alimentação que tínhamos. A ditadura salazarista-fascista roubava o nosso comer para alimentar as tropas da Espanha franquista e também as tropas da Alemanha nazi e por este motivo havia racionamento. Era tal a fome causada pelo racionamento! Tínhamos que ir para as bichas para arranjar mais um bocadinho de pão e outros alimentos, havia falta de tudo, cheguei a estar dias inteiros nas bichas e não trazer nada para casa, por tal motivo morreu muita juventude tuberculosa, pois foi esta a herança que nos deram os fascistas. Ainda hoje me causa náuseas de revolta, por haver ainda pessoas, até alguns da minha idade – conto actualmente 70 anos de idade – já estão esquecidos da fome que

passaram, o que lhes valia era a sopa do Sidónio Pais e a sopa dos quartéis: coitados, como são fracos de espírito.

Camarada director do nosso jornal «Avante!», se achar que esta minha carta com os meus argumentos ou desabafos tem algum interesse para as Teses da próxima Conferência Nacional pode mandar publicar.

José Pereira Duarte
Carnaxide

Concepção idealista

Quando um Partido Comunista, através da sua luta diária e da sua história, tem uma consciência bem definida da classe social, a sociedade que pretende construir - o Socialismo - e uma concepção científica do mundo; mas, quando surge um processo contra-revolucionário prolongado no tempo, com todas as suas variantes, naturalmente e historicamente aparecem elementos, pessoas de várias camadas sociais, a tentar transformar o Partido em tendências, políticas, ideológicas e económicas, deixando de ser um partido marxista-leninista, para que seja um partido do sistema, político, ideológico e económico da grande burguesia - o capitalismo.

Ora, os revisionistas de todos os matizes e de todos os tempos, os ditos «renovadores», nunca disseram ou dizem a verdade sobre as intenções e sobre as renovações concretas que pretendem fazer nos partidos marxistas-leninistas, mas, através da história e nas suas intervenções escritas e faladas, anticientíficas, descobre-se a autenticidade das suas reais intenções que é colocar os ditos partidos ao serviço do fim da luta de classes, das ideologias e da história, protagonizado pelos idealistas e reaccionários do capitalismo.

Por conseguinte, no caso concreto em Portugal, é a tentativa idealista e revisionista da destruição do PCP como Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, que é um conceito materialista da luta de classes, componente fundamental e actual da filosofia do marxismo-leninismo.

Quintino de Matos Caldo Pardal
Abrantes

Não às revisões oportunistas (*)

O P.C.P. tem um projecto para os portugueses e para Portugal, consubstanciado numa democracia avançada no limiar do século XXI, cujo exacto e rigoroso conteúdo está contemplado no Programa aprovado no XV Congresso.

Que objectivos norteiam, então, os comunistas portugueses?

O PCP luta contra a exploração e a opressão capitalista, pela democracia, pelo socialismo e o comunismo.

Esta formulação encerra, como se vê, um ideal não estático, antes dinâmico, para cuja prossecução é obrigatória a luta

quotidiana, persistente e coerente por uma democracia alicerçada em quatro vertentes: *política, económica, social e cultural.*

Este conceito de democracia evidencia quer a multiplicidade de factores que a enforma quer as perspectivas que os comunistas têm entre o mero «formalismo democrático» e uma democracia que abarca a plenitude da nossa vivência.

Todas estas quatro componentes são importantes (porque só interligadas têm sentido numa perspectiva táctica e estratégica) mas há uma a que dou especial relevância.

Refiro-me à componente económica, pois nunca é de mais realçar que o PCP tem uma ideia muito clara quanto à necessidade do Estado dispor de um sector empresarial o que implica a nacionalização de empresas básicas e estratégicas, bem como uma reforma agrária que liquide a propriedade latifundiária. O que é que isto significa?

Significa que o PCP rejeita liminarmente que a nossa economia seja dominada pelos monopólios e que, designadamente, a banca, os seguros, e outros sectores básicos e estratégicos da economia (na energia, na indústria, nos transportes, nas comunicações) façam parte do património de todo o povo português, na perspectiva de que os meios de produção emanentes de tais sectores desempenhem um papel determinante no desenvolvimento das nossas forças produtivas. E porquê? Porque: o Estado deve responder às necessidades do povo e do país e não ser, COMO É, uma entidade estruturada em função dos interesses do modo de produção capitalista; o Estado só é verdadeiramente democrático se o poder económico estiver sujeito ao poder político democrático.

Salientados alguns dos aspectos fundamentais do Programa do PCP, importa, agora, colocar a seguinte questão:

Um Partido com tais e tão revolucionários objectivos como deve estar organizado?

Um Partido que reclama a reforma agrária, a nacionalização da banca, dos seguros e das empresas estratégicas, tal partido pode estar estruturado de forma idêntica àqueles que advogam o poder dos monopólios e que se curvam perante os capitalistas?

Um Partido que reclama uma democracia social e cultural pode estar estruturado de forma idêntica àqueles que sacrificam tudo e todos aos superiores interesses da economia de mercado?

A resposta natural e óbvia é: NÃO (com todas as letras).

Um Partido com a nossa matriz ideológica, a nossa natureza de classe, os nossos propósitos políticos, tem de estar subordinado a tudo isso e não ser um partido do poder pessoal do autocrata PP, não ser um partido de baronetes à PSD, nem, também, um partido zigue-zague, com um blá-blá de esquerda e uma prática de direita à PS.

O PCP, porque luta contra a exploração e a opressão capitalistas, pela democracia, pelo socialismo e o comunismo tem de ter: uma base teórica e essa base é o marxismo-leninismo, a qual em ligação com a prática é enriquecida e renovada com o incessante progresso dos conhecimentos e experiências; uma correcta orientação política na coesão ideológica, política e orgânica, na actividade organizada dos seus membros, na democracia interna e no trabalho colectivo; uma concepção materialista e dialéctica do mundo (que é necessariamente criadora) e, por isso, contrária à dogmatização assim como à revisão oportunista dos seus princípios e conceitos fundamentais.

E é com a citação da parte final do Art.º 2 dos Estatutos do PCP que termino, por agora, o meu contributo na «Tribuna da Conferência» na convicção de que tudo deveremos fazer (não obstante as nossas reconhecidas e assumidas debilidades orgânicas) em ordem a dizer que NÃO PASSARÃO «as revisões oportunistas dos nossos princípios e conceitos fundamentais».

Anselmo Dias

Comunicação

• Francisco Silva

Convergência tem sido um termo empregue com muita insistência na área das comunicações nos últimos anos. Sobretudo a partir da fase de especulação altista dos mercados bolsistas coincidente com o lançamento «à foguete» das empresas da Internet, como os portais e as operações de comércio electrónico. Convergência pode significar muitas coisas. Mas, no sentido restrito desta onda, tem sobretudo a ver com a necessidade dos operadores de redes poderem dispor de conteúdos apropriados para o seu negócio, bem como a necessidade dos publicadores de conteúdos poderem dispor de canais adequados até os consumidores.

Dito e redito: em diversas situações, os detentores de canais, de comunicação, claro, até os consumidores – operadores de rede fixa e móvel de telecomunicações, operadores de rede de TV cabo, fornecedores de acessos à Internet – percorreram o caminho até publicadores de conteúdos, e vice-versa. Os casos sempre referidos: a

submetido a consulta pública, incluiu, entre outras coisas, uma opinião unânime com vista à fusão dos dois organismos de regulação.

Ora vejam lá do longe de onde viemos e aonde estamos a chegar. É. Toda esta história da convergência começou já lá vão umas quatro décadas. Então a convergência era uma ideia que abrangia apenas as telecomunicações e a informática. Na linguagem de hoje referimo-nos preferentemente à tecnologia da comunicação, de que as primeiras são parte, e da informação, a correspondente à informática. Esta foi a fase inicial da convergência, uma fase dirigida à transmissão de dados através de ligações telefónicas entre os terminais periféricos e o centro dos sistemas informáticos. Uma fase que deixou traços ainda hoje bem visíveis.

É que nomeadamente os modems já lá estavam nos pontos de fronteira entre os equipamentos informáticos e os circuitos telefónicos que lhes serviam de canais de (tele) comunicação. Com efeito, as redes de telecomunicações foram moldadas pelas necessidades do serviço telefónico. E a sua base tecnológica, nesse tempo, era analógica. Por isso, para fazer a parte informática – digital, é a sua tecnologia – trabalhar com a parte das telecomunicações foi encontrada a solução dos modems: os sinais entram sob forma digital e saem convertidos para uma forma analógica compatível com a ligação telefónica, e vice-versa.

E foi ainda apoiada nos mesmos modems que a Internet se pôde expandir de modo tão rápido na última meia dúzia de anos. Mais, a

própria base tecnológica da Internet passou também a ser utilizada para o estabelecimento de comunicações de voz. Certo, uma aplicação ainda não utilizada maciçamente; contudo, mais um relevante sinal da convergência. No entanto, a digitalização da voz – porque a voz, uma vez que consiste em sinais analógicos, tem de ser digitalizada para poder atravessar a Internet – já é empregue intensivamente nas telecomunicações desde, também, há umas quatro décadas. Um outro factor de convergência.

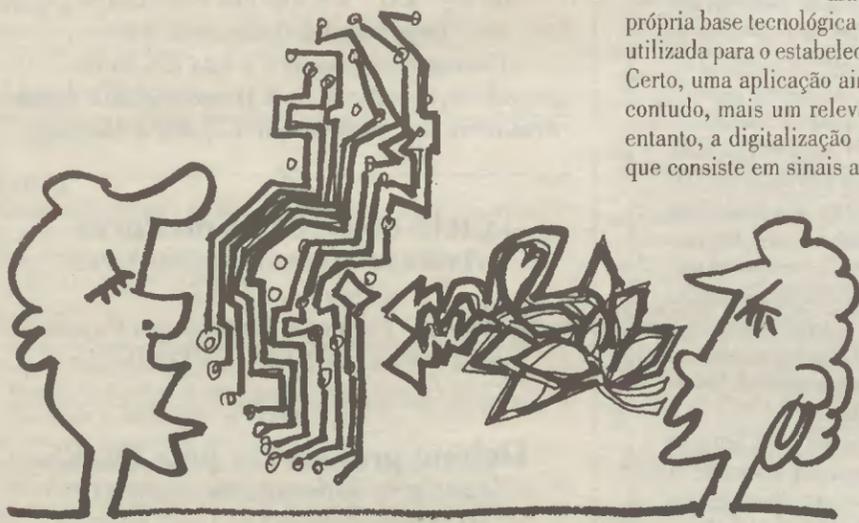
E, como quem digitaliza a voz, digitaliza os outros sons, e a música, e digitaliza as imagens, paradas ou animadas, enfim todos os sinais que os nossos ouvidos e os nossos olhos podem perceber

(incluindo as letras e os algarismos, por natureza digitais, mas que têm ainda de ser codificados em binário), chegou-se a uma situação na qual, com mais ou menos facilidade, ou dificuldade, todos os sinais telecomunicáveis – em modo de difusão ou de comunicação pessoa a pessoa – podem ser, e vão de facto sendo, reduzidos a uma mesmo tipo de representação digital binária. Daí a ideia «tecnológica» da convergência total.

E então passou-se da convergência das tecnologias da informação e da comunicação a uma fórmula incluindo estas mais a TV e a rádio – mais a primeira, claro – e, de um modo geral, os media e a Internet.

Pois é. Tudo a convergir. Até órgãos reguladores, não obstante as enormes diferenças de objecto, a quererem ir na onda!

A convergência



fusão da AOL (America-On-Line), um – o maior – gigantesco fornecedor de acessos à Internet, com a Time Warner, a incorporação da Endemol na Telefónica e, a nível caseiro, a incorporação da Lusomundo na Portugal Telecom. E, já agora, refira-se a participação da Portugal Telecom na Sport TV, etc.

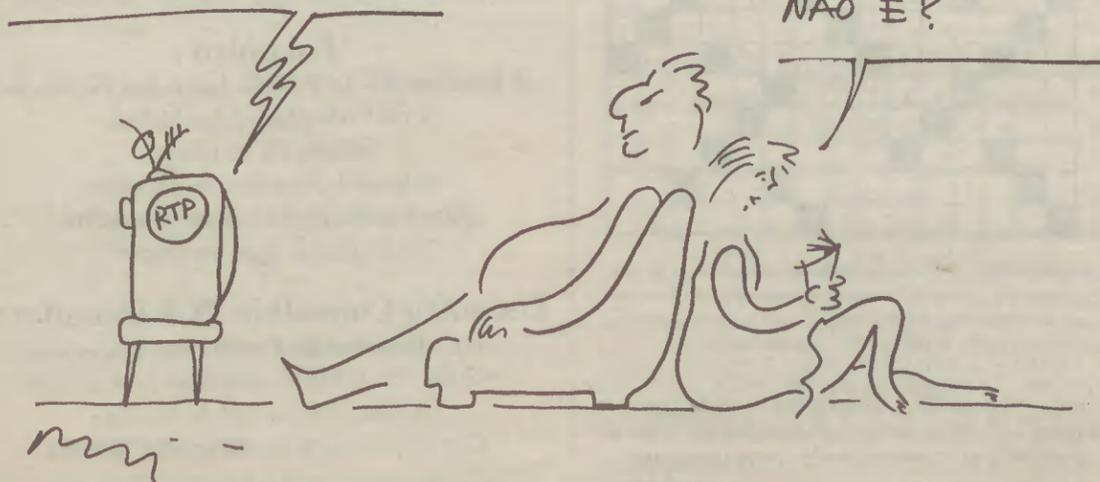
Recentemente o governo – ainda o governo Guterres, já no fim da sua carreira – decidiu também lançar a sua acha para a fogueira da convergência na área da regulação. Criou uma comissão de sábios, incluindo entre os seus membros representantes da ANACOM (Autoridade Nacional das Comunicações) e do ICS (Instituto da Comunicação Social), e outros, com o objectivo de avaliar os impactos regulatórios do processo de convergência. O relatório elaborado pela dita comissão, e, entretanto,

Cartoon

• Monginho

GEORGE W. BUSH
ESTA' DE VISITA A' EUROPA
PARA REFORÇAR OS LAÇOS
DE AMIZADE E DESVIAR
CRÍTICAS A' SUA
ADMINISTRAÇÃO ...!

ESTA' A FAZER FALTA
UMA GUERRINHA ...
NÃO É?



Pontos Naturais

• Mário Castrim

Certeza

E passa o rio.

Em cada dia
as águas desiguais
fluindo na Graça
para que projecto?

O rio passa.

No espelho inconsútil
o meu rosto quieto.

a rosa?

a rosa
não é uma rosa
não é uma rosa
não é uma rosa

a rosa é a terra e a água
a rosa é o luar
o nosso olhar
a jardineira cuidadora

a rosa
não é uma rosa
não é uma rosa
não é uma rosa.

Atenção!

salários em atraso
só acontece aos outros?
a empresa fechada
só acontece aos outros?
só acontece aos outros
o empreiteiro mafioso
o andaime inseguro
os professores sem escola
as máquinas roubadas?

só acontece aos outros
as ínsones madrugadas?

Povo

Toda a noite, sem estrelas nem luar
a limar, a trilhar, a olear.

Veio cansaço, não atendeu
veio sono, espairoseu
veio a descrença, resistiu
ao anjo sorriu
ao demónio aceitou o confronto.

Limou, trilhou, oleou.

Quando a manhã chegou
o dia estava pronto.

Manifesto

Quando ameaçava o perigo
dizíamos avante
se a morte espreitava ao postigo
dizíamos avante.

Choravam os grãos de trigo?
Dizíamos avante.
Nem sequer um abrigo?
Dizíamos avante.

Agora a raiva enflora
está chegada a aurora
no abraçar constante

de chamar a gente
de se olhar em frente
de dizer avante.

Religiões

• Jorge Messias

Os bispos portugueses aceitam, em seguida, o bom desempenho dos órgãos de comunicação em certas áreas de formação como as da dignidade e liberdades da pessoa, da justiça e da solidariedade, da tolerância e abertura aos outros, da defesa da ordem pública e ambiente... «Mas há que reconhecer» - prossegue o episcopado - «que também têm contribuído para anestesiar na consciência moderna valores fundamentais, como o respeito sagrado pela vida humana - da concepção até à morte natural - ou a fidelidade aos compromissos assumidos, nomeadamente na vida conjugal e familiar, na aceitação de regras morais de comportamento ou na **dimensão espiritual e transcendente da vida**» (ponto 26).

O conceito de *opinião pública*, refere a igreja, corresponde a uma «consciência colectiva difusa em determinado vasto grupo social e em determinado tempo. Embora não coincidindo com a maneira de pensar, sentir e viver de cada um dos membros do grupo, tende a infiltrar-se com o que tem de bom e de mau - nas consciências individuais, alienando-as do labor educativo da família, da escola e dos outros agentes culturais, **incluindo a Igreja**» (ponto 28). A pastoral da Igreja deve, estar aten-

ta à opinião pública, segundo o princípio: «Diz-me o que lês, o que ouves e o que vês e dir-te-ei quem és.» Este alastramento de influência exige grandes investimentos aos mais diversos níveis: na área financeira, na área política e noutros planos determinantes: o editorial, da *Internet*, do serviço público de rádio e televisão, dos circuitos de transmissão e de emissão de sinais, etc. «Esta presença da Igreja nos grandes meios de comunicação requer a abertura de canais permanentes de informação e diálogo, normalmente assegurados pela figura do *porta-voz* de cada uma das principais instâncias eclesásticas: Santa Sé, Conferência Episcopal, Dioceses, Institutos Religiosos e, ainda, outras» (ponto 32). «Se a rádio e a televisão do Estado assumem a responsabilidade do serviço público, compete-lhes fomentar os valores que mais dizem à alma nacional, como a arte, a cultura, a língua, as crenças, os costumes, a saúde, a segurança e a esperança num mundo melhor. Ora, entre tais valores, incluem-se também os da espiritualidade e da religião cristã-católica numa abertura a outras expressões religiosas... A transmissão de celebrações religiosas, especialmente da missa, faça-se com discrição e dignidade, sob direcção de pessoa competente... Para que, nas transmissões dos actos devocionais - como peregrinações e procissões - se evitem expressões locais causadoras de estranheza, eduque-se a sensibilidade dos fiéis no sentido das formas de piedade popular condizentes com as mais válidas expressões actuais do espírito cristão» (pontos 33 e 34).

A nota da Conferência Episcopal sublinha, ainda, a importância da valorização da informação, fazendo-a atravessar a catequese de adultos, a acção sociocaritativa e a formação doutrinal e técnica, destacando-se nesta

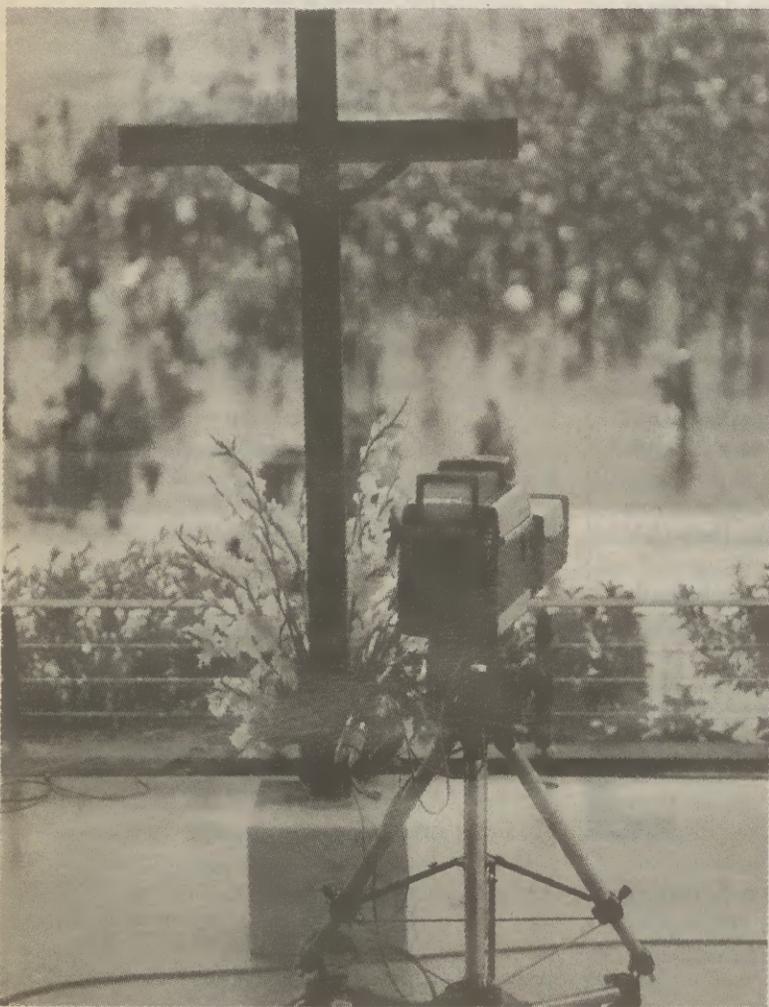
área o papel director desempenhado pela Universidade Católica. Primeiro, a educação mediática dos sacerdotes

e dos religiosos. Depois, a formação dos leigos do campo educacional, nomeadamente os pais, os catequistas e os professores, bem como outros fiéis integrados em movimentos de espiritualidade e de apostolado.

O corpo mediático da Igreja já é extremamente poderoso. A Santa Sé administra directamente órgãos de comunicação de projecção mundial - *L'Osservatore Romano*, *Rádio Vaticano*, *Página Internet* - e poderosas estruturas de direcção e de coordenação dos «media» -, o *Conselho Pontifício para a Comunicação Social*, a *Congregação para a Doutrina da Fé*, o *Conselho Pontifício de Cultura*, etc. A Igreja Portuguesa dirige os seus meios de comunicação social através da Conferência Episcopal, da Comissão Episcopal das Comunicações Sociais e do seu Secretariado Nacional, dos Secretariados Diocesanos, dos Institutos de Vida Consagrada agrupados em Federações (CNIR, FNIRE, FNIS) ou enquadrados em grandes instituições, como a Universidade Católica ou o Santuário de Fátima.

«Nem tudo ficou dito...», acrescenta a nota da CEP!...

Os voos rasantes (III)



Palavras Cruzadas

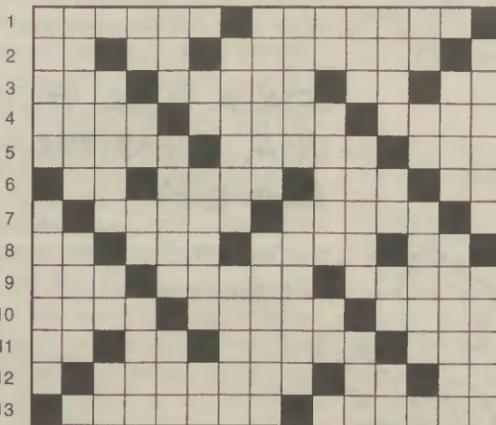
HORIZONTAIS: 1 - Raciocinar; melhoramento. 2 - Designa dor (interj.); hectolitro (abrev.); referente à raiz. 3 - Mulher de Adão; dê vivacidade; aquelas; deus egípcio. 4 - Divisa; espécie de olmo ou choupo da família das salicáceas; suspirar. 5 - Termina; arma branca de lâmina larga, curta e pontiaguda, com um dos dois gumes; argola. 6 - Avenida (abrev.); pequeno pão de farinha ordinária; partícula afirmativa do dialecto provençal. 7 - Incrimina; antiga flauta pastoril. 8 - Contr. da prep. de com o art. def. a; certamente; almofariz; Instituto de Camões (abrev.). 9 - Rebordo do chapéu; versejar; ter tonturas. 10 - Ramagem; pequeno (bras.); conjunto de porcos. 11 - Manuscrito (abrev.); despido; conspiração (fig.); nome próprio masculino. 12 - Outorgar; índio (s. q.); contr. do pron. pess. compl. me com o pron. pess. a. 13 - Diminuir a forçar ou tensão de (músculos, etc.); fazer descer.

VERTICAIS: 1 - Viela; peso antigo equivalente a meia oitava de onça. 2 - Cada uma das duas peças que ladeiam a relha do arado e que servem para afastar a terra do rego; guarnições com aba. 3 - Desejava; amerícios (s. q.); prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc. 4 - Interj. designativa de espanto, alegria, dor, repugnância, etc.; abade (abrev.); centímetro (abrev.); elo de corrente. 5 - Fileira; dar a forma de pua; designa admiração, cansaço (interj.). 6 - Contr. da prep. em com o art. def. a; igualmente; pref. de origem latina que exprime a ideia de separação, afastamento. 7 - Tecido adiposo que envolve especialmente os rins do boi; espécie de carapuço, que se colocava na cabeça dos condenados da Inquisição. 8 - Ramagem; chilrear. 9 - Inchação produzida pela infiltração de serosidades no tecido celular, sem vermelhidão nem dor; abaixar. 10 - Nome da 21.ª letra do alfabeto grego; figura arquitectónica formada por dois arcos iguais que se cortam superiormente; milímetro (abrev.). 11 - Vazia; o m. q. adoleiro; criada de quarto. 12 - Rasoura; pref. de origem grega que exprime a ideia de privação, separação; quatro em numeração romana; níquel (s. q.). 13 - Mililitro (abrev.); caminhava; detestar. 14 - Escasso; folha ou agulha do pinheiro. 15 - Vigário; irradiar.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Raciocinar; melhoramento. 2 - Designa dor (interj.); hectolitro (abrev.); referente à raiz. 3 - Mulher de Adão; dê vivacidade; aquelas; deus egípcio. 4 - Divisa; espécie de olmo ou choupo da família das salicáceas; suspirar. 5 - Termina; arma branca de lâmina larga, curta e pontiaguda, com um dos dois gumes; argola. 6 - Avenida (abrev.); pequeno pão de farinha ordinária; partícula afirmativa do dialecto provençal. 7 - Incrimina; antiga flauta pastoril. 8 - Contr. da prep. de com o art. def. a; certamente; almofariz; Instituto de Camões (abrev.). 9 - Rebordo do chapéu; versejar; ter tonturas. 10 - Ramagem; pequeno (bras.); conjunto de porcos. 11 - Manuscrito (abrev.); despido; conspiração (fig.); nome próprio masculino. 12 - Outorgar; índio (s. q.); contr. do pron. pess. compl. me com o pron. pess. a. 13 - Diminuir a forçar ou tensão de (músculos, etc.); fazer descer.

VERTICAIS: 1 - Viela; peso antigo equivalente a meia oitava de onça. 2 - Cada uma das duas peças que ladeiam a relha do arado e que servem para afastar a terra do rego; guarnições com aba. 3 - Desejava; amerícios (s. q.); prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc. 4 - Interj. designativa de espanto, alegria, dor, repugnância, etc.; abade (abrev.); centímetro (abrev.); elo de corrente. 5 - Fileira; dar a forma de pua; designa admiração, cansaço (interj.). 6 - Contr. da prep. em com o art. def. a; igualmente; pref. de origem latina que exprime a ideia de separação, afastamento. 7 - Tecido adiposo que envolve especialmente os rins do boi; espécie de carapuço, que se colocava na cabeça dos condenados da Inquisição. 8 - Ramagem; chilrear. 9 - Inchação produzida pela infiltração de serosidades no tecido celular, sem vermelhidão nem dor; abaixar. 10 - Nome da 21.ª letra do alfabeto grego; figura arquitectónica formada por dois arcos iguais que se cortam superiormente; milímetro (abrev.). 11 - Vazia; o m. q. adoleiro; criada de quarto. 12 - Rasoura; pref. de origem grega que exprime a ideia de privação, separação; quatro em numeração romana; níquel (s. q.). 13 - Mililitro (abrev.); caminhava; detestar. 14 - Escasso; folha ou agulha do pinheiro. 15 - Vigário; irradiar.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



Carlos Carvalhas

Sexta-feira, 24

Alpiarça

21h30 Sessão Pública sobre

«O momento político e luta do PCP»
no quadro da preparação da Conferência Nacional
No Salão dos Bombeiros e da Música.

Domingo, 26

Ermidas do Sado

13h00 Almoço-convívio

no Pavilhão do Vitória Futebol Clube Ermidense.

Santiago do Cacém

17h00 Visita, integrado numa delegação do Partido,
a Santiago 2002 - XV Feira Agro-Pecuária
do Litoral Alentejano.

*

Ciclo de Debates no CT Vitória

no âmbito da Conferência Nacional do PCP
Sexta-feira, 23, às 21h00

«Direitos dos trabalhadores, defesa de conquistas
civilizacionais e luta por novos direitos».

Terça-feira 28, às 21h00 - «O Mundo no início
do séc. XXI e a acção dos comunistas».

Terça-feira 4 de Junho, às 21h00

«Comunicação social e a luta das ideias».

Quinta-feira, 6, às 21h00 - «A Democracia, o regime
democrático - participação popular e eleições».

*

Ciclo de Debates no Porto

no âmbito da Conferência Nacional do PCP
(reservado a militantes)

«Democracia Política e Participação Popular»
Quarta-feira, 29, às 21h30, no CT da Boavista.

*

Debate promovido pela DORS

no âmbito da Conferência Nacional do PCP

«O aprofundamento da Democracia
e o novo quadro político, económico e social»

Quarta-feira, 29, às 21h30, na Casa da Juventude
(Ponto de Encontro) - Almada.

*

Debate promovido pela DORP

«A Igualdade e a Saúde Reprodutiva das Mulheres»

Sexta-feira, 24, às 14h30, no Salão Nobre
da Universidade Fernando Pessoa

(Praça 9 de Abril, 349 - Arca d'Água/Amial)
Com a participação de Ilda Figueiredo.

*

Debate

«Desenvolvimento sustentável - a Água»

Sexta-feira, 24, às 21h00, no CT Vitória
Com apresentação de Luísa Tovar
e José Fernando Pinharanda.

*

Debate

«Que Futuro para o Sector das Pescas?»

Sábado, 25, às 14,30, no Salão da
Federação das Colectividades de Cultura
e Recreio (R. da Palma, 250 - Lisboa)

Com a participação de Ilda Figueiredo,
António Rodeia Machado,
Frederico Pereira, Josué Marques e José Neto.

*

Encontro

«A Intervenção do Partido junto das Populações
e no Poder Local em Lisboa»

Sábado, 25, às 15h00,

na Junta de Freguesia de Alcântara
Com a participação de Jorge Cordeiro.

*

Encontro Concelhio PCP (Amadora)

sobre «Trabalho do Partido nas Empresas»

Sábado, 25, às 14h30, no Auditório Municipal
da Câmara Municipal da Amadora

Com a participação de Alexandre Teixeira.

Assembleias e debates preparatórios

Aveiro

- **Plenário Regional de Aveiro** - sábado, 25, 15h, Auditório da Junta de Freguesia de **Nogueira do Cravo** (Oliveira de Azeméis), com a participação de **Francisco Lopes**.
- **Plenário da Org. Concelhia de Aveiro** - quinta-feira, 23, 21h30, Centro de Trabalho, com **António Salavessa**.
- **Plenário da Org. de Freguesia de Macieira de Sarnes** - quinta-feira, 23, com **João Frazão**.
- **Debate sobre a situação internacional** - quarta-feira, 29, 21h30, CT de Aveiro, com **Manuela Bernardino**.
- **Assembleia Plenária da Org. Concelhia de Águeda** - quarta-feira, 29.

Beja

- **Aljustrel** - Reuniões, também com eleição de delegados: da **Com. Concelhia** - dia 27, no CT; de **Montes Velhos** - dia 29, no CT; da freg. de **Aljustrel** - dia 30, às 15h.
- Reuniões plenárias das organizações de freguesia, preparatórias da Conferência Nacional e para eleição de delegados à próxima Assembleia Concelhia:
- sexta-feira, dia 24, às 21h, de **Trindade** (na Junta de Freguesia), **Cabeça Gorda** (no CT), de **N.ª Sra. das Neves** (na sala da Assembl. de Freguesia);
- sábado, dia 25: de **Mombeja** (no Centro, 16h), **Albernoa** (antigo Posto da GNR, 16h), **Mina da Juliana** (Centro de Convívio, 14h30), **Salvada** (salão da Junta, 16h), **Trigache** (Junta de Freguesia, 18h), **Santa Vitória** (Centro de Convívio dos Reformados, 16h)
- domingo, 26: de **S. Matias** (Casa do Povo, 16h), **S. Brissos** (na Escola, 16h), **Beringel** (CT, 18h);
- segunda-feira, 27: de **Santa Clara do Louredo** (Centro de Convívio, 21h)
- plenário de **Vila Nova de S. Bento**, com **Bernardino Soares** (sábado, 25, 17h, no Cine-Teatro);

Braga

- Reunião plenária de militantes da **Org. Concelhia de Braga** - sexta-feira, 24, 21h30, Centro de Trabalho.

Castelo Branco

- **Assembleia concelhia electiva** - sexta-feira, 31, 21h, no Centro de Trabalho.

Évora

- **Montemor-o-Novo** - plenário concelhio de militantes para debate do Projecto de Resolução: sexta-feira, 24, 21h, no CT, com **Francisco Lopes**; plenário da **célula dos reformados**, com eleição de delegados: dia 23, 15h, Centro de Trabalho.

Leiria

- **Porto de Mós** - Jantar-convívio /debate de dinamização da Conferência: sexta-feira, 24, 20h.
- **Peniche** - Reunião de reformados: sexta-feira, 24, 15h.
- **Alcobaça** - Assembleia plenária: sexta-feira, 24, 21h30
- **Óbidos** - Assembleia plenária: sábado, 25, 15h.
- **Vieira de Leiria** - Assembleia plenária: sábado, 25, 16h
- **Marinha Grande** - Jantar/debate de vidreiros e metalúrgicos: quarta-feira, 29, 20h, no Centro de Trabalho.
- **Leiria** - Reunião de militantes da **Função Pública**: quinta-feira, 30, Centro de Trabalho

Faro

- **Debate: «Comunicação Social - papel e acção dos m.c. de massas; formas e intervenção do Partido»**: com **Vitor Dias**, sexta-feira, 24, 21h, no CT de Faro

Lisboa

Sectores da ORL:

- **Bancários** - Plenário de militantes do Sector, com **José Casanova**: terça-feira, 28, 17h30, CT Vitória; plenário de militantes da **Caixa Geral de Depósitos**: CT Vitória, segunda-feira, 27, 17h30.
- **SCAE** - Assembleias plenárias das células dos **Correios e DHL**; da **GALP Energia (Petrogal e GDI)**; da **EPAL** e **Empresas de Constr. Infra-estruturas, Manutenção e outras** - todas no CT Vitória, terça-feira, 28, 18h30.
- **Função Pública** - Reuniões da célula da **Segurança Social** - quinta-feira, 23, 18h, CT Vitória; dos **Aposentados da FP** - terça-feira, 28, 15h, CT Vitória; do **INETI** - quarta-feira, 29, 13h, CT do Lumiar; do **MAP/MIE/MCT** - dia 29, 19h, CT Vitória; de **Min. das Finanças/Pequenos Ministérios** - dia 29, 19h, CT Vitória; do **Inst. Meteorologia** - quinta-feira, 30, 18h, CT Vitória.
- **Sector de Hotelaria e Serviços** - plenário de militantes: quarta-feira, 29, 19h30, CT Vitória.
- **Sector Intelectual** - Ciclo de debates sobre **Desenvolvimento Sustentável**: tema «Água», com apresentação por **Luísa Tovar** e **José Fernando Pinharanda** - sexta-feira, dia 24, 21h, no CT Vitória; plenário da célula do **Património Cultural e Natural e do Cinema** - segunda-feira, 27, 18h30, CT Vitória; do **Ensino Superior** - dia 27, 21h, CT Vitória.
- **Sector da Saúde** - Plenário de militantes do Sector - segunda-feira, 27, no CT Vitória.
- **Sector dos Seguros** - Plenário de militantes do Sector - quinta-feira, 23, 18h, CT Vitória.
- **Sector Sindical** - Das células dos **Funcionários Sindicais da CGTP/Inovinter/EBJC** - sexta-feira, 24, 18h, CT Vitória; dos militantes do **Sector Sindical da ORL** - segunda-feira, 27, 18h, CT Vitória.
- **Sector Transportes**, plenários, todos também com eleição de delegados: do **Núcleo da CT** - dia 23, 10h, CT Alcântara; do **Núcleo de Sacavém, Sta. Iria, Bucelas** - sábado, 25, 15h, CT de Sacavém; do **Núcleo da Pontinha** - segunda-feira, 27, 17h30, no CT da Pontinha.

Lisboa

Plenário dos Sectores da Construção Civil, Portaria, Vigilância e Limpeza

Para debate da Conferência Nacional e eleição do delegado dos Sectores
Quinta-feira, 6 de Junho, às 19h00, no CT Vitória

Concelhos do distrito de Lisboa:

- **Alenquer** - Assembleia da **Organização Concelhia** - sábado, 25, na Romeira, a partir das 10h30, com **Jerónimo de Sousa**.
- **Amadora** - Reunião dos camaradas dirigentes ou activistas do **Movimento Associativo**: quinta-feira, 23, 21h, CT da Amadora: Encontro Concelhio sobre **Trabalho do Partido nas Empresas** - dia 25, 15h, auditório da Câmara Municipal; assembleias plenárias das freguesias de **Brandoa** e **Alfornelos** (domingo, 26, 15h30, CT da Brandoa) e de **Falagueira** (segunda-feira, 27, 20h30, CT da Amadora) - ambas com eleição de delegados.
- **Cascais** - Plenário da célula da **Euronadel** - quinta-feira, 23, 19h, CT de Tires, também para discussão da situação na empresa; plenário de militantes da freguesia de **Alcabideche** - sábado, 25, 15h, CT de Alcabideche.
- **Lisboa** - Plenários de militantes de células e freguesias - da CML (continuação) - quinta-feira, 23, 19h, CT Vitória; dos núcleos de **Xabregas, Beato, Estrada de Chelas, B.º do Grilo/Beato** - segunda-feira, 23, 21h, JF do Beato; dos militantes da freguesia de **S. João** - sexta-feira, 24, 21h, salão da JF; plenário do **Sector de Empresas de Lisboa**: sexta-feira, 24, 19h, CT Vitória; das freguesias de **Coração de Jesus, Madalena, Pena, S. Cristóvão, S. José, S. Nicolau, Sta. Justa e Socorro** - dia 27, 21h, CT Vitória; das freguesias de **Encarnação, Mártires, Mercês, S. Paulo, Sta. Catarina, Sacramento** - terça-feira, 28, 21h, CT Vitória, com **Domingos Abrantes**; reuniões do OD da **Zona Norte de Lisboa** e do OD, alargado, da **Zona Oriental de Lisboa** - terça-feira, 28, CT Vitória, a 1.ª às 21h, a 2.ª às 20h30; plenário da célula da **INCM**: dia 28, 17h30, CT Vitória; plenário de militantes da freguesia de **Arroios** - quinta-feira, 30, 15h, na R. Pascoal de Melo, 70, 1.ª.
- **Odivelas** - Assembleia plenária para eleição de delegados - dia 25, 15h, CT de Odivelas; assembleia plenária da organização de **Caneças**, para eleição de delegados - a partir das 15h, no CT de Caneças, antecedido de **almoço-convívio**.
- **Oeiras** - Debate sobre a situação internacional, promovido pela célula da CM/SMAS de Oeiras - dia 23, 18h, no CT de Porto Salvo, com **Manuela Bernardino**; plenários de militantes da freguesia/debates no **Centro de Trabalho de Algés** - com **Sérgio Ribeiro** no dia 25, às 16h, e com **José Casanova** no dia 28 às 21h; plenário/debate no CT de **Queijas** com **João Armando**: dia 25 às 16h.
- **Sintra** - Reunião da **Comissão Concelhia**: quinta-feira, 23, 21h, CT do Cacém; plenários de militantes das freguesias de **Algueirão** (dia 24, 21h, CT Algueirão), **Cacém** (dia 24, 21h, CT do Cacém), **Mira Sintra** (dia 24, 21h, CT do Cacém), **Belas** (dia 25, 15h, na URBIB); reuniões das Comissões de Freguesia de **Queluz** (dia 28, 21h30, CT Queluz) e de **Rio de Mouro** (dia 29, 21h, CT Rio de Mouro); assembleia plenária do **Sector de Empresas de Sintra**, para debate e eleição de delegados, com **Paula Henriques** (sábado, 25, 15h30, CT de Rio de Mouro), com **jantar-convívio** no final.
- **Vila Franca de Xira** - Plenário da célula da Câmara/SMAS - dia 23, 17h30, CT Vila Franca, com **Adelaide Pereira**; debate sobre o Projecto de Resolução Política no CT de **Alhandra** - dia 25, 15h30. Debates sobre «**O Mundo no início do Séc. XXI e as novas exigências que coloca à acção dos comunistas**», com **Manuel Gusmão** - dia 25, 15h, no Centro de Trabalho de **Póvoa de Santa Iria**; sobre «**Democracia e regime político**», com **Carlos Grilo** - dia 26, 15h, no CT de **Vialonga**. Assembleia da **Organização da Freguesia de Vila Franca de Xira** - dia 26, 14h30, com **Jorge Cordeiro**.

Porto

- **Plenário de militantes da Função Pública do Porto** - sábado, 25, 15h, CT da Boavista.
- **Gondomar** - Assembleia electiva do **Alto Concelho, Jovim, S. Cosme e Fânzeres** - sexta-feira, 24, 21h30, CT de S. Cosme; plenário de militantes de **S. Pedro da Cova** - sábado, 25, 21h30, CT de S. Cosme; debate: «**Para que serve o PCP**» - sábado, 25, 21h30, Centro Cultural de Rio Tinto.
- **Matosinhos** - Reunião de militantes da freguesia de **Custóias** - terça-feira, 28, 21h30, CT de Custóias (R. Dr. António José de Almeida, 675).
- **Porto** - Assembleias das organizações das freguesias de **Paranhos** (sábado, 25, 16h, CT de Paranhos), de **Bonfim** (segunda-feira, 27, 21h30, CT Barão de S. Cosme) e de **Ramalde** (quinta-feira, 30, 21h30, CT da Boavista).
- **Valongo** - Debate sobre o **PCP** - sábado, 25, 15h, Junta de Freguesia de Valongo.
- **Vila Nova de Gaia** - Debate: «**Funcionamento do Partido: mensagem, imagem**» - sábado, 25, 15h, auditório da Assembleia Municipal.

Aveiro

Jornada de trabalho da DORAV sobre as acessibilidades do Distrito com a participação do deputado **Bruno Dias**,
Segunda-feira, 27

Quinta do Conde
Noite de Fados
Dia 25, 22h, CT do PCP

Almoço da Função Pública de Lisboa no refeitório da Quinta da Atalaia
Dia 25, 13h

Cascais
Almoço-convívio dos trabalhadores da CM
Dia 26, 13, no CT de Alcabideche

Alcochete
Passeio a bordo da fragata «Alcatejo»
Dia 2 de Junho
(Informações: CT do PCP - tel. 212340344)



Conferência Nacional

a novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido

22 Junho 2002

Santarém

- **Abrantes** - Reunião plenária da organização da freguesia do **Tramagal** - dia 23 às 21h, no Sind. dos Metalúrgicos.
- **Almeirim** - Assembleia plenária para discussão e eleição de delegados em **Benfica do Ribatejo**: terça-feira, 28, às 21h, no Café 2000.
- **Almóster** - Reunião/debate - dia 27, 21h.

- **Alpiarça** - Reunião com **Reformados** - dia 23, 15h, no CT de Alpiarça; com **eleitos e candidatos autárquicos** - no mesmo local, dia 28 às 21h. Debate: «**Um Partido para quê?**» - dia 31, 21h, no CT de Alpiarça, com **Aurélio Santos**.
- **Cartaxo** - Assembleia plenária da organização do Cartaxo para discussão do Projecto de Resolução e eleição de delegados - dia 29, 21h, no CT do PCP, com **Luísa Araújo**.
- **Coruche** - Assembleia plenária de **Santa Justa** - dia 25 às 21h, no Centro Social; reunião em **Santana** - dia 31 às 21h no Centro Social.
- **Pernes** - Reunião/debate - dia 27, 21h, Centro de Trabalho local.
- **Santarém** - Reunião/debate - dia 29, 21h30, Centro de Trabalho de Santarém.

Setúbal

- **Almada** - Plenários para discussão do Projecto de Resolução, das freguesias de **Cacilhas** (dia 24, 21h, JF de Cacilhas), **Cova Piedade** (dia 25, 15h, CT Cova da Piedade) e **Sobreda/Vale Figueira**, esta também electiva (dia 26, 15h, no C. R.I. Sobredense).
- **Barreiro** - Reunião do ODI das **Pequenas Empresas e Sectores Profissionais** - dia 23. Reunião alargada da Com. Freg. de **Palhais** (dia 24); da **Com. Concelhia do Barreiro** (dia 25); assembleia electiva da célula dos **Trabalhadores da Autarquia** (dia 28) e reuniões alargadas da **Comissão de Freg. do Lavradio** (dia 28) e da **Comissão de Freguesia de Coia** (dia 29).
- **Moita** - Plenários de militantes da **célula da Autarquia** (dia 23), da **Zona Sul da Freg. da Moita** (dia 25), e da **Zona Periférica da Freg. da Moita** (dia 26); assembleia plenária da freguesia de **Gaio-Rosário**
- **Montijo** - Assembleia electiva das freguesias de **Canha, Pegões e St.º Isidro** - dia 25
- **Seixal** - Reunião do núcleo da **Presidência da célula da CM do Seixal** (dia 23); plenário de militantes da **Organização de Freg. do Seixal** - dia 25, 15h, CT do Seixal, com **Américo Costa**. Debate: «**Reforçar a ligação do Partido à Juventude e a outras camadas sociais**» - dia 25 às 21h, CT de Corroios.
- **Sesimbra** - Reunião de militantes da **freguesia do Castelo** (dia 24);
- **Setúbal** - Plenário da Org. da **Freg. de Sta. Maria** (dia 25); reunião da **Com. Local do Faralhão** (dia 26).

Viana do Castelo

- Reuniões no dia 25 com a participação de **Albano Nunes** e de **Branca Carvalho** - em **Vale do Lima**, às 15h, e da organização de **Vale do Minho**, às 21h no CT de Caminha.

Évora

5.ª Assembleia da Organização Concelhia

Palácio D. Manuel - dia 25 a partir das 15h com a participação de **José Casanova**



6.º Encontro Regional de Santarém
Sábado, 25, às 14h30, no CT do PCP de Alpiarça.
Participação de **Luísa Araújo**

Encontro Regional de Braga
Sábado, 25, às 15h na Junta de Freguesia de S. Victor

Encontro Regional de Coimbra
Domingo, 26, às 15h no CT do PCP de Coimbra

Assembleia da Organização do Ensino Superior de Lisboa
Domingo, 26, às 11h, no CT Vitória

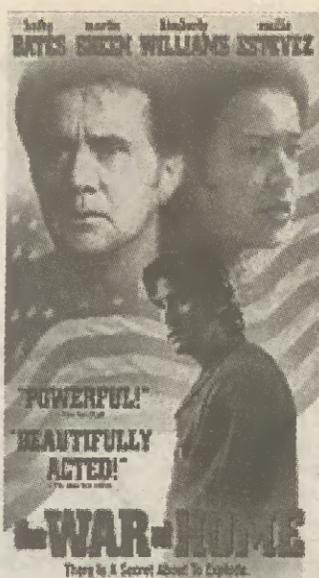
Plenário Regional do Ensino Superior de Setúbal
Domingo, 26, às 15h, no CT de Almada

Plenário Concelhio de Vila Franca de Xira
Domingo, 26, às 14h30, no CT do PCP

Toxicod dependência em debate em S. João da Madeira
No «Sítio», dia 29, às 21h30, com a psiquiatra **Helena Dias** e **Margarida Botelho**

Concerto em Santo Tirso para apuramento (entre cinco já apuradas) da Banda que actuará no Palco «**Novos Valores**» da Festa do Avante! 2002
No Bar Sarau, sexta-feira, a partir das 22h

ATVer



Em **Veterano de Guerra** as consequências da guerra do Vietname chegam às famílias norte-americanas



Illuminata evoca uma época gloriosa do teatro nova-iorquino, nos anos 30 do século XX

Veterano de Guerra

(Sexta-feira, 24.05.02, RTP-1)

Emílio Estevez (filho do actor Martin Sheen) regressa à realização neste intenso melodrama familiar sobre um jovem traumatizado pela guerra do Vietname cuja família é incapaz de perceber as razões do seu desespero e a incapacidade para voltar à vida normal. Estevez parte de uma peça teatral de James Duff, que o próprio se encarregou de adaptar, para construir este hábil e inteligente confronto psicológico no seio de uma vulgar família do Texas em 1972, incapaz de perceber como deve lidar com os problemas do stress pós-traumático do filho e incapaz de perceber a demencial realidade e natureza daquela guerra. Neste sentido, o filme, como a peça, é um notável retrato dos efeitos perversos e cruéis da guerra do Vietname nas famílias norte-americanas. Emilio Estevez encarna o papel principal e o seu próprio pai, Martin Sheen, desempenha também esse papel. A seu lado estão Kathy Bates e Kimberly Williams.

A Máscara de Cera

(Sábado, 25.05.02, RTP-1)

Sob os auspícios do veterano cineasta **Dario Argento** (que participa na produção e no argumento), **A Máscara de Cera** é a mais recente versão cinematográfica da obra de Gatou Leroux, que conta como um demencial director de um museu de máscaras de cera vai «alimentando» a exposição com cadáveres que ele próprio se encarrega de assassinar. Desta vez a série de crimes começa em Paris em finais do século XIX e prosseguem 12 anos depois em Roma, mais uma vez para «abastecer» o museu de cera. Como curiosidade, neste «gótico» de terror mais ou menos excessivo e grotesco o papel principal está a cargo do veterano **Robert Hossein**, enquanto a realização é assinada por **Sergio Stivalletti**.

O Leão da Estrela

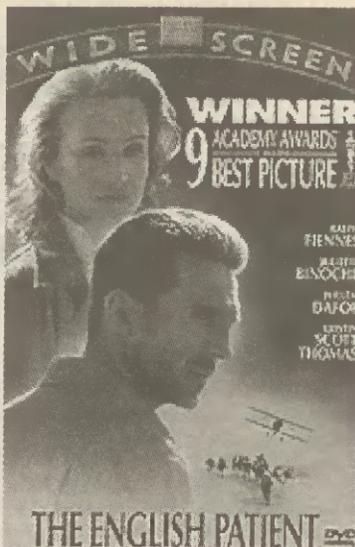
(Domingo, 26.05.02, RTP-1)

O Leão da Estrela é mais um dos «clássicos» da produção cinematográfica no género de comédia de costumes que o regime fascista promovia (ou consentia) nos anos 40 e 50, cuja frescura se mantém graças, sobretudo, ao punhado de actores (sempre os mesmos) que lhes deram corpo e forma. Desta vez temos o inevitável (e genial) **António Silva** no papel de um ferrenho adepto do Sporting que monta uma alucinante encenação de forma a poder estender até aos limites do impossível uma série de mentiras em que se faz passar por um rico homem de negócios. **Artur Duarte** assina aqui um dos seus melhores trabalhos, onde pontificam os *gags* visuais e os trocadilhos verbais, que dão um certo retrato pequeno-burguês da sociedade alfacinha da época, enquanto António Silva contracena com **Milú**, **Maria Eugénia**, **Curado Ribeiro**, **Laura Alves** e **Artur Agostinho**, aqui num dos seus raros papéis no cinema.

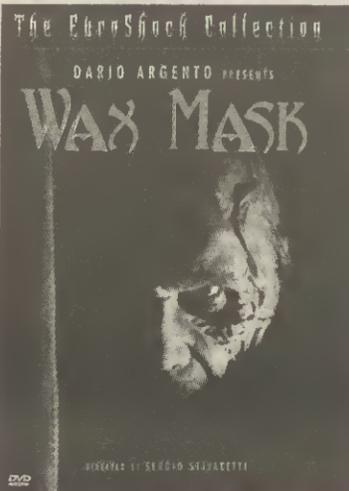
Illuminata

(Segunda-feira, 27.05.02, RTP-2)

O actor norte-americano **John Turturro**, depois da sua auspiciosa primeira experiência como realizador, assinou em 1998 um segundo filme: **Illu-**



O Paciente Inglês é um melodrama de época sobre um caso de amor entre um aventureiro inglês e uma mulher casada, no meio das areias do Egipto



A Máscara de Cera é a mais recente versão cinematográfica da obra de Gatou Leroux, que conta como um museu de máscaras de cera se «alimenta» de cadáveres...

minata. Trata-se de uma adaptação ao cinema de uma peça teatral de Brandon Cole, que Turturro transforma numa nostálgica e simpática comédia sobre o mundo do teatro. A história de um pequeno dramaturgo de Nova Iorque no início do século XX e das atribuições da sua companhia para encenar uma nova peça da sua autoria é o pretexto para Turturro evocar uma época gloriosa do teatro nova-iorquino, com fino e subtil humor. Um belo filme de época, onde Turturro assume o principal papel ao lado de um notável elenco, onde se contam nomes como os de **Susan Sarandon**, **Christopher Walken**, **Beverly d'Angelo** e **Ben Gazzara**.

O Paciente Inglês

(Terça-feira, 28.05.02, RTP-1)

O Paciente Inglês foi um dos grandes sucessos de 1996 e um dos grandes vencedores dos óscares de Hollywood na história do certame, tendo arrebatado qualquer coisa como nove Óscares, incluindo os de Melhor Realização, Melhor Filme e Melhor Actriz Secundária (**Juliette Binoche**), consagrando esta romanesca e melodramática adaptação ao cinema do *best seller* homónimo de Michael Ondaatje, contando uma trágica história de amor entre um aventureiro inglês e uma mulher casada, no meio das areias do Egipto e tendo como pano de fundo a II Guerra Mundial. O filme é de fazer chorar as pedrinhas da calçada mas caiu no góto do público, para o que, decerto, terá fortemente contribuído a apurada realização do britânico **Anthony Minghella**, construindo um filme sumptuoso onde brilham as grandes reconstituições de época, apuradas como é usual entre os britânicos. No elenco alinham os nomes de **Ralph Fiennes**, **Kristin Scott Thomas** e **Willem Dafoe**.

Os 39 Degraus

(Quarta-feira, 29.05.02, RTP-2)

Realizado em 1935 por **Alfred Hitchcock** na Inglaterra, **Os 39 Degraus** é uma obra por muitos considerada como a melhor do chamado período inglês do grande cineasta. Trata-se de uma itinerante história de espionagem em que um homem de espírito aventureiro se transforma num herói accidental, desvendando um mistério e salvando segredos britânicos considerados «vitais». Hitchcock manipula de forma admirável este grande clássico de suspense, quer no rigor com que desenha cada cena, quer na inteligência com que traça o complexo e inesperado relacionamento do seu herói de ocasião com aliados e inimigos, através de um fabuloso jogo de equívocos, enganos e traições. Tudo isto servido por um grande elenco, onde se destaca a interpretação de **Robert Donat**.

Quinta, 23

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.15 Um Estranho em Casa
15.30 Amor e Ódio
17.15 Diário de Maria
18.15 Quebra-Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telegiornal
21.00 Fábrica das Anedotas
21.30 Gregos e Troianos
00.15 Conversas de Mário Soares
01.15 24 Horas
02.30 «Tuvalu» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 O Homem e a Cidade
13.30 Sinais do Tempo
14.30 Via Aberta
17.00 Informação Gestual
18.15 Informação Religiosa
18.45 Horizontes da Memória
19.30 Clube da Europa
20.00 Casei com uma Feiticeira
20.30 No Centro e Arredores
21.00 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Roswell
00.00 «A Herdeira» (Filme)
02.15 Portugalmente

▼ SIC

08.00 Buérré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.15 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 Crimes de Amor
00.45 «Kalidor A Lenda do Talismã» (Filme)
02.45 «O Pequeno Cheung» (Cinema de Hong-Kong)

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.45 Jardins Proibidos
15.00 Batatoon
16.30 Sonhos Traídos
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.15 Sonhos Traídos
23.15 Nunca Digas Adeus
24.00 «Uma Estranha Viagem» (Filme)
02.00 Ally McBeal

Sexta, 24

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Um Estranho em Casa
15.30 Amor e Ódio
17.30 Diário de Maria
18.15 Quebra-Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telegiornal
21.00 Fábrica das Anedotas
21.30 O Jogo da Espera
22.15 «Policías de L.A.» (Filme)
01.45 24 Horas
02.00 «Veteranos de Guerra» (Filme de Emilio Estevez, EUA, com Emilio Estevez, Martin Sheen, Kathy Bates, Kimberly Williams. Ver Destaque)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 O Homem e a Cidade
13.30 Retratos
«Fernando Távora»
14.30 Via Aberta
17.00 Informação Gestual
18.15 Informação Religiosa
19.00 2010
20.00 Casei com uma Feiticeira
20.30 No Centro e Arredores
21.00 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Assassinatos Políticos
24.00 «Os Galãs do Bairro» (Filme)
02.15 Portugalmente

▼ SIC

08.00 Buérré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.15 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 O Clone
23.00 O Grande Mestre
00.30 Sexo e a Cidade
01.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
02.15 «Os Homens de Branco» (Filme)

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.45 Jardins Proibidos
15.00 Batatoon
16.30 Sonhos Traídos
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.30 Sonhos Traídos
23.15 Nunca Digas Adeus
24.00 «As Mentiras do Coração» (Filme)
03.00 «O Último Sonho» (Filme)

Sábado, 25

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 O Passeio dos Alegres
17.30 Futebol: Euro 2002 (Sub-21)
19.30 Contra-Infomação
20.00 Telegiornal
21.00 Festival Eurovisão da Canção 2002
01.00 24 Horas
01.15 «A Máscara de Cera» (Filme de Sergio Stivalletti, com Robert Hossein. Ver Destaque)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
13.00 Parlamento
14.00 Supercongresso 2002 (TD do Palácio do Gelo, Roma)
17.00 Desporto
19.30 Horizontes da Memória
20.30 Viva o Improvisado
20.30 Bombordo
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
00.00 Britcom
01.00 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)
02.00 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

▼ SIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
12.30 Primeiro Jornal
13.00 Futebol: China-Portugal
13.45 Catarina.com
14.30 Walker, o Ranger do Texas
15.45 Air America
16.45 Walker, o Ranger do Texas
18.00 «Azedo e Doce» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Linha da Sorte
22.00 Residencial Tejo
23.00 «Cala-te Boca» (Filme)
01.00 «Fuga para a Vitória» (Filme)
03.00 Buffy, Caçadora de Sentidos

▼ TVI

08.45 Animação
09.45 Gala das Estrelas
11.45 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.15 Anjo Selvagem
18.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 O Último Beijo
24.00 «Ligação Yakusa» (Filme)
01.45 «Assassino nas Trevas» (Filme)



Ana Sousa Dias entrevista esta semana o médico **Daniel Sampaio** (RTP2, sábado às 21h)



Ao domingo, na RTP2, passa actualmente «Um Jogo Maravilhoso», a história do futebol

Domingo, 26

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
11.30 Planeta Azul
12.00 Jornal da Tarde
12.50 Fórmula 1
GP de Mônaco
14.50 João Baião
17.00 Tourada
(37ª Corrida TV)
20.00 Telejornal
21.00 Camilo, o Pendura
21.30 «O Leão da Estrela»
(Filme de Artur Duarte, Port.
com António Silva, Milú, Maria
Eugénia, Curado Ribeiro, Laura
Alves. Ver Destaque)
00.50 24 Horas
01.05 Fórmula 1
GP do Mónaco (Resumo)
01.45 «Os Vagabundos
de Nova Iorque» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
11.30 Horizontes
da Memória
12.00 Turma das Ciências
13.00 O Homem
de Kon-Tiki (1)
14.00 Desporto 2
18.30 Futebol,
o Jogo Maravilhoso
19.30 Onda Curta
20.00 Os Miseráveis (1)
21.00 Artes e Letras
«Broadway: Um Século
de Comédias Musicais»
22.00 Jornal 2
23.00 «Aqui na Terra»
(Filme Português)
01.00 Sinais do Tempo
02.00 2010 (Rep.)

▼ SIC

06.45 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Um Milionário na
Escola» (Filme)
16.00 «Indiana Jones -
Jornada Radiosa» (Telefilme)
18.00 «Presa Fatal» (Filme)
19.15 Malucos do Riso
20.00 Jornal da Noite
22.00 Herman SIC
24.00 «Golpe Duro» (Filme)
02.00 Buffy, Caçadora
de Vampiros

▼ TVI

09.15 «Vingança Adiada»
(Filme)
11.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 Domingo Fantástico
17.30 «Ghost
O Espírito do Amor» (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
22.00 O Último Beijo
23.30 Academia
das Estrelas (Filme)
00.45 «A Vida
deste Rapaz» (Filme)
03.00 Os Médicos

Segunda, 27

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Um Estranho em Casa
15.30 Amor e Ódio
17.15 Diário de Maria
18.15 Quebra-Cabeças
19.00 O Preço
Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Sorte Grande
21.15 Fábrica das Anedotas
21.45 O Jogo da Espera
22.45 «Aqui que Todas
as Mulheres Gostam» (Filme)
00.15 24 Horas
01.30 «Terreno Sagrado»
(Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 O Lugar da História
14.00 Ténis - Torneio
de Roland Garros 2002
16.00 Via Aberta
17.00 Informação Gestual
18.15 Informação Religiosa
18.45 Planeta Azul
19.15 Caderno Diário
19.30 Veterinário
de Emergência
20.00 Casei com uma
Feiteiceira
20.30 No Centro e Arredores
21.00 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 A Família Green
00.00 «Illuminata»
(Filme de John Turturro,
EUA/1998, com John Turturro,
Susan Sarandon, Christopher
Walken. Ver Destaque)
01.40 Portugalmente

▼ SIC

08.00 Buçaré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.15 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 «Até ao Último
Segundo» (Filme)
02.15 Fintar a Morte

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
10.00 Missa e Bênção
dos Doentes
13.00 TVI Jornal
14.00 Academia das Estrelas
15.00 Batatoon
15.30 Sonhos Traídos
18.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional

Terça, 28

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Um Estranho em Casa
15.30 Amor e Ódio
17.15 Diário de Maria
18.15 Quebra-Cabeças
19.00 O Preço
Certo em Euros
19.30 Futebol:
Euro 2002 (Sub-21) - Final
21.30 Telejornal
22.30 Fábrica das Anedotas
23.00 O Jogo da Espera
23.50 «O Paciente Inglês»
(Filme de Anthony Minghella,
1996, com Ralph Fiennes,
Kristin Scott-Thomas, Juliette
Binoche, Willem Dafoe.
Ver Destaque)
02.45 24 horas

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 2010
14.00 Ténis (Roland Garros)
16.00 Via Aberta
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Caderno Diário
19.55 Turma das Ciências
20.20 Casei
com uma Feiteiceira
20.30 No Centro e Arredores
21.00 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Os Limites do Terror
00.00 «Esther Khan» (Filme)

▼ SIC

08.00 Buçaré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.15 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 «Um Agente
dos Diabos» (Filme)

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.45 Jardins Proibidos
15.00 Batatoon
16.30 Sonhos Traídos
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.45 Sonhos Traídos
23.00 Gala das Estrelas
01.30 «A Cópia
do Crime» (Filme)
04.15 Os Homens
do Presidente

Quarta, 29

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Um Estranho em Casa
15.30 Amor e Ódio
17.15 Diário de Maria
18.15 Quebra-Cabeças
19.00 O Preço
Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Fábrica das Anedotas
21.30 Jogo da Espera
22.20 «Presa Perfeita»
(Filme)
00.15 24 Horas
00.30 «O Último
dos Duros» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 2010
14.00 Ténis (Roland Garros)
16.00 Via Aberta
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Caderno Diário
19.55 Turma das Ciências
20.20 Casei
com uma Feiteiceira
20.30 No Centro e Arredores
21.00 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Conversas de Mário

TVisto

• Correia da Fonseca

A expedição dos Tugas

Chegaram os Tugas ao Oriente e aí foram recebidos com honras de Chefe de Estado. Quem mo disse foi a TV e por isso o refiro aqui, no alto destas colunas. Para a ínfima e na verdade lamentável minoria (que, de resto, espero que nem sequer exista) que não saibam quem são os Tugas, esclareço que são os sucessores dos Magriços, isto é, os craques do futebol que nos vão representar a todos nós no Mundial que vai iniciar-se nos próximos dias e se prolongará até à primeira semana de Julho. É claro que ao

acontecimento: reportagens, entrevistas, anotações audiovisuais de pormenores significativos ou não, que a bem dizer nesta expedição não há pormenores não-significativos, ao menos por enquanto, neste tempo de maré alta de esperanças e, portanto, de expectativas. Ora aqui é que bate o ponto (ia-me escorregando o texto para nova alusão ao nó suíno, quer dizer, ia escrevendo que aqui é que a porca torce o rabo). Porque na avidez de inocularem em cada espectador o desejo de não perder pitada do Mundial e seus arredores e de, por isso, agarrarem as audiências do costume mais as outras, as TV estão a semear nos telespectadores, nos cidadãos, no País, ilusões doidas que vão doer um bocado na hora de se desfazerem. Era bem simpático que me enganasse, mas essa estória quase de fadas que incita os portugueses a sonharem com os Tugas a disputarem e vencerem oitavos de final, quartos de final, meios-finais e, por fim, comparecerem na final, é de uma crueldade sem resquícios de consciência. Também, de resto, para os próprios jogadores, que de promovidos por agora a prováveis semideuses poderão ser, em tempo próximo, crivados de pragas, insultos e acusações sortidas. Mais que qualquer outros *media*, são as TV's que estão a tecer esse manto envenenado.



Soares (34)
00.00 «Os 39 Degraus»
(Filme de Alfred Hitchcock,
G.Br./1935, com Robert Donat.
Ver Destaque)
01.40 Serviço Público

▼ SIC

08.00 Buçaré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.15 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
00.00 Hora Extra
01.00 «Enganada»

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.00 Academia de Estrelas
16.45 Batatoon
17.30 Academia de Estrelas
18.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.45 Sonhos Traídos
23.45 Nunca Digas Adeus
00.30 «Mentiras
Perigosas» (Filme)
02.30 Os Olhos da Lei

escrever isto estou a fazer chover no molhado porque estou certo de que toda a gente o sabe, salvo porventura as tais raríssimas e envergonhantes exceções, e saberá ainda mais. Por exemplo: que a representação portuguesa leva hino na sua bagagem, como é justo e adequado, por mim só lamentando que esse nosso hino (não confundir com o nó suíno que, como aprendi em tempos com André Brun, é onde a porca torce o rabo) seja de qualidade um bocado pelintra. Por outro lado, e não falando já em que o SportTV, via cabo, transmitirá todos os jogos do Mundial, para isso tendo investido uma simpática soma de que decerto terá retorno, a RTP, ela própria, a da crise, já assegurou a transmissão em óbvio sinal aberto dos jogos em que os Tugas participarão, mais as meias-finais, mais a final do torneio, nestes dois últimos casos mesmo que a equipa-de-todos-nós não possa estar presente. Para isso pagou, e bem, mas considerou que a transmissão desses jogos também é «serviço público». E, sem ironias, eu também acho. Ver futebol na TV é, para milhões, um prazer, e um prazer que não imbeciliza a menos que seja usufruído em excesso e quase como vício. Assim eu pudesse dizer o mesmo de muitos outros programas de televisão de que se consomem overdoses sem que haja reparos de monta. Ou de noticiários que são altamente intoxicantes.

Das ilusões à anestesia

Voltemos, porém, ao fio de jogo que se iniciara: chegaram os Tugas a Macau com honras de Chefe de Estado à chegada e hino na bagagem. Logo as TV's lustradas encheram os seus noticiários do

Contudo, repare-se e não se esqueça, com esse gigantesco logro não ganharão apenas as TV's na área das audiências: ganhará também o Governo na área da sempre desejada distribuição a domicílio de um eficazíssimo clorofórmio. Por enquanto, ainda os Tugas acabaram de aterrar em Macau, uma espécie de monstro percorre o país e alarma as gentes. Não se pense, por injustificada malícia, que estou a falar da dr.ª Manuel Ferreira Leite, refiro-me, sim, à sua opção política/financeira que é a de obrigar os pobres a pagarem a crise. É essa opção, porventura muito patriótica para um micropunhado de cidadãos de primeira classe mas nada patriótica para a esmagadora maioria que consubstancia concretamente o país de que tantas vezes se fala abstractamente, que indigna e revolta milhões de Norte a Sul. Só que, previsivelmente, isso vai-se suspender durante uns tempos. Suspeito de que já se fala um pouco menos do aumento do IVA, da supressão de bonificações, dos despedimentos mascarados com outra palavra, e mais da forma física do Figo e do Bafa, das próximas escolhas de Oliveira para formar o «onze» inicial. E ainda a precissão não saiu da igreja, isto é, ainda o campeonato não está no adro. O Governo vai acabar com uma lei de que não gosta, fá-lo-á talvez quando o Mundial arrancar, mas poucos vão torcer pela manutenção da legalidade e da decência: o que mais interessa é que os Tugas passem à fase seguinte. E assim por diante, até Julho. Se o Mundial não existisse nesta altura, o Governo Durão tê-lo-ia encomendado. E à cobertura intensa pelas TV's.



Em repetição, domingo, «Broadway» - dos anos 20 (na foto) até hoje



A aventura de Thor Heyerdahl na «Kon Tiki», que começou por levá-lo à Ilha da Páscoa: mais um episódio neste domingo

21.15 Anjo Selvagem
22.15 Sonhos Traídos
23.15 Nunca Digas Adeus
24.00 «O Desaparecimento
de Kelly» (Filme)
02.45 «Mate-me
por Favor» (Filme)

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

A talhe de foice

● Anabela Fino

Legitimidades

Poucas vezes um governo se terá precipitado tanto nas palavras e nos actos como o vem fazendo o actual executivo. Confiante na maioria parlamentar que o suporta, cedo enveredou pela arrogância do quero, posso e mando, fazendo estalar a fina camada de verniz «democrático» com que se apresentou ao eleitorado.

De forma quase alucinante, quicá na esperança vã de não dar tempo à inevitável reacção dos atingidos, os novos governantes desataram a disparar em todas as direcções: o aumento do IVA, o fim do crédito bonificado à habitação, o encerramento de escolas, os despedimentos na Função Pública, o défice zero na Saúde, o desmantelamento do Serviço Público de Comunicação Social, o desmantelamento de Institutos Públicos, a privatização do pouco que resta do sector empresarial do Estado, o desmantelamento da Segurança Social, etc., etc., etc.

A técnica, digna dos mais contumazes pirómanos, tem a «vantagem» de distrair as atenções e dispersar os esforços de quem se empenha na batalha contra a política de terra queimada.

Neste turbilhão que cada vez se assemelha mais a uma fuga para a frente, passou quase despercebida, por exemplo, uma medida que o inefável e muito católico ministro Bagão Felix se propõe levar a cabo: obrigar as mulheres que pratiquem aborto a prestar «serviço cívico» como forma de expiação da sua «culpa». A ideia peregrina, digna de uma mente confinada à mais pura tradição de crime e castigo dos tempos da Inquisição, não suscitou a indignação que seria de se esperar. E no entanto não é necessário um grande exercício de imaginação para antever quão humilhante e traumatizante seria o tal «serviço cívico», prestado sob o ónus da culpa e porventura traduzido na assistência aos filhos dos outros para manter viva a dor atroz dos filhos que se não pôde ter.

Pouco comentada foi também a argumentação do ministro Morais Sarmiento sobre o veto do Conselho de Opinião da RTP ao Conselho de Administração escolhido pelo Governo para a empresa. A decisão foi classificada de «ilegítima» e «ilegal», e considerada inaceitável por ter sido tomada por um «órgão não eleito».

Grande parte dos fazedores de opinião encartados da nossa praça fez por esquecer que o direito de veto do CO foi uma exigência dos partidos agora no Governo quando eram oposição e, mais grave ainda, que a legitimidade não se esgota no voto.

Compreende-se que quem tanto matraqueou na tecla das eleições para primeiro-ministro, que não existem, tenha hoje dificuldade em perorar sobre o assunto. É que o Governo também não é eleito, e a sua legitimidade, tal como a de outros órgãos – vide CO –, advém-lhe da Assembleia da República.

Aqui chegados, estamos no cerne da questão. Entre as medidas de Bagão Felix e Morais Sarmiento, para citar apenas dois exemplos, a distância é nula. Estamos perante um Governo que encara o País como um quintal de que julga poder dispor como bem entender. As leis só servem se lhe servem os objectivos, caso contrário muda-se a lei. Isto não é democracia, nem no arremedo em que nos é servida... é prepotência. E por mais «legal» que ponham neste jogo viciado, isto sim, é ilegítimo.

Audição parlamentar conclui que é a democracia que está em causa

PCP não desiste do serviço público

O PCP não vai desistir de combater o projecto do Governo para a RTP e RDP, garantiram os deputados e dirigentes do Partido que participaram na audição pública sobre o serviço público de televisão e rádio que o grupo parlamentar comunista promoveu anteontem.

No senado da Assembleia da República, Vítor Dias, membro da Comissão Política do PCP, considerou que a anulação do direito de veto do Conselho de Opinião da RTP não significa o fim do combate às intenções do Governo, mas ape-

RTP e ao rotular os críticos das medidas anunciadas como «defensores de privilégios».

Quais as verdadeiras intenções das estações privadas nesta operação?

Na opinião de Vítor Dias, a supressão do direito ao veto do Conselho de Opinião da RTP constituiu «um dos mais lamentáveis episódios da acção

estações de televisão privadas nesta operação.

Democracia em causa

O realizador António Pedro Vasconcelos procurou desmascarar o que classificou como os «mitos e mistificações» que se têm formado à volta da RTP, nomeadamente o valor real do défice. O cineasta referiu as responsabilidades dos sucessivos governos no crescimento do passivo e rejeitou os valores apontados dos custos do serviço público. António Pedro Vasconcelos manifestou pre-

sublinhou o facto de o executivo ainda não ter explicado qual o modelo que defende para a televisão pública.

Para Vasconcelos, com a extinção de um canal, só restam duas hipóteses: a transformação da RTP num canal populista ou elitista. «Não é possível ser as duas coisas ao mesmo tempo», afirmou.

Por seu lado, o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Alfredo Maia, criticou o «autismo e arrogância inaceitáveis» do Governo e alertou para a «subversão das mais elementares regras de um Estado de direito». O dirigente sindical defendeu que o problema do audiovisual «não é económico-financeiro», mas uma questão da «sobrevivência da própria democracia», acrescentando que «o serviço público de rádio e televisão não é propriamente do Governo».



O Grupo Parlamentar do PCP ouviu diversas opiniões sobre o serviço público

nas uma primeira «escaramuça».

O dirigente comunista acusou o Governo do PSD/CDS-PP de uma «suprema desonestidade intelectual», nomeadamente ao tentar fugir às suas próprias responsabilidades na actual situação da

legislativa desde o 25 de Abril».

Por seu lado, o deputado comunista António Filipe questionou a capacidade de apenas um canal desempenhar as funções de serviço público e quis saber quais as verdadeiras intenções das

ocupação em relação ao destino dos arquivos da estação, «um dos seus patrimónios mais valiosos».

«O desaparecimento da televisão pública poria em causa os próprios alicerces da sociedade democrática», considerou o realizador, que

PCP convoca Manuela Ferreira Leite

O PCP convocou anteontem Manuela Ferreira Leite, ministra de Estado e das Finanças, para esclarecer a Assembleia da República sobre as razões do despedimento de 50 mil trabalhadores da função pública, anunciado pelo Governo.

No mesmo dia, o Grupo Parlamentar do PCP apresen-

tou um requerimento na Assembleia da República, subscrito pelo deputado Lino de Carvalho, pedindo esclarecimentos sobre os critérios que levaram o executivo de Durão Barroso a atribuir benefícios fiscais a bancos.

O requerimento recorda ao Ministério das Finanças a publicação de uma portaria

que fixa a imputação do lucro tributável às entidades financeiras e de crédito que exercem actividades nas zonas francas da Madeira e da ilha de Santa Maria. A partir dessa portaria, o PCP concluiu que «20 por cento do lucro tributável global daquelas entidades não é sujeito a IRC».

É urgente um pavilhão em Campo

A JCP de Campo exige a construção de um pavilhão gimnodesportivo naquela freguesia. «O pavilhão é uma necessidade mais do que evidente, não só para os estudantes da Escola EB 2,3 Padre Américo, como também para a população e os jovens de Campo em geral, que não têm nenhum espaço desse tipo para praticar desporto», argumenta a JCP.

Prometido há muito tempo, o pavilhão tarda em sair do papel sem que as autoridades locais dêem resposta a uma

necessidade da freguesia. Para os jovens comunistas, esta infra-estrutura assumirá uma importância fulcral no desenvolvimento desportivo, bem como na ocupação de tempos livres.

Há muito que a JCP, o PCP e a CDU, por intermédio dos seus eleitos, alertam para esta questão. «No entanto, estas reivindicações sempre caíram em saco roto. Nem as reivindicações dos próprios estudantes de Campo parecem surtir efeito. Exige-se da Câmara Municipal que cum-

pra as suas promessas e se digne a assumir as suas responsabilidades», diz a JCP, numa nota de imprensa.

No passado dia 21 de Fevereiro, os estudantes da Escola Padre Américo manifestaram-se à porta da instituição exigindo a construção do pavilhão. A JCP afirma que é necessário que o Conselho Executivo ouça as suas reivindicações e compreenda as razões da contestação, «sem repressão ou quaisquer actos de discriminação de alunos».

Sindicatos reúnem imigrantes em Faro

A constituição de uma comissão intersindical de imigrantes vai estar em debate no próximo domingo, numa reunião promovida pela União dos Sindicatos do Algarve e o Sindicato da Construção Civil, revelou Henrique Graça, referindo que muitos trabalhadores estrangeiros se têm sindicalizado nos últimos meses.

O dirigente sindical disse esperar uma boa participação na reunião, tanto mais que se mantêm graves problemas, nomeadamente acidentes de trabalho (em particular nas obras da auto-estrada A2, onde a pressão para cumprimento dos prazos se reflecte numa grande sobrecarga de trabalho), não pagamento de salários e obstáculos de vária ordem à legalização dos imigrantes em situação irregular.

Este tipo de problemas coloca-se também aos imigrantes que trabalham na vizinha Andaluzia, pelo que as estruturas da CGTP no Algarve estão a procurar estreitar a cooperação com os sindicatos daquela província espanhola, adiantou Henrique Graça.

A reunião do próximo domingo terá lugar nas instalações da Coopofa (Cooperativa Popular de Faro), a partir das 10.30 horas.



02143